**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

# PROCESSOS IDENTITÁRIOS E A RECRIAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS NO ENTORNO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS OLEIROS DO POVOADO RIO DAS PEDRAS.

Aluno: Gregorio Cerqueira Schettino

Orientador: Dr. Marcelo Alario Ennes

Maio/2014

São Cristóvão-SE

**GREGORIO CERQUEIRA SCHETTINO**

# PROCESSOS IDENTITÁRIOS E A RECRIAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS NO ENTORNO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS OLEIROS DO POVOADO RIO DAS PEDRAS.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do titulo de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelo Alario Ennes

São Cristóvão

Maio/2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Schettino, Gregorio Cerqueira.
S327p Processos identitários e a recriação de desigualdades sociais no entorno de uma unidade de conservação: um estudo sobre os oleiros do povoado Rio das Pedras / Gregorio Cerqueira Schettino; orientador Marcelo Alário Ennes. – São Cristóvão, 2015.
104 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia)– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Identidade social. 2. Trabalho. 3. Marginalidade social. I. Ennes, Marcelo Alário, orient. II. Título.

CDU 316.61

**Gregorio Cerqueira Schettino**

# PROCESSOS IDENTITÁRIOS E A RECRIAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS NO ENTORNO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS OLEIROS DO POVOADO RIO DAS PEDRAS.

**Apresentação de dissertação para a obtenção do título de mestre em sociologia pela Universidade Federal de Sergipe**

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. MARCELO ALÁRIO ENNES – UFS
ORIENTADOR

Profª. Drª. MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS – UFS
1º EXAMINADOR

Prof. Dr. FRANK NILTON MARCON – UFS
2º EXAMINADOR

Dedico este trabalho a Pedro, Alaide e Sofia, pois sem eles seria impossível ter realizado esse feito, seus exemplos de vida foram o maior incentivo que poderia ter.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a **Deus** que permitiu que concluísse mais esse trabalho e que é a fonte da busca por uma sociedade mais igualitária.

Agradeço a minha família, meu pai **Pedro Henrique Schettino**, pelo exemplo de vida baseada na humildade, respeito ao semelhante, desapego material e aos estatos sociais e, sobretudo pela busca do desenvolvimento humano.

Minha mãe **Alaide Cerqueira R. de Schettino**, pelo amor incondicional dedicado aos filhos, pelo apoio, pelos conselhos, pela ajuda na leitura da dissertação, pela força e exemplo de coragem para enfrentar os desafios do dia a dia.

Minha irmã **Sofia Cerqueira Schettino** pela bondade, amor ao próximo, pela ajuda na leitura da dissertação, pelos conselhos, pelo apoio incondicional e pela grande sabedoria voltada para o bem.

Meu cunhado **Leonardo Barbosa dos Santos**, companheiro da minha irmã na caminhada da vida, que também é um amigo de caráter que sei que posso contar sempre na luta.

Agradeço a **Márcia Cristina Lima Moreira,** meu amor e grande companheira que esteve sempre ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis, sem seu amor e compreensão não sei se teria forças para completar essa jornada.

Agradeço imensamente ao **Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes,** meu orientador, que sempre tratou seus orientados com respeito, amizade e comprometimento. Agradeço também por aceitar orientar um aluno desconhecido de outra área, sem essa confiança não teria entrado na sociologia. Agradeço ainda pela paciência e compreensão nos momentos difíceis. Por fim, agradeço pelo saber compartilhado.

Agradeço aos professores do programa **Prof. Dr. Frank Nilton Marcon, Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes, Profª. Drª. Tânia Elias Magno da Silva, Profª. Drª. Christine Jacquet e Prof. Dr. Rogério Proença de Sousa Leite**, pelo conhecimento compartilhado durante as disciplinas e pela grande ajuda ao debaterem o trabalho.

Agradeço à banca **Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas e Prof. Dr**. **Frank Nilton Marcon** por aceitaram o convite, mesmo com tantos afazeres, pela atenção na leitura da dissertação e, sobretudo, pela contribuição ao texto final.

Aos meus amigos **David(Big)**, **Sergio(Serjão), Ubiraci(Bira), Williames(Mução), André(Stiven)** e **Rafael(Wheres)** companheiros para todos os momentos que sei que posso contar sempre. Também tiveram paciência comigo nesse período da vida (e dos outros momentos).

Agradeço aos meus coleguinhas do mestrado onde tive bela convivência nesse percurso e que me ajudaram nas discussões, agradeço em especial ao **Allisson** e a **Mirtes** pela amizade e imensa ajuda, tanto nas discussões dos temas como pela força na caminhada.

Agradeço **aos meus colegas do "Grupo de Estudos sobre Processos Identitários e Poder"**, o GEPPIP, onde fui muito bem recebido e encontrei amizades sinceras, além do mais foi nas reuniões desse grupo que surge a proposta deste trabalho.

Agradeço especialmente a **todos os entrevistados**, sem eles seria impossível realizar esse trabalho, aceitaram dedicar seu tempo para as entrevistas e fui recebido tão bem, tanto a comunidade do Rio das pedras: moradores, oleiros e ceramistas, como também nos órgãos públicos: ADEMA, ICMbio e IBAMA em especial pelo Sr. Leão da ADEMA e pelo Sr. Marleno do ICMbio. A todos os entrevistados um muito obrigado, pois senti neles um comprometimento sincero para ajudar.

Agradeço ainda a Universidade Federal de Sergipe e ao programa de pós-graduação em sociologia, à FAPITEC/SE pela bolsa de estudos concedida, e a Posgrap pelas ajudas de custo.

*“Para saber uma verdade qualquer a meu respeito,*
*é preciso que eu passe pelo outro”*

*Jean-Paul Satre*

*“De fato, somos uma liberdade que escolhe, mas não*
*escolhemos ser livres: estamos condenados à liberdade.”*

*Jean-Paul Satre*
*“O Ser e o Nada”*

# LISTA DE FIGURAS

Fig. 1. Parte frontal do Cemitério Mundés e ao fundo se pode ver a Serra de Itabaiana. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013. ..... 47
Fig. 2. Comparação da média mensal de rendimentos de chefes de famílias com e sem rendimento. Fonte: (IBGE, 2010)..... 48
Fig. 3. Renda por chefe de domicílio nos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. Fonte: (IBGE, 2010)..... 49
Fig. 4. Renda "per capita" entre os moradores dos povoados do entorno. Fonte: IBGE, 2010. ..... 49
Fig. 5. Ao fundo a "Associação de Moradores do Povoado Rio das Pedras", ao lado do colégio municipal e a frente a rodovia BR -235. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2014. ..... 51
Fig. 6. Níveis de alfabetização nos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. Fonte: IBGE, 2010. ..... 51
Fig. 7. Área da Unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Fonte: SERRA DE ITABAIANA, 2013..... 53
Fig. 8. Sedes dos municípios próximos ao PARNASI. Fonte: LIMA, 2009..... 53
Fig. 9. Entrada principal do PARNASI. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013. ..... 55
Fig. 10. Manchete do caderno "Municípios" do jornal Cinform. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2013..... 56
Fig. 11: Reportagem do jornal Cinform sobre temor do setor mineral com a criação do PARNASI. Fonte Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2013. ..... 56
Fig. 12. Olaria no povoado Rio das Pedras, município de Itabaiana/SE, 2012. ..... 60
Fig. 13. Máquina para triturar a "*massa*". Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013. ..... 62
Fig. 14. "*Aloque*", ao fundo "*estantes*" de telhas e senhor sem EPI. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013. ..... 63
Figura 15: mesmo galpão por outro ângulo. Fonte: autor, 2014..... 70

# SUMARIO

**RESUMO**..... 11
**ABSTRACT** ..... 12
**INTRODUÇÃO** ..... 14
**METODOLOGIAS E FONTES**..... 18
**As Entrevistas**..... 22
**CAPÍTULO I – O EIXO DE INTERSECÇÃO IDENTIDADE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE: Áspectos Teóricos Metodológicos.**..... 25

**1.1 A Modernidade Tardia e a Identidade vista como processo.** ..... 26
**1.2 Hibridismo e Interculturalidade** ..... 33
**1.3 A (Des) centralidade do trabalho e produção de identidade.** ..... 36
**1.4 Identidades e Trabalho: Articulações Possíveis** ..... 41
**1.5 A nova ideia de preservação ambiental passa pelo social.** ..... 43
**CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO POVOADO RIO DAS PEDRAS** ..... 46
**2.1 O Povoado Rio das Pedras** ..... 46
**2. 2 A Implementação do PARNASI** ..... 52
2.2.1 Participação da comunidade na criação do Parque ..... 57
**CAPÍTULO 3 - OS OLEIROS E SEUS INTERLOCUTORES MAIS PRÓXIMOS** ..... 59
**3.1 O Trabalho nas Olarias no Povoado Rio das Pedras** ..... 59
3.1.1 Descrição do Processo Produtivo das Olarias ..... 61
3.1.1.1 Olarias de telhas ..... 62
3.1.1.2 Olarias de tijolos ..... 66
3.1.2 As Cerâmicas ..... 69
**3.2 - As visões dos órgãos ambientais, comunidade e cerâmicas.** ..... 73
**3.3 A fala dos oleiros** ..... 78
**CAPITULO 4 – AS NORMAS OFICIAIS E OUTRAS NEM TANTO: Leis e valores que orientam as relações entre os atores sociais estudados.** ..... 80
**4.1 Incertezas e marginalização no mundo do trabalho.** ..... 80
**4.2 - Acentuações das desigualdades sociais e o rótulo de ilegal** ..... 84
**4.3 - Resistências à ideia de ilegalidade** ..... 88
**CAPÍTULO 5 – IDENTIDADE PARA SI E PARA OS OUTROS** ..... 92
**5.1 Identidade para o outro** ..... 92
**5.2 (auto) identidade.** ..... 94
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 96
**BIBLIOGRAFIA** ..... 101

## RESUMO

A presente pesquisa propôs a verificar o que mudou em relação a valores e representações acerca do trabalho em olarias, que contribuem no processo de identificação dos oleiros do povoado Rio das Pedras, que se localiza no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI). Foram utilizados os conceitos de identidade a partir de autores como Stuart Hall, Castells e Claude Dubar em conjunto com os de hibridação e interculturalidade de Canclini. Para atingir seus objetivos, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-

estruturadas. A pesquisa apontou que o processo de identificação dos oleiros partiu da visão de exclusão que cerca seu trabalho. A imagem que os interlocutores mais próximos como moradores, ceramistas e órgãos públicos locais possuem sobre o trabalho na olaria é de subsistência, uma atividade informal que gera renda a uma população carente e sem capacitação. A situação de desigualdade, desconexão e exclusão é o fator que não permite que se regularizem diante das leis fiscais, trabalhistas e ambientais. De modo que a criação do PARNASI não pode ser visto isoladamente como elemento que os colocam como irregulares, pois estes já vêm de uma situação de marginalização proveniente de um modo de produção diferente da lógica da modernidade.

**Palavras chaves:** Identidade, processos identitários, Trabalho, Exclusão e Unidade de Conservação.

## ABSTRACT

As part of the work of the research Group Identity Processes and Power (GEPPIP / UFS) that has been studying the changes introduced with the creation of the Serra de Itabaiana National Park (PARNASI) in the life of communities from their surroundings, in this research set out what has changed in relation to values and representations about the work in brick factory, which contributes to the process of potters's identification from the village Rio das Pedras, that is located in the vicinity of the Conservation Unit has been cited before. For it, it were used the concepts of identity from authors such as Stuart Hall, Castells and Claude Dubar

besides Canclini's hybridisation and intercultural. To achieve these goals, the data collection has conducted through semi-structured interviews. The search had pointed that the process of identification of potters left of the exclusion vision about their work. The image that the closest interlocutors as residents, potters and public agency have about the work in the brick factory is subsistence, an informal activity that generates income to a needy population and without training. The situation of inequality, disconnection and exclusion is the factor that doesn't allow regularizing in front of tax, labor and environmental laws. So that the creation of the PARNASI can't be seen in isolation as a factor that puts the potters as irregular, because they come from a marginalized situation from a different way of the logic modernity production.

**Keywords**: Identity, Identity Processes, Work, Exclusion and Conservation Unit.

# INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa surgiu a partir das discussões dentro do "Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder" (GEPPIP)[1], vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS). O grupo tem se ocupado de estudos sobre os impactos advindos com a criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) na vida de moradores das comunidades do seu entorno, principalmente os que interferem nos aspectos simbólicos referentes aos valores, às representações e às identidades. Esta pesquisa se interessou pelas alterações ligadas às atividades laborais dos oleiros. Foi escolhida como objeto empírico a dinâmica de representações e valores sobre o trabalho de oleiros do povoado Rio das Pedras que fazem parte do processo de identificação desse grupo.

Em 2005 foi implementado o PARNASI, uma unidade de conservação (UC) que engloba as Serra de Itabaiana, Serra do Bauzinho, Serra de Cajaíba e Serra Comprida. A área se estende pelos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Campo do Brito e Malhador (MMA, 2011). No entorno dos seus limites se encontram diversas residências, fazendas e povoados. Com a criação do Parque foi introduzido na localidade uma nova legislação que regula os usos dos recursos naturais da área, alterando certas atividades e a relação da população do entorno com a natureza. Principalmente grupos que tem como meio de subsistência atividades laborais que usam esses recursos como insumos, o que vem ocasionando conflitos entre alguns moradores, como agricultores, pecuaristas, extrativistas de pedra e oleiros, com os órgãos ambientais. (ENNES, 2010; ENNES *et all*, 2009; SCHETTINO *et all*, 2009). Essa situação de conflito é o oposto da proposta de um parque nacional, pois este com uma flexibilidade maior que outras modalidades de unidades de conservação, como as estações ecológicas, visa diminuir tais conflitos com a população local (SNUC, 2000).

Um dos povoados que se localiza próximo ao Parque é o povoado do Rio das Pedras, o maior povoado do município de Itabaiana, já é estudado pelo GEPPIP desde 2007[2] e também

[1] O Grupo de Estudos sobre Processos Identitários e Poder, é formado por alunos de diversos cursos da UFS Coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes, sua primeira formação em 2007 teve como componentes os alunos: Sofia C. Schettino, Isis A. da Hora Bastos, Luanne M. B. do Nascimento, Manuel M. Mendonça. Em 2014 o GEPPIP conta com Maria A. M. dos Santos, Leonice S. Ferreira dos Santos, Allisson G. Goes, Márcia de Jesus Dias, Alexandra Moreira, Eduardo Alves, Claydivan Souza, Edivânia, Claudia, Luanne M. B. do Nascimento, Manuel M. Mendonça, Mirthes Rose, Paulo Thiago e Gregorio C. Schettino.

[2] Ano que o grupo foi criado.

é onde se encontra o grupo de trabalhadores que é tratado nesta pesquisa. De modo que o recorte realizado nesta pesquisa foram os oleiros do povoado Rio das Pedras, onde verificamos as alterações nos valores e representações que são partes constituintes dos processos identitários.

O problema de pesquisa deste trabalho é entender como as restrições advindas com a criação do PARNASI alteraram o trabalho dos oleiros do povoado Rio das Pedras e reconfiguraram seus valores e representações a respeito desse trabalho, inserindo novos elementos à formação das identidades individuais. Utilizamos abordagens que concebem as identidades como relações processuais a partir de autores como Stuart Hall, Castells e Claude Dubar. As identidades são entendidas como elementos inacabados que identificam e diferenciam os indivíduos a grupos sociais, orientando-os dentro da organização social. São compreendidas como relacionais por serem produtos das relações sociais, suscetíveis a mudanças a depender das dinâmicas dessas relações. Desse modo, é utilizado neste trabalho o conceito de processos identitários, por conseguir sintetizar e operacionalizar esses autores que trabalham a identidade como processos inacabados a partir das relações sociais (ENNES & MARCON, 2014).

Foram elaboradas duas hipóteses, uma central e outra secundária. A hipótese central é que a implantação de uma Unidade de Conservação (UC) produz alterações nos valores e significados do trabalho de comunidades rurais de seu entorno. Com o intuito de testá-la esta pesquisa verificou o que mudou em relação a valores no trabalho dos oleiros do povoado Rio das Pedras após a criação do PARNASI.

Como hipótese secundaria temos, que as alterações na esfera do trabalho dos indivíduos são uma variável importante no processo de identificação. De modo que foi verificado como a mudança no trabalho interferiu a ideia sobre os indivíduos envolvidos nessa atividade.

O objetivo da pesquisa é verificar como a implementação da UC alterou o trabalho dos oleiros do povoado Rio das Pedras e reconfigurarou seus valores e representações a respeito desse trabalho, interferindo no processo de identificação dos oleiros do povoado Rio das Pedras. Para tal é necessário conhecer o processo pelo qual se formam e organizam as identidades. De forma que os objetivos específicos são: verificar como os oleiros se veem e como são vistos pelos interlocutores mais próximos, identificar as mudanças sociais e legais dos oleiros após a instalação da UC, apontar quais são as estratégias de enfretamento dos oleiros e das cerâmicas as restrições advindas da criação do PARNASI e averiguar como estes tem se posicionado frente às restrições advindas da criação do PARNASI;

Esse trabalho se justifica por poder corroborar para melhor entender os conflitos entre o PARNASI e a comunidade local e, de certa forma, também os conflitos das demais UC's de outras regiões do país. Pois apesar dos esforços se tem observado dificuldades de superar tais conflitos em um quadro nacional. Além de que muitas pesquisas abarcarem a perspectiva de impactos ocasionados nas UC's pelas comunidades, mas ainda são escassas as pesquisas que verifiquem a influência das UC's no processo de identificação das comunidades. O estudo das relações envolvendo comunidades do entorno de UC's e suas implicações no mundo simbólico contribuem para formar um conjunto de dados que podem alimentar as discussões acerca dos efeitos de UC's na sociedade e consequentemente podem contribuir na sua elaboração e no seu manejo. Este trabalho também pode corroborar em ressaltar a ideia do trabalho ser visto como condição de manutenção da estabilidade econômica dos indivíduos, o que o torna um dos fatores relevantes na formação da subjetividade humana e consequentemente no processo de identificação individual. Principalmente na sociedade contemporânea marcada por crises econômicas, e ainda mais em comunidades periféricas.

A pesquisa segue a abordagem qualitativa e para levantar tais dados os instrumentos utilizados foram às entrevistas e as observações; como também análise documental, consultas ao censo do IBGE de 2010, consultas aos questionários aplicados pelo GEPPIP e a trabalhos anteriores do grupo sobre esta temática. Como fonte de dados primários foram realizada sete entrevistas com oleiros de Rio das Pedras, seis com moradores do povoado, três com representantes de órgão ambientais e duas com ceramistas também do povoado.

Como dados secundários foram utilizados os questionários aplicados pelo GEPPIP nas comunidades do entorno do PARNASI, também foi realizado consulta às pesquisas anteriores, realizadas pelo mesmo grupo, sobre o Parque e comunidades do entorno. Como as dissertações de Mendonça (2012), Morales (2012), os artigos de Ennes & Marcon (2014), Ennes (2010), Ennes *et all* (2009) e Schettino *et all* (2009). Outro dado secundário foi a análise documental de reportagens em jornais locais sobre a criação do Parque em 2005 no Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Sergipe. Além das consultas realizadas no censo do IBGE de 2010 com o intuito de averiguar a situação social e econômica do povoado estudado.

A dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro é dedicado à revisão bibliográfica que vai apresentar a fundamentação teórica e consecutivamente o método empregado no decorrer da pesquisa. Foram utilizados os conceitos de processos identitários em diálogos com os conceitos de hibridismo, interculturalidade e trabalho.

No segundo capítulo é apresentado o contexto social em que se encontram as olarias. O trabalho nas olarias, o reflexo da dinâmica do mundo contemporâneo sobre a vida e o trabalho, a população do Rio das Pedras e seus aspectos socioeconômicos, o processo de criação do PARNASI e a tensão com as comunidades do entorno.

O terceiro é dedicado à descrição dos atores envolvidos com o trabalho nas olarias. Primeiro os próprios oleiros e em seguida os interlocutores mais próximos, que são entendidos aqui como os moradores e ceramistas do Rio das Pedras, além dos representantes dos órgãos ambientais envolvidos na fiscalização das atividades dos oleiros, que no caso, são: o Instituto Chico Mendes da Bioconservação (ICMBio), a Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

No capítulo quarto, apresentamos algumas relações dos oleiros com os valores locais e as leis governamentais que cercam o trabalho nas olarias, desde leis trabalhistas, fiscais e ambientais. Envolve valores como incertezas e marginalização no setor, as normas e como os oleiros se colocam tanto em assimilação como oposição aos valores locais as leis, bem como ao rótulo de ilegalidade. As normas oriundas dos valores estão sempre em relação com os processos de identificação dos grupos, onde pertencer a um grupo exige seguir e compartilhar valores, o que justifica a discussão deste capítulo.

No quinto e último capítulo é discutido o processo de identificação dos oleiros do Rio das Pedras, a partir primeiro da interpretação pessoal de sua trajetória, como si veem e segundo como o oleiro imagina sua imagem diante dos interlocutores mais próximos. Por fim como os oleiros aparecem na fala desses mesmos interlocutores.

O que pode ser apontado na pesquisa é que, primeiramente, o PARNASI mudou o trabalho dos oleiros ao exigir que usassem outras fontes para conseguirem a argila e madeira necessárias as suas atividades, que não fossem da região do Parque. A ação dos órgãos ambientais coibiu grande parte do uso da argila pelos oleiros, a maior parte da argila usada por oleiros vem de caminhões de áreas legalizadas que acaba saindo com menor custo que a extração feita por carroças. Mas a mudança não é isoladamente impedimento para o funcionamento das olarias e de seu crescimento.

Também não ocorre alteração acentuada na visão que os interlocutores mais próximos têm das olarias pelo fato do surgimento do PARNASI. O ofício oleiro já possuía uma imagem de informalidade e de marginalização, pois são atividades realizadas sem registros, que não pagam impostos, não respeitam os direitos trabalhistas e são recorrentemente fiscalizados por

usarem mão de obra infantil. Inclusive já eram vistos como desrespeitadores do meio ambiente, pelos órgãos públicos, usarem fornalhas sem filtragem de fumaça. Não foi a criação do Parque que os colocaram como informais e marginalizados, pois os interlocutores mais próximos, e inclusive os próprios oleiros, já os viam nessa situação de irregularidade. O que ocorreu foi um agravamento dessa situação de vulnerabilidade.

A imagem vista pelos interlocutores dos oleiros é de exclusão próxima de outras atividades informais e do trabalho na roça. Suas atividades são permitidas pelos órgãos públicos por entenderem que se trata de ações de subsistência. Os moradores, na maioria dos casos, compartilham da ideia que as olarias são uma forma de sustento, e que não seria justa com elas a interdição das atividades.

Entretanto as olarias também são vistas de forma positiva, primeiro como uma forma honesta de sustento que pode ser mal remunerada, mas nunca falta trabalho, baseado no domínio de uma técnica, ou seja, o conhecimento de uma técnica que proporciona estabilidade diante do desemprego e da pobreza extrema que marcam as comunidades do local. Segundo, as olarias juntamente com as cerâmicas são vistas pelos informantes como as causadoras do desenvolvimento do povoado.

A criação do Parque por si só não alterou profundamente, como já foi dito, a imagem e valores do trabalho nas olarias, a ilegalidade a partir dos usos dos recursos naturais faz parte de um conjunto de irregularidades provenientes da situação pobreza/desigualdade, exclusão e desconexão que esse grupo se encontra e que o marca no processo de identificação. A forma de produção das olarias está fora da lógica de produção da modernidade, daí que as olarias nunca irão se enquadrar como legais pelos órgãos públicos enquanto funcionarem nas condições de exclusão. A dificuldade dos grupos produzirem dentro da lógica atual, aponta um tipo de exclusão que parece fazer parte da contradição da modernidade.

## METODOLOGIAS E FONTES

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram usados métodos qualitativos, pois são os mais apropriados para responder perguntas sobre “o como” e/ou entender o processo pelo qual tal fenômeno ocorre (CAMPBELL & KATONA, 1978). A pesquisa visa compreender como as alterações dos valores e representações podem influenciar as organizações identitárias dos

oleiros, passando por como se identificam e como são identificados pelos interlocutores mais imediatos.

Entretanto o estudo qualitativo não exclui o uso de dados quantitativos como sugere Richardson (1999), o estudo qualitativo pode mesclar dados probabilísticos e não probabilísticos. Os instrumentos de coletas de dados primários foram: entrevistas e participação nas reuniões promovidas pelo GEPPIP com as associações de moradores dos povoados do entorno do Parque conjuntamente com observação não participativa e análise documental. As reuniões do GEPPIP com as associações de moradores ocorreram apenas nos povoados que tinham associação de moradores no caso Ribeira, Bom Jardim e Rio das Pedras. A observação foi realizada nas reuniões e nas entrevistas, pois na prática as entrevistas são sempre acompanhadas da observação (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992).

A análise de documento se refere ao acompanhamento das manchetes dos jornais locais o "Cinform" e o "Jornal da Cidade" no ano de 2005, para verificar o que noticiaram na época sobre a criação do Parque, realizado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Os dados secundários utilizados foram do censo do IBGE do ano de 2010 para montar tabelas e gráficos comparando os dados socioeconômicos dos povoados do entorno e a análise de questionários aplicados pelo GEPPIP nos povoados do entorno.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas seguindo um roteiro com algumas questões de partidas sobre os temas de interesse do pesquisador. Foi deixado que o entrevistado falasse a vontade sem grandes intervenções do entrevistador apenas interferindo para que o assunto chegasse aos temas de interesse (KANDEL, 1980), dando mais liberdade para o entrevistador conduzir as entrevistas, pois à medida que decorrer a narrativa foi sendo colocadas questões que levantassem informações relevantes a atender as perguntas da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas quando permitidas pelos interlocutores para melhor registro dos detalhes, as entrevistas que não eram gravadas foram registradas em um diário de campo (BEAU & WEBER, 2007). O pesquisador foi a campo com leituras teóricas e com uma problemática e hipóteses definidas (BEAU & WEBER, 2007; QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992). Tendo em mente que os relatos por si só não expõem os problemas, sempre será necessária à interpretação do pesquisador a luz da teoria (LANG, 2000).

A entrevista acerca de pontos específicos da pesquisa, por demandar menos tempo, permite ao pesquisador buscar mais depoimentos e com isso compara-los. Como essa

pesquisa teve como proposta comparar a fala de vários atores sociais, a princípio, foi trabalhado com relatos orais. Ouvir a fala dos oleiros é dar voz a um grupo até então silenciado sobre a criação do Parque e a relação entre comunidade e a serra, seus usos e significados.

Para os estudos dos processos identitários o depoimento de cada individuo se mostra pertinente uma vez que são vistos como portadores da cultura, valores e significados. Como no texto transcrito de Guy Michelat (1980) abaixo.

> Partimos da hipótese de que cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e que é representativo delas. Compreendemos aqui por cultura o conjunto das representações, das valorizações efetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos visados... (MICHELAT, 1980, p. 194).

Os dados extraídos de questionários[3] aplicados pelos estudantes[4] que compõem o grupo GEPPIP em 2012, foram aplicados em cinco povoados do entorno do PARNASI, são eles: Rio das Pedras, Bula Cinza, Serra, Bom Jardim e Ribeira. O uso de questionários junto das entrevistas se fez necessário para atingir um número maior de moradores e com isso averiguar a impressão sobre o Parque e a relação destes com os trabalhadores e o próprio Parque.

O recorte empírico da pesquisa que deu origem a essa dissertação foram os moradores do povoado Rio das Pedras, ligados ou não ao trabalho das olarias, com a intenção de registrar a fala dos oleiros sobre suas condições diante do povoado e a fala dos interlocutores mais diretos sobre estes trabalhadores. Os interlocutores diretos são entendidos aqui como moradores do povoado, incluindo os ceramistas e os representantes dos órgãos de fiscalização ambiental.

Foi importante entrevistar trabalhadores de cerâmicas, pois as cerâmicas dividem a mesma região com as olarias, mas estão em uma posição regularizada perante os órgãos ambientais, o que poderia levar a um discurso de oposição e de marcação identitária em relação aos oleiros, já que estes últimos não seguiam a legislação.

Os relatos orais necessitam que o entrevistador planeje a inserção para ter a confiabilidade necessária para conseguir as informações pertinentes, para isso o primeiro passo é o respeito sempre ao informante e seus valores, costumes e pontos de vista (ENNES, 2000).

[3] Foram aplicados 240 questionários em cinco povoados: Rio das pedras (81 questionários), Bom Jardim (60), Ribeira (48), Serra (32), Bula Cinza (19).

[4] O autor Gregorio C. Schettino também participou da aplicação dos questionários. Na aplicação dos questionários já foi sendo realizadas as observações.

Buscou-se estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e o grupo estudado por um intermediário, que aqui será chamado de Seu João, indicado por outro membro do GEPPIP, Manuel M. Mendonça que trabalhou com os povoados do entorno do PARNASI e estudou processos de (des) territorialização entre olarias, cerâmicas e o Parque na dissertação defendida em 2012[5]. Entretanto, não foi possível fazer contato com o intermediário indicado devido a várias tentativas frustradas de contato com o mesmo. Houve um primeiro contato por telefone com Seu João e chegamos a marcar uma entrevista, mas no dia marcado ele não atendia o celular. Nos dias seguintes também não atendia as minhas ligações.

Dessa forma abandonei o contato e fui sem intermediário. Andei pelo povoado até as olarias e cerâmicas que avistava ou eram indicado pelos moradores. A recepção que recebi dos oleiros foi muito positiva, todos os proprietários das olarias me receberam e falaram bastante, apenas em uma olaria não pude falar com o dono, pois o mesmo não se encontrava. Já nas cerâmicas só foi possível contato com o proprietário na menor das cerâmicas, e na maior só foi possível falar com o gerente.

Foram realizadas seis entrevistas formais com oleiros e uma com um trabalhador que tomava conta de uma olaria e já havia trabalhado nas cerâmicas. Também foram entrevistados seis moradores, e suas residências foram escolhidas de forma aleatória no povoado. Mantendo uma distância de no mínimo dez casas entre elas, para que não fossem realizadas as entrevistas em apenas uma região do povoado (GOOD & HATT, 1979). Outro grupo entrevistado foram os ceramistas, destes foram duas entrevistas uma com o proprietário de uma cerâmica recente, com menos de dois anos de funcionamento, e outra com o administrador de uma grande cerâmica com mais de dez anos de funcionamento. Por fim o último grupo foi com os representantes dos órgãos ambientais envolvidos na fiscalização do Parque, são eles: o gestor do PARNASI, Sr. Marleno, o chefe de fiscalização do IBAMA no estado de Sergipe e o superintendente de fiscalização da ADEMA, o Sr. Leão.

Outros dados foram levantados, a partir de conversas com moradores da comunidade, durante a aplicação dos questionários e nas visitas as associações de moradores dos povoados do entorno promovidas pelo GEPPIP, inclusive com o coveiro do cemitério Mundés, que contribuiu com informações sobre a história do povoado. Além de conversas informais com pessoas ligadas a criação do PARNASI e a outros pesquisadores da região. Segue nas próximas páginas a descrição das entrevistas realizadas.

[5] Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

**As Entrevistas**

As entrevistas nas olarias e com moradores foram realizadas sem intermediários, devido a tentativas frustradas de contato com possíveis intermediários, como o antigo presidente da, já extinta, Associação de Moradores do Povoado Rio das Pedras, chamado de Seu João. Dessa forma as entrevistas nas olarias foram feitas com visitas sem aviso prévio, com olarias que foram encontradas pelo pesquisador durante passeio no povoado ou com indicação dos moradores sobre onde as localizar.

Não houve resistência às entrevistas, pois todos os donos de olarias que abordei não se recusaram a dar entrevistas, apesar da desconfiança. Também não foi difícil localizar os donos das olarias já que sempre estavam trabalhando no local ou nas proximidades e as visitas ocorreram durante as horas de trabalho, das sete horas até o meio dia de segunda a sábado. Entretanto, poucos permitiram que a entrevista fosse gravada.

Em um segundo momento entrevistei dois ceramistas e três representantes dos órgãos ambientais, o gestor do parque do ICMBio, o chefe de fiscalização do IBAMA/SE e uma funcionaria da ADEMA da área de fiscalização de recursos naturais. Segue abaixo a lista de todos os interlocutores entrevistados nesta pesquisa, por ordem cronológica das entrevistas realizadas:

O primeiro interlocutor entrevistado com o nome fictício de Seu Edgar é dono de uma olaria de tijolinhos que funcionava ao lado da casa onde residia com sua família, estava trabalhando no momento da visita. Permitiu que gravasse a entrevista. Encontrei a olaria por indicação de um morador.

O segundo interlocutor, com o nome fictício de Seu André, é o dono de uma olaria de telhas, residia próximo ao local de trabalho e também trabalhava na hora da visita. Não permitiu que gravasse a entrevista, esteve bastante à vontade durante a entrevista. A olaria foi fácil de achar já que ficava do lado da rodovia que corta o povoado.

A terceira interlocutora com o nome fictício de Dona Antônia é uma lavradora aposentada que mora há trinta e três anos no povoado Rio das Pedras, reside próxima a uma olaria de telhas, em uma rua onde se localizava mais três olarias. Um dos filhos já trabalhou com carroça na extração de argila. Não permitiu que gravasse, pois tinha receio que o marido desaprovasse. Escolhi a casa para a entrevista de forma aleatória dentre as residências próximas a uma olaria.

O quarto interlocutor com o nome fictício de Seu Tomás, dono de uma olaria de telhas, que têm 63 anos de idade e possui sua olaria há 31 anos. Não permitiu que gravasse, mas falou a vontade. No final do dia de entrevistas quando estava voltando fui chamado pelo filho desse oleiro para conversar, o filho chamarei de Dante, queria saber sobre a minha pesquisa e mostrou como funcionava a olaria, parte por parte, o processo de produção das telhas e falou de forma espontânea dos problemas e perspectivas do trabalho nas olarias.

O quinto interlocutor com o nome fictício de Seu Érico foi um morador da localidade já idoso, com 74 anos e quase cego aposentado que trabalhou como abatedor de boi e caseiro. Mora de frente para a rodovia próxima a rua das quatro olarias já citadas. Escolhi sua residência dentre as casas próximas às olarias e por ser um morador idoso da região, que poderia contribuir sobre a história do povoado e das olarias.

A sexta interlocutora com o nome fictício de Dona Carla é uma mulher de 32 anos, esposa de um ex-trabalhador de olarias que hoje é motorista que presta serviços para as cerâmicas. Permitiu que fosse gravada a entrevista. Reside de frente para a rodovia. Escolhi a casa devido à entrevistada se encontrar na frente de sua residência.

O sétimo interlocutor que chamarei de Seu Nestor dono de uma olaria de tijolinhos no fundo da casa onde morava, não é casado nem tem filhos, os pais trabalhavam com olaria e ele desde pequeno trabalha na olaria. Não permitiu que gravasse a entrevista. Encontrei a olaria andando pela localidade, a partir de informações dos moradores sobre os locais onde poderia encontrá-las.

O oitavo interlocutor, com o nome fictício de Seu Ricardo, é um dono de olaria de telhas, antes da olaria trabalhou 22 anos na lavoura. Não permitiu que fosse gravada a entrevista. Encontrei a olaria andando pela localidade a partir de informações dos moradores sobre os locais onde haveria olarias.

A nona entrevista foi realizada com duas moradoras que jogavam dominó próximo da região chamada de "*chafariz*", que na verdade é uma caixa d'água da prefeitura. Uma é Dona de uma pequena mercearia, chamarei de Dona Hilde e a outra trabalha na lavoura de hortaliças e a chamarei de Dona Catarina. Permitiram que gravasse a entrevista. A escolha foi aleatória dentro da região próxima do "*chafariz*", pois o local é considerado o centro do povoado Rio das Pedras.

A décima entrevista foi com a esposa do dono de uma olaria de telhas trabalha junto com o esposo, chamarei de Dona Simone, já tinha sido lavradora. Permitiu que gravasse a entrevista. Encontrei-a por indicação de moradores.

O décimo primeiro interlocutor que chamarei de Seu Claudio foi com um morador da região que possui um bar e mercearia. Permitiu que gravasse a entrevista. Escolha aleatoriamente entre os moradores do povoado.

A décima segunda entrevista se deu com uma jovem a quem chamarei de Dona Mercedez, que trabalhou na lavoura de hortaliças, na olaria e agora trabalha em uma pousada perto do Parque junto com o esposo. No meio da entrevista uma senhora que foi lavradora, que é sogra da jovem entrevistada, participou também da entrevista, chamarei de Dona Anna, tem filhos que trabalham nas cerâmicas. Permitiram que gravasse. Escolhi a residência de forma aleatória dentre as casas do povoado, entretanto essa casa pertence aos limites do povoado de "Gandu 1".

O décimo terceiro entrevistado foi o atual gestor do PARNASI do ICMBio, Sr. Marleno. Consegui o seu contato através de Claydivan um colega e também pesquisador componente do GEPPIP e estudante do PRODEMA, já tinha entrevistado o Sr. Marleno na sua dissertação. O décimo quarto entrevistado é o atual chefe de fiscalização do IBAMA/SE, consegui contado a partir de uma indicação do Sr. Marleno.

O décimo quinto entrevistado foi o dono de uma cerâmica recém-criada na região, chamarei de Seu Eduardo possuía antes uma olaria de tijolos. O décimo sexto entrevistado é diretor administrativo de uma das maiores cerâmicas da região, chamarei de Seu Henrique. O décimo sétimo foi um funcionário das olarias de tijolos que "toma conta" de duas olarias para o mesmo proprietário. Chamarei de "Seu Carlos", já trabalhou nas cerâmicas. Encontrei a olaria andando pela localidade. A décima oitava entrevista foi com o chefe de fiscalização da ADEMA o Sr. Leão, consegui a entrevista mediante ofício solicitando dados das ocorrências envolvendo atividades extrativistas na região das Serras de Itabaiana.

Estas entrevistas foram as principais fontes de informações sobre como é visto o trabalho dos oleiros diante de quatro grupos, os próprios oleiros, os moradores os ceramistas e os órgãos ambientais.

# CAPÍTULO I – O EIXO DE INTERSEÇÃO IDENTIDADE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE: Aspectos Teóricos Metodológicos.

Com base nos resultados da pesquisa se pode dizer que as relações de trabalhos nas olarias são perpassadas por três alterações que ocorreram na modernidade tardia (HALL, 2002): as crises identitárias, as alterações no mundo do trabalho e a questão ambiental. A dinâmica característica da modernidade no pós-guerra chamada de modernidade tardia por Hall (idem) levou a uma crise no sujeito pós-moderno quanto a sua identificação, a noção de uma identidade essencial e imutável possuída pelos indivíduos cai por terra diante de inúmeras possibilidades de identificação.

O trabalho na modernidade tardia também se transformou. Isto é, deixou de ser somente mais uma troca de força de trabalho por valor desprovido de sentido (MARX, 2008). Mas é exigido criatividade em quase todos os níveis operacionais. Essa criatividade se expressa não só na vida profissional, mas se estende na vida pessoal o que, na realidade, é uma exigência para manter-se no mercado de trabalho (DUBAR, 2009). A estabilidade e carreira das profissões ou do trabalho dão lugar a instabilidades e interrupções profissionais contínuas (DUBAR, idem; SENNETT, 2010) impossibilitando aos indivíduos construírem carreiras e histórias vinculadas ao trabalho (SENNETT, 2010; 2008).

As críticas ao capitalismo em razão de seu caráter insustentável por seu processo de inovação contínua, que já era apontado por Marx & Engels (2007) no século XIX, e o risco de uma crise ambiental, feitas a partir dos anos setenta (HANNIGAN, 2009), tiveram como uma das consequências à pressão para o desenvolvimento de políticas de preservação dos recursos naturais como, por exemplo, a criação de Unidades de Conservação (UC).

A criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), portanto faz parte do conjunto de alterações na modernidade tardia, sendo um reflexo dessas mudanças na região das serras de Itabaiana trouxe um novo elemento ao cotidiano dos moradores dos povoados que se localizam no seu entorno. Além disso, o PARNASI reconfigurou a relação dos moradores com o espaço vizinho das serras, a partir do discurso e da legislação sobre preservação ambiental. Influenciou, também, as atividades econômicas que faz usos de recursos naturais da região, como, por exemplo, as olarias.

A modernidade se caracteriza pela inovação constante (HALL, 2002) novos elementos rapidamente vão surgindo e alterando as relações entre os indivíduos. A mudança do trabalho

altera o vínculo dos indivíduos a um oficio que se soma a uma pluralidade de elementos de identificação que surge e fragmenta as identidades numa dinâmica que ocorre no mundo no mundo todo. No caso das olarias o quadro de fragmentação das identidades e a desvinculação do trabalho se soma às mudanças nas atividades laborais surgidas com o PARNASI.

A presente pesquisa visou entender como a criação do PARNASI alterou os valores e sentidos relacionados com o trabalho de oleiros do povoado Rio das Pedras. As representações e valores referentes ao trabalho fazem parte da subjetividade dos indivíduos (COUTINHO *et all*, 2007), de modo que são variáveis dentro do movimento subjetivo e contínuo de construção, desconstrução e reconstrução das identidades.

Para que seja possível analisar a relação de trabalho no povoado Rio das Pedras nesta perspectiva foi necessária à utilização de uma literatura contemporânea acerca da discussão de identidades e trabalho. Para tal a presente pesquisa se utilizará dos conceitos de interculturalidade e hibridismo de Néstor Canclini, o conceito de processos identitários, uma articulação feita por Ennes & Marcon (2014) que entende identidade como processo a partir de teóricos como Stuart Hall, Kethryn Woodward, Claude Dubar e Manuel Castells, além da relação identidades e trabalho na contemporaneidade em Claude Dubar, Richard Sennett e Ricardo Antunes.

## 1.1 A Modernidade Tardia e a Identidade vista como processo.

Este tópico visa apresentar as correntes teóricas acerca de identidades que foram utilizadas no decorrer desta pesquisa, para entender as alterações identitárias que ocorrem com os oleiros estudados. O conceito de identidade aqui utilizado é entendido como um processo de construção e reconstrução dentro das relações sociais sendo plurais, dinâmicas e fragmentadas; este conceito só começou a ser pensado devido ao aumento da dinâmica das sociedades modernas. Dinâmica essa que será exacerbada na sociedade do pós-guerra, período em que Stuart Hall (2002) denominou de modernidade tardia.

As principais vertentes que existiam sobre identidade, que perduraram até a metade do século XX, tinham origem em abordagens filosóficas que concebiam como prerrogativa a existência de uma essência ou um *ethus* que o indivíduo possuía e perdurava sem alteração durante toda sua vida (DUBAR, 2009). Com o desenvolvimento de vários ramos das ciências

humanas e da psicologia, estas teorias foram sendo questionadas. Uma das principais bases para as críticas à ideia essencialista da identidade surge na psicologia de Erik Erikson onde defende que o processo de formação da identidade no indivíduo é continuo, iniciando-se em seu nascimento até a sua velhice ou morte, ou seja, não se encerra ao final da adolescência e inicio da vida adulta como acreditavam outros teóricos da psicologia de sua época (DUBAR, 2005). A dinâmica e diversidade das sociedades do pós-guerra contribuíram ainda mais para demonstrarem o movimento e pluralidade das identidades individuais e a complexidade da formação destas. A partir do qual fez surgir na teoria social uma abordagem de identidade relacional.

A identidade como um processo mutável só pôde ser pensada depois que as mudanças na sociedade se acentuaram, pois ficaram evidenciadas que as alterações nos valores e contextos influenciam na construção e reconstrução das identidades individuais. As sociedades tradicionais da Europa tinham como valorização a continuidade da sociedade por meio das tradições e uma estrutura econômica que não exigia a inovação, não que impedisse as mudanças, mas criava um ambiente que as dificultavam.

Um dos marcos de diferenciação da sociedade moderna com as formas anteriores é a mudança contínua de todos os âmbitos da vida social, sofrido devido às inovações constantes características do capitalismo, foi apresentado por Marx & Engels (2007) como aparece no excerto abaixo:

> A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado... (MARX & ENGELS, 2007, p. 48).

A partir dessa reflexão de Marx & Engels (2007), Stuart Hall em seu livro "A identidade na pós-modernidade" vai entender que "As sociedades modernas são, portanto por definição, sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes" (HALL, 2002, p.14). Da mudança é possível inferir a descontinuidade e o rompimento com as organizações sociais precedentes como características da sociedade contemporânea. (HALL, 2002). A mudança contínua e os rompimentos para Hall (2002) são os grandes causadores da fragmentação das identidades. A emergência da crise das identidades, portanto é produto da modernidade "A preocupação com a identidade não é, obviamente, nova. Podemos dizer, até certo ponto, que a modernidade nasce dela e com ela." (SANTOS, 2010, p. 136). O homem moderno como autor

da realidade, para Santos (2010), é o ponto de partida para o desenvolvimento da subjetividade individual e consecutivamente para as identidades, visto que só é possível criar um discurso sobre si mesmo quando se percebe como diferente do coletivo, que existe algo em si que é particular. Esse pensamento só surge com o fim da cosmovisão teocrática medieval proporcionada pela modernidade (SANTOS, 2010), ou seja, o particular ganha força com o fim da idade média na Europa e com o surgimento do capitalismo comercial. As principais ideias da modernidade vão se acentuando com o desenvolvimento do capitalismo, e com o capitalismo industrial, já no final do século XVIII na Inglaterra (NIVEAU, 1972), por isso a modernidade é tão importante na discussão de identidade.

O capitalismo que vai até a segunda guerra mundial, tinha como ênfase a valorização da inovação. A partir da segunda guerra mundial, essa valorização continua só que ocorre de forma acentuada e causa mudanças muito mais bruscas na vida dos indivíduos. Um exemplo é o tempo de permanência em uma empresa, as pessoas passavam trinta anos na mesma empresa ou no mesmo ramo, hoje mudar de emprego ou ramo é muito mais corriqueiro. As empresas descartam produtos, negócios e funcionários de forma muito mais rápida, e o funcionário também troca de empresa sempre que é mais oportuno, quebrando a ligação e sentimentos entre funcionários e empresas (SENNETT, 2010).

Nesta pesquisa é utilizado o termo modernidade tardia em vez de pós-modernidade para se referir ao mundo do pós-guerra, já que é um termo que remete melhor este período por entender que existe uma acentuação da modernidade, e não um rompimento, como o termo pós-modernidade poderia sugerir (HALL, 2002). De forma semelhante Giddens (1991) também exclui o termo pós-modernidade, pois remete a ideia de um tempo novo e não ao resultado da exacerbação das características da modernidade, ou seja, para Giddens (1991) é possível dizer que se vivem as consequências da modernidade.

A modernidade tardia se caracteriza pela dinâmica e interdependência da sociedade, colocando o mundo, permanentemente, em um processo acelerado de mudanças. O processo de mudança e conexão do mundo tem origem na modernidade, mas é intensificado no período do pós-guerra (GIDDENS, 1991; HALL, 2002). As alterações da sociedade na modernidade, acentuadas no pós-guerra, enfraqueceram os sistemas de identificação (DUBAR, 2009) e consequentemente diminuíram sua influência como determinantes das ações individuais (PAIS, 1996). Esta crise dos antigos sistemas de identificação e crenças faz com que as forças de homogeneização cultural sejam minimizadas, evidenciando ainda mais a fluidez e pluralidade das identidades (DUBAR, 2009).

> A crise das identidades é um modo de exprimir um conjunto de processos em interação e seu momento histórico. O processo mais geral é o que leva as sociedades ditas "modernas" a destruir constantemente as antigas formas sociais "comunitárias" para substituí-las por formas sociais novas a que chamei, de acordo com Max Weber, "societárias". Esse processo que repousa como Marx previra, numa nova configuração das forças produtivas, produz, pela primeira vez na história, como observara com propriedade Nobert Elias, a preeminência potencial da identidade dos "Eus" sobre o "Nós". (DUBAR, 2009, p. 257).

Para Dubar (2009) a crise dos sistemas gera uma crise das identidades, colocando o homem moderno com mais possibilidades de identificação, mas ao mesmo tempo coloca-o desorientado e/ou desamparado sem uma referencia.

> Pois é disso que se trate, sociologicamente, na crise das identidades, seja qual for a dimensão envolvida. Essa grande passagem, sempre incerta, não raro dramática, mas também potencialmente emancipadora, da dominação dos vínculos comunitários que coagem, determinam, encerram as subjetividades individuais "tomadas" em identificações coletivas e relações de dominação temível... com as relações societárias que individualizam, separam, selecionam, às vezes exploram, muitas vezes angustiam, mas tornam possível uma subjetividade autônoma que alguns chamam de liberdade. (DUBAR, 2009, p. 253)

Hall (2002) também entende que o ambiente onde são formadas as identidades está em crise, e os indivíduos se encontram descentrados, sem um único e confiável ponto de orientação, pois existem vários pontos de identificação que o indivíduo deve usar para dar sentido a sua narrativa, mas nenhum desses pontos dá certeza.

As teorias sociais contemporâneas possuem uma visão relacional de identidade, concebem a identidade como produzida na relação do individuo com os outros, ou seja, produzida na relação de alteridade. As identidades para Hall (2002) e Dubar (2005, 2009) são a forma que o indivíduo se vê dentro da sociedade, o sentimento de pertencimento a um grupo e de diferenciação a outros grupos sociais. Alguns elementos singulares diferenciam o indivíduo dos demais grupos e ao mesmo tempo o aproxima do grupo que compartilha destes elementos. As identidades são uma orientação de indivíduos e grupos dentro da organização social a partir da diferença, ou seja, é a diferenciação que orienta como eles se encaixam na organização social. A formação das identidades é um movimento duplo entre como o individuo se compreende e como é compreendido pelos outros dentro da relação social. A produção da diferença ou semelhança ocorre por meio da interação do indivíduo com o grupo, com os "outros".

As identidades estão sempre em processo de formação (HALL, 2002), pois são produtos dos valores e representações advindos das relações sociais que não são fixas, mas

pelo contrario estão sempre em movimento, logo sujeitas à alterações. Como a formação das identidades é um movimento nunca acabado, pode ser referida como identificação, a ação de identificar que está sempre em curso (CUCHE, 1999).

A identidade também é entendida como fragmentada, pois vários elementos de identificação perpassam o indivíduo (HALL, 2002). Não é possível entender como o indivíduo se vê a partir de um único aspecto de sua vida, mas é a relação entre todos os elementos que constroem a subjetividade. Na modernidade tardia os grandes sistemas de crenças simbólicas perdem força na formação da subjetividade e outros elementos da vida privada aparecem (DUBAR, 2009). Tanto os diferentes sistemas de representação como religião, posicionamento político, nacionalidade e família como também gênero, profissão, casamento, migração, raça, poder aquisitivo e etnia participam da identificação.

Como vários elementos de identificação atravessam os indivíduos varias identidades são construídas pelos agentes. Um indivíduo pode ter vários sentimentos de pertencimento e senti-se vinculado a diferentes grupos, inclusive grupos contraditórios, dependendo do elemento de identificação. Logo a identidade também é plural (HALL, 2002), ou seja, não é um sentimento de pertença, mas vários sentimentos de pertenças, logo se pode dizer identidades em vez de identidade.

Dessa forma, para Hall como para Dubar as identidades são relacionais e remetem a ideia de construções subjetivas entre indivíduo e as interações sociais, de modo que não podem ser essencializadas. São abordagens que trabalham identidades como processos identitários ou de identificação contínuos (ENNES & MARCON, 2014; ENNES, 2013; COUTINHO *et all*, 2007).

Essa concepção de identidade também aparece em Boaventura de Souza Santos (2010), como mostra excerto seguinte:

> Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pala sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 2010, p. 135).

Deste modo, a presente pesquisa entendeu identidades como um processo relacional, plural, fragmentado e dinâmico. Ao analisar os valores dos trabalhadores em olarias entendeu-se que é mais uma variável no processo contínuo de identificação. Isto é, os valores e

representações que orientam as identidades de oleiro são construídos e reconstruídos não apenas em suas relações de trabalho e produção, mas também com os demais atores envolvidos no povoado, em particular os relacionados à implementação e gestão do Parque Nacional.

As identidades de um grupo podem ser de dois tipos: positivas ou negativas dependendo das relações sociais e das relações de poder (HALL, 2002). As relações de poder entre os grupos são os que irão determinar quais são as identidades negativas e quais não são, além de quem faz parte das negativas e das positivas. Um exemplo, clássico apresentado por Hall (2002) é sobre quem é americano, geralmente o americano é visto como o branco protestante, para os outros grupos que nasceram e habitam nos EUA sobram identidades de afro-americanos, latino-americanos, índios, asiáticos, estrangeiros ou de migrantes. Estes grupos têm menor poder de reivindicação em ser definido, simplesmente, por americanos. Existe uma disputa no limite de quem está ou não dentro de determinadas identidades (HALL, 2002). As identidades positivas são produzidas pelas assimetrias de poder entre os atores sociais envolvidos.

As disputas são assimétricas e grupos mais poderosos valorizam sua identidade e desvalorizam as demais. Impõem identidades negativas e possuem força para dizer quem pertence ou não a determinada identidade. Os grupos dominantes procuram nomear os demais grupos. Para Goffman (2004) esse processo de impor uma identidade negativa a outros grupos vai ser chamado de estigmatizar, ou seja, o poder dos grupos de rotular os outros grupos.

A imposição de identidades ocorre quando um grupo detém o poder de nomear e/ou renomear os demais grupos (HALL, 2002). A questão do Parque nos povoados do entorno pode gerar alterações nos valores do trabalho dos oleiros ao ponto de impor uma imagem de causadores de impacto ambiental. Um dos processos pelo qual forma a identidade para Castells (1999) é a imposição feita por instituições dominantes que são legítimos para nomear chamada de "identidade legitimada". A ilegalidade das atividades dos oleiros perante os órgãos reguladores pode ser visto como um exemplo dessa "identidade legitimadora".

Muitos grupos não têm condições de saírem das identidades negativas ou rótulos completamente. Mas têm condições de reações e de montarem estratégias para tentarem mudar ou responder ao possível rótulo. Quando a ideia que o grupo tem sobre si é diferente do que a sociedade tem sobre eles vai gerar uma tensão (DUBAR, 2009). Os indivíduos vão tentar diminuir essa separação, entre a imagem que possuem sobre si e a imagem que os outros possuem sobre eles.

Como as identidades são relacionais sempre deve existir o outro para se diferenciar no processo de identificação de um grupo, ou seja, o processo de definição de um grupo se baseia na diferenciação de algum grupo sobre os demais grupos (WOODWARD, 2011). Alguns elementos culturais podem marcar simbolicamente as fronteiras entre as identidades, que permitem identificar em qual lado o indivíduo ou os grupos está/estão (WOODWARD, 2011).

No trabalho nas olarias estar em situação irregular em relação às leis ambientais ou não possuir carteira assinada pode ser visto como exemplos de marcos identitários, pois não possuir uma documentação pode mostrar que o indivíduo não pertence a determinado grupo já que não tem condições para obter tal documento.

Lembrando que o estudo do rótulo de ilegalidade na localidade não tem por objetivo verificar quem realmente burlou a lei ambiental, se é que alguém o faça, o que está em jogo é saber quem é percebido como o infrator da área do Parque pelos grupos sociais. Em Becker (2008) não era verificado quem eram os desviantes das regras, mas quem é reconhecido como tal. O autor ressalta ainda que pode existir um desviante que não é percebido pelos grupos, logo não é tratado como um, e também podem existir pessoas que não desviaram regra alguma, mas o grupo o compreende como desviante. O jeito de uma pessoa se vestir, por exemplo, pode ser usado pelo grupo para tratar o outro como usuário de entorpecente.

Há quatro pontos recorrentes, nos autores citados, referentes ao estudo de identidades na perspectiva relacional que são indispensáveis a sua compreensão. Desses pontos que Ennes & Marcon (2014) vão sintetizar as contribuições desses autores para operacionalizar o conceito de processos identitários. Primeiro é a visão dos atores envolvidos, tanto nesse caso dos próprios oleiros sobre si mesmo, como da visão do outro; segundo as leis e normas oficiais ou não que regulam as relações; terceiro é as relações de poder, sempre assimétricas, inseridas nas relações sociais, e por fim, o contexto ou meio social em que o grupo social estudado se encontra (ENNES & MARCON, 2014).

Desta forma, para o estudo de valores e representações sobre o trabalho nas olarias, deve se analisar como o oleiro vê seu trabalho, como acha que os outros pensam sobre o seu trabalho e como os outros pensam esse trabalho. Além disso, analisar o meio social ou contexto em que o trabalho de oleiro está mergulhado, as normas e valores da cultura local em meio da modernidade tardia, e o ambiente político local formado pelas relações de poder. Esta pesquisa procurou trabalhar as visões dos interlocutores sobre o trabalho nas olarias, o contexto, as normas e valores e as relações de poder que estão envolta das olarias.

## 1.2 Hibridismo e Interculturalidade

Para entender a cultura e o meio social onde se encontra as olarias pesquisadas, foram usados os conceitos de interculturalidade e de culturas híbridas de Canclini (2013). Para o autor não existe uma cultura pura e fixa. Toda cultura foi produto de interação constante entre outras culturas já existentes. Esta interação continua é entendida por Canclini como hibridismo ou hibridação. As culturas são híbridas, pois são reconfigurações entre culturas anteriores que também foram produtos de interações anteriores para formar novas estruturas e práticas culturais e esse movimento é chamado de hibridação (CANCLINI, 2013). As reconfigurações que formam as culturas não são entendidas por Canclini (2013) somente pelo encontro de culturas étnicas distintas, mas também pela interação entre a mídia e cultura local ou entre gerações, ou ainda entre bairros.

O hibridismo permite entender o fim das divisões binárias na concepção de cultura como culto ou popular, periferia ou centro, nacional ou estrangeira e urbano ou rural, pois tudo é produto de cruzamento cultural (CANCLINI, idem). Hobsbawm (2012) lembra que muito do que é celebrado como uma tradição ou cultura nacional, nada mais é que uma produção da modernidade e da formação dos Estados nações. Tanto para Canclini (idem) como para Hobsbawm (2012) a cultura não é pura, mas é produto de recombinações anteriores, de forma que não se trata cultura como objeto que um grupo possui, mas um fluxo de ações em desenvolvimento.

Toda a pompa do casamento real inglês, por exemplo, que é tido como tradicional no país com sua origem medieval, para o historiador Hobsbawm (2012) não passa de um mito, pois o espetáculo no casamento real data de pouco mais de cem anos e com o intuito de valorizar a cultura e a família real britânica. O mesmo se aplica ao *kilt* escocês, uma vestimenta tida como tradicional de nobres escoceses e muito utilizada para celebrar a identidade nacional escocesa, entretanto foi criado no inicio da revolução industrial para trabalho em indústrias muito depois da junção com a Inglaterra e tem sua origem em uma vestimenta rudimentar de imigrantes irlandeses para as montanhas escocesas (ROPER, 2012).

O excerto de Canclini (2007a) auxilia para ilustrar a nova visão de cultura renovada já nos anos 90: “[...] a noção de cultura: não mais como entidade ou pacote de características que

diferenciam uma sociedade de outra. Concebem a cultura como sistema de relação de sentidos que identifica diferenças, contrastes e comparações [...]" (CANCLINI, 2007a, p. ).

Outro ponto importante trabalhado por Canclini (2013, 2007a) no conceito de hibridismo são as relações de desigualdade e desconexão. Não é só a diferença cultural que está no jogo, mas as forças e acessos dos indivíduos ao simbólico. Existem culturas dominantes que exclui ou subordina as diferentes culturas que não possuem forças e acessos (CANCLINI, idem). Além de Canclini, outros autores destacam a importância de não se ver somente a diferença, mas também a subordinação dos subgrupos, a desigualdade nas relações entre os grupos (LACLAU, 1997). A afirmativa de que as oportunidades são iguais para todos e as potencialidades individuais também são, é contestada por Bourdieu (2007), pois os capitais de cada agente são diferentes, portanto possuem condições diferentes nas disputas pelas oportunidades ou bem.

Um aspecto importante nas relações de poder visualizado por Canclini (2013, 2007a, 2007b) é que não nega o poder de reação dos grupos dominados. As relações sociais são desiguais, mas são vias de mão dupla. Mesmo que a reação dos grupos menos favorecidos não permita sair por completo da situação de exclusão e submissão, a cultura será alterada pela reação. De modo que a produção da cultura é a interação entre os grupos dominantes e os dominados, não simplesmente a imposição dos dominantes sobre dominados. É preciso levar em conta as desigualdades nos estudos acerca de cultura, mas sem apagar os grupos dominados.

Pensar as identidades segue caminhos próximos, para Silva (2011), não é só pensar as diferenças e as semelhanças na questão identitária, mas o como esse processo se dá, suas relações de poder. "Os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradores de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, transgressão social." (ENNES & MARCON, 2014). A questão identitária vista como processos identitários, permite pensar as relações sociais como transpassadas pelas relações de poder assimétricas, sem com isso apagar as possíveis transgressões que fazem parte dos processos identitários.

A globalização, para Hall (2003b), é uma estrutura de dominação que gera desordem mundial e miséria por criar uma competição injusta entre nações ricas e pobres. Todo o movimento global cria sociedades multiculturais, a existência de uma sociedade formada por indivíduos de diferentes regiões (HALL, 2003b). Canclini (2007a, 2007b) vai entender também a globalização como estrutura de dominação que gera desigualdade, assim como

Sennett (2010). Entretanto para Canclini (idem) as sociedades atuais são mais que um ambiente multicultural, mas sociedade de culturas interligadas, na globalização é possível entender a cultura como interligada podendo ser chamada de interculturalidade (CANCLINI, 2007a) onde as culturas não coexistem isoladamente, mas interagem entre si o tempo todo, logo a cultura não é estática, mas está em movimento assim como as identidades. Neste trabalho entendemos que a identificação relacional não pode ser pensada fora de uma diversidade de culturas entrelaçadas.

O que se imagina por globalização é uma interação de todos os países e de todos os consumidores, mas que na verdade é um processo desigual que gera dependência e pobreza (CANCLINI, 2007b). Na globalização também se observa a criação de blocos entre países com alguma característica cultural próxima, ou seja, um movimento de reforço cultural e econômico em resposta a globalização (CANCLINI, idem).

A hibridação e a interculturalidade permitem pensar que a cultura de um local é produto de uma interação contínua de elementos culturais distintos, que não seria diferente no povoado Rio das Pedras. A cultura e tradição do mundo rural local se cruzam com a cultura e tradição da modernidade e de elementos culturais de outras regiões do país e do mundo por meio da mídia, meios de comunicação, religião, trabalho e industrialização para formar a cultura que vemos. Pois na América Latina existem muitos resquícios do mundo tradicional e o processo de modernização não se completou (CANCLINI, 2013).

O PARNASI e os conflitos no seu entorno são exemplos do choque entre o discurso ambiental e a tradição local, como também a chegada da telha de outras regiões no mercado de Sergipe é reflexo da influencia da dinâmica do mercado na comunidade. A imagem dos oleiros é produto da relação das leis e da reação dos oleiros a elas, Canclini nos permite entender que a ideia de oleiro como ilegal não é só uma rotulação dos órgãos reguladores, mas as reações dos oleiros a este rótulo fazem parte da ideia sobre oleiros compartilhados pela comunidade. Um exemplo foi a propagação na comunidade da ideia de que as olarias só burlam a lei por necessidade. A partir daí se percebe melhor que a interculturalidade se encontra em todas as sociedades mesmo em regiões mais periféricas, como em áreas rurais de um município do interior do estado de Sergipe.

## 1.3 A (Des) centralidade do trabalho e produção de identidade.

Dentro da modernidade tardia surgem críticas ao uso do trabalho como categoria de análise das ciências sociais, a principal crítica vem do filósofo social Habermas, que dá ênfase aos aspectos comunicacionais da vida em sociedade em detrimento dos aspectos econômicos e trabalhistas, colocando-os em segundo plano. Discordando do caráter ontológico do trabalho como fundador do ser social em Lukács (ANTUNES, 2009; CARDOSO, 2011). Após Habermas vão surgindo outros críticos a categoria trabalho como Claus Offe, André Gorz, Adam Schaff e Robert Kurz (CARDOSO, 2011). Entretanto, autores como Ricardo Antunes e Sérgio Lessa, além do próprio Luís Antonio Cardoso, aqui no Brasil, têm se posicionado contra as abordagens que defendem o descentramento do trabalho.

O termo descentralidade do trabalho, para Lessa (1997), aparece de forma recorrente nas publicações cientificas, entretanto com significados diferentes, necessitando assim que nas pesquisas sejam esclarecidos sobre qual descentralidade do trabalho se referem. Lessa (1997) enumera dois principais sentidos para descentralidade do trabalho que domina a teoria contemporânea. Um dos principais significados de descentramento do trabalho se refere à crítica a centralidade ontológica do trabalho de Marx e Lukács (ANTUNES, 2009; LESSA, 1997).

Para Marx (2008) o trabalho é a transformação da natureza para atingir determinado fim imaginado na mente humana. Como mostram estes dois excertos: "[...] O trabalho é um processo que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza." (MARX, 2008, p. 211). "No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira" (MARX, 2008, p. 212).

Assim, o trabalho teleológico diferencia o homem dos animais "Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana [...] Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade" (MARX, 2008, p. 211). O trabalho como ato de transformação da natureza para saciar as necessidades humanas é o fundamento do ser social, ou seja, quando o homem transforma a natureza em prol de seus interesses fundamenta a vida em sociedade e o separa do homem

primitivo. A gênese do ser social se baseia na aquisição de autonomia sobre a natureza, advindo com o trabalho (ANTUNES, 2009). O social é visto pelo marxismo como a manifestação na qual o homem se liberta das necessidades naturais (CARDOSO, 2011). Segundo Marx o homem transformou sua relação com o mundo/natureza até criar sua própria relação humana-naturais, através da prax material (FOSTER, 2010).

O trabalho é uma ação teleológica primária, as outras ações teleológicas mais complexas como a política, religião, arte e ética, surgem depois do trabalho e ganham uma supremacia sobre este. São atos teleológicos secundários, que são autônomas com relação aos atos teleológicos primários, mas tem sua origem nelas (ANTUNES, 2009). Não pode haver existência social sem trabalho ainda que não se resuma a ele (LESSA, 1997).

Entretanto, a partir dos anos sessenta Habermas critica o enfoque dado ao econômico, ao conflito e ao trabalho na teoria marxiana e marxista. Para ele a linguagem, os sistemas de ideias compartilhadas, e o consenso são os elementos centrais na ação humana, e coloca a intercomunicação como elemento fundador da sociedade (ANTUNES, 2009). Esta é uma das principais críticas que levaram ao fortalecimento de abordagens com enfoque na cultura e o enfraquecimento de teorias marxistas.

No entanto por mais que a teoria habermasiana domine as teorias das ciências sociais desde a década de noventa, não encerra a discussão sobre a descentralidade ontológica do trabalho. Isto porque, antes mesmo de Marx, Hegel desenvolveu a ideia de que o trabalho é a ação reflexiva que liberta o homem da tirania da natureza, logo para Hegel o trabalho é um elemento importante para a análise do homem (CARDOSO, 2011). Para Cardoso (2011) Habermas não chega a criticar o conceito de trabalho em Hegel, o que para o autor é de suma importância para criticar o conceito de trabalho em Marx e Lukács. Cardoso (idem) coloca ainda que Habermas não possui material empírico suficiente para confirmar que a ciência é o motor da produção na contemporaneidade, pois na prática cada vez mais é possível verificar a dominação da lógica de acumulação do capital sobre a produção cientifica. Resumidamente, para Cardoso, o trabalho é uma importante categoria de análise das ciências sociais que não pode ser facilmente desconstruída.

Além da descentralidade ontológica comentada acima, Lessa (1997) também aponta uma segunda descentralidade do trabalho que aparecem nos trabalhos científicos, e não são feitas as devidas distinções entre as desentralidades, se refere à diminuição do tempo da vida dedicado ao trabalho (LESSA, idem). Desse segundo descentramento que Hall (2002) trata em seus trabalhos.

Na modernidade tardia os indivíduos diminuíram o tempo necessário para o trabalho, aumentando assim, o tempo livre para o lazer e outras atividades. Dessa forma o trabalho perde espaço na vida pessoal e consequentemente na subjetividade individual, dando espaço para outros elementos culturais (HALL, idem)

A classe operaria e sua capacidade de organização política também perde força a partir da segunda metade do século XX, e com isso o vínculo entre trabalhadores (GORZ, 1987). De modo que na teoria moderna social o trabalho deixa de ser visto como categoria central e passa a ser considerado como descentrado. O estudo acerca de classe e trabalho vai ser substituído por abordagens que dão ênfase no aspecto cultural, com as noções de discursos e identidades (MEIKSINS, 1996).

Entretanto Lessa (1997) resalta que já em Lukács e no próprio Marx aparecem à ideia de que com o desenvolvimento da produção possibilitaria no futuro uma diminuição no tempo dedicado ao trabalho, logo o fato da diminuição do tempo dedicado ao trabalho, observado nas sociedades na modernidade tardia, não está em contradição com o pensamento de Marx acerca do trabalho.

Por mais que o tempo do trabalho tenha diminuído, a dimensão ocupacional ainda é parte considerável da vida individual. O trabalho faz com que o individuo se vincule em determinado momento da vida. O vínculo ao grupo, ao meio e lugar onde o trabalho é realizado contribui para a formação da subjetividade do individuo "O trabalho, enquanto fenômeno aos quais os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital é elemento constitutivo da subjetividade humana e, portanto da sua identidade." (COUTINHO *et all*, 2007, p. 34).

Parte do tempo considerado livre é utilizada pelos indivíduos para a capacitação, ou seja, parte do tempo livre é dedicada às atividades laborais. A partir do final dos anos oitenta as empresas se abstiveram da responsabilidade da formação de seus funcionários, esta responsabilidade foi passada para os próprios indivíduos, ou seja, para a esfera do privado (DUBAR, 2009). O tempo livre também está na lógica das coisas a fazer (BOURDIEU, 2007). As férias são um tempo exposto a muitas pressões sociais, como o dever de ter que aproveitá-las, consumir ou acumular algum tipo de capital (BOURDIEU, 2007), um capital que é usado muitas vezes para a capacitação. De modo que o tempo livre não está tão desvinculado com o trabalho.

No caso das olarias, a situação de vulnerabilidade que aparece no povoado está com tempo livre não remete a mais lazer, o tempo livre é sinônimo de falta de trabalho, logo é

visto como negativo. Portanto, estar com o tempo livre era um vínculo negativo entre esses trabalhadores do povoado.

A preocupação com o sustento da família e o risco do desemprego faz com que o trabalho seja uma preocupação central na vida dos indivíduos (DUBAR, 2005). A sociedade é marcada por crises econômicas, o que coloca a possibilidade de está desempregado sempre presente.

Para Sennett (2010) no novo capitalismo, o mercado se tornou muito mais dinâmico e as instituições para se manterem no mercado também se tornaram dinâmicas, e para isso adotaram uma lógica de inovação constante. As organizações tiveram que se desapegarem de produtos, serviços, funcionários e estratégias, como consequência foram cobrados dos funcionários o mesmo desapego e o interesse pela mudança. Para Sennett (2010) essa cobrança sobre o trabalhador alterou drasticamente a formação do caráter dos indivíduos.

Lembrando que os processos sociais e econômicos que caracterizam a sociedade capitalista não ocorrem do mesmo modo e nem na mesma intensidade em todas as partes do planeta. O que Sennett aponta é a ruptura na sociedade do novo capitalismo, que aparece também, mas em menor força no povoado estudado com os trabalhos temporários e principalmente a descontinuidade de trabalhos tradicionais da região como agricultura e das olarias.

Apesar de viverem na zona rural de um município do interior de Sergipe, os oleiros também estão sujeitos a alterações de suas atividades ocasionadas pelas mudanças da modernidade tardia. Um bom exemplo é a dinâmica de mercado da construção civil local, com o surgimento das telhas vermelhas do Rio Grande do Norte no mercado sergipano, são telhas de boa aparência com menor preço que as telhas produzidas pelas olarias da região de Itabaiana. A presença dessas telhas é apontada pelos oleiros como o principal desafio enfrentado por eles no momento, e que coloca em risco suas atividades.

Outra variável que gera alguma dificuldade para os oleiros, tem origem na modernidade tardia que é a questão ambiental. A questão ambiental chega de duas maneiras, primeiro pela poluição do ar gerado pelas fornalhas sem filtros, e segundo pelas restrições dos usos de recursos minerais e vegetais na região do PARNASI.

O domínio de uma habilidade no trabalho acaba vinculando os indivíduos na profissão. Em um estudo sobre identidade de operários, feito por Dubar (2005), verificou-se que o domínio de habilidades no trabalho era elemento de valorização de seu serviço e dava a sensação de segurança do trabalho frente à demissão, pois não é qualquer um que tem

conhecimento prático para substituí-lo. Nas entrevistas com os oleiros foi possível verificar essa valorização aos anos de prática e por dominarem uma habilidade. Além da habilidade da olaria lhes proporciona não ficarem desempregados, pois eles relatam que em sua atividade sempre tem serviço, a habilidade técnica lhes dão segurança econômica.

Nesta pesquisa entendemos que o trabalho não é o elemento central na vida pessoal e diversos outros elementos fazem parte da subjetividade humana. Entretanto, o trabalho ainda hoje é fundamental na formação da subjetividade por ocupar parte relevante da vida individual, portanto pode ser uma categoria de análise das ciências sociais. Na modernidade tardia, onde o espectro do risco do desemprego ronda os trabalhadores, os indivíduos dão ênfase as suas atividades laborais. De modo que o trabalho é um importante aspecto reconhecido pelos indivíduos. As mutações do mundo do trabalho colocaram novas exigências aos trabalhadores que alteraram sua forma de enfrentarem a vida. A dinâmica do trabalho contemporâneo que impõem aos trabalhadores essa mesma dinâmica só evidencia sua relevância na formação dos indivíduos. O trabalho não é o elemento central na vida dos indivíduos, mas sem dúvida é um dos elementos relevante na vida destes, principalmente quando estão em situação de vulnerabilidade.

Na teoria social é feito uma divisão sobre o trabalho, entre o velho e o novo trabalho (BRAVERMAN, 1981). O novo trabalho está ligado a serviços que exigem uma capacitação previa, são vistos como bem remunerados e dão mais liberdade ao indivíduo, como exemplos dessa nova atividade, temos os engenheiros, técnicos, administradores e professores. O velho trabalho está relacionado ao serviço manual repetitivo que dispensa um conhecimento teórico profundo ou capacitação especifica, são exemplos, motoristas, faxineiros e operários.

O "novo" trabalho cresceu consideravelmente nos EUA, um trabalho onde mais da metade dos americanos trabalham e, muito se diz, é o tipo de atividade que vai dominar o futuro próximo (BRAVERMAN, 1981). Entretanto, Braverman (1981) lembra que tanto o trabalho de zelador e o de engenheiro tiveram seu número aumentado consideravelmente nos Estado Unidos nos anos 70, por que só o engenheiro é considerado o "novo" trabalho se o emprego de zelador também cresceu consideravelmente? (BRAVERMAN,1981).

Muito do "velho" trabalho existe nos EUA como lembra Braverman (1981), se pensarmos nos números do mundo vemos que predomina o "velho" trabalho, pois o capitalismo necessita deste trabalho. Pensar que o trabalho braçal, descrito por Braverman (idem) como "o velho", é minoria e que está em via de extinguir-se é ignorar a maior parte do mundo onde predomina o trabalho braçal e/ou excluído (ANTUNES, 2009). O trabalho

realizado nas olarias está dentro do que é entendido como velho trabalho, entretanto as indústrias de cerâmicas estão ofertando trabalho na região que também não é muito diferente, alias a maioria do trabalho no povoado Rio das Pedras tem características do dito "velho" trabalho.

## 1.4 Identidades e Trabalho: articulações possíveis

É possível verificar ainda que o trabalho ocupa ainda um tempo considerável na vida dos indivíduos, tendo um espaço considerável na formação da subjetividade dos mesmos. A situação de crise econômica e o risco do desemprego fazem com que o trabalho seja uma questão de importância central na vida dos cidadãos, mesmo em sua ausência. Outros elementos são centrais na vida dos indivíduos, mas o trabalho não deixou de ser um destes na modernidade tardia.

Para articular a categoria trabalho com a de identidade relacional, Dubar (2005) defende que as identidades são fruto de contínuos processos de socialização. O primeiro processo de socialização ocorre na infância, são nas relações com os pais que vão gerar as primeiras ideias acerca de identidade étnica, de classe e éticas articulado com as relações com colegas e professores. As socializações secundárias ocorrerem nas relações que os indivíduos travam durante a vida. A principal origem das socializações secundárias para Dubar (2005) são as relações proveniente das relações de trabalho e o contato com o mercado.

Portanto, as identidades reais são formadas a partir das identidades sociais herdadas em inter-relação com as identidades virtuais, adquiridas com as relações na escola da primeira socialização com as identidades possíveis acessíveis nas socializações secundárias (DUBAR, 2005).

A cada socialização irá alterar os valores que estão formando as identidades, entretanto o indivíduo não vai esquecer as socializações anteriores (DUBAR, 2005). O histórico pesa na formação das identidades. Dois eixos vão fazer parte da formação das identidades, um sincrônico ligado ao contexto de ação objetiva marcada pelo cultural e o eixo diacrônico ligado a uma trajetória subjetiva, a interpretação da história pessoal (DUBAR, 2005). Identidade não é a separação entre o individual e o coletivo, mas produto da relação dos dois.

> No decorrer da vida profissional, as mudanças de todos os tipos aumentaram: mobilidades coagidas, mas também voluntárias, rupturas impostas, mas também progressões negociadas, precariedades sofridas, mas também experimentações desejadas. Verdade que a maior parte dessas mudanças é introduzida pelas estratégias de rentabilização do capital financeiro ou pelas políticas de modernização das administrações públicas. Mas é igualmente verdade que o "modelo" herdado dos "trinta anos gloriosos" do emprego vitalício nos postos de trabalho taylorizados ou dos empregos públicos rotinizados não era o mais apto a favorecer o desenvolvimento da identidade pessoal. (DUBAR, 2009, p. 226)

Não é só o jovem que tem de possuir uma identidade para atuar no mercado, mas o individuo, em qualquer idade, necessita se reinventar constantemente para manter-se competitivo (DUBAR, 2005), ou seja, o indivíduo, independente da faixa etária, passa a ter que mudar continuamente, gerando alterações nas orientações identitárias, para manter-se no mercado. Essa colocação de Dubar (idem) aparece de forma semelhante em Sennett (2010) quando afirma que as exigências do mercado moderno muda a forma de realizar o trabalho de forma que interfere no caráter dos indivíduos, ou podemos chamar da subjetividade individual.

O que se exige das pessoas é: "O ideal do homem ideal é uma individualidade de curto prazo, preocupado com suas habilidades potenciais e disposto a abrir mão das experiências do passado" (SENNETT, 2008, p.14). A maioria das pessoas não é assim, mas pelo contrario, valoriza seu passado e orgulha-se de suas habilidades técnicas, necessitam de relações longas para construir uma narrativa (SENNETT, 2008).

O principal argumento de Sennett (2010) é que as alterações no trabalho comprometeram os trabalhadores a manterem seus vínculos, forçando-os a manterem relações de curto prazo impedindo-os de construirem narrativas para suas vidas. "O fim das instituições deixou um ambiente de fragmentação, hoje o trabalho é mais um ponto de partida do que um local para se estabelecer." (SENNETT, 2008, p.12).

Os vínculos entre trabalhador e empresa foram fragilizados por atividades superficiais e a sensação de trabalho provisório, que o risco do desemprego faz o trabalho parecer. O exemplo da padaria trazido por Sennett (2010) ilustra bem essa situação, na padaria os trabalhadores não se sentiam padeiros, pois o que faziam se limitava a só colocarem a massa do pão na máquina e ligá-la. A superficialidade do trabalho impede que criem vínculos com o emprego, não existe uma habilidade técnica que os definam como padeiros. A própria ausência de habilidade faz com que possam ser substituídos facilmente, já que qualquer um pode fazer esse trabalho. Sennett (2010) reconhece que houve avanços no mundo do trabalho

e que o trabalho de hoje flexível é melhor que o trabalho realizado em tempos anteriores marcados pelas rotinas e altamente hierarquizados. Entretanto o autor vem apontar que o trabalho flexível não liberta o trabalhador completamente como é celebrado atualmente.

## 1.5 A nova ideia de preservação ambiental passa pelo social.

Alguns seguimentos da sociologia trataram as problemáticas ambientais como uma construção social, o que acabou gerando certa insatisfação dos grupos ambientais, pois acusavam essas vertentes de reduzirem os problemas ambientais a meros discursos ou interpretações de grupos sociais e que não, necessariamente, condizem com a realidade (HANNIGAN, 2009). Entretanto, não é isso que a sociologia quer dizer, porque não coloca o discurso ambiental no mesmo nível do senso comum, mas apenas lembra que a própria ciência se altera sendo um produto humano, logo sujeito também a distorções.

Nas primeiras experiências de implementação de políticas ambientais tiveram como guia teorias que não dialogavam as questões ambientais com as questões sociais, somente em 1987 com o relatório da Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas: "Nosso Futuro Comum" que começou a tratar em conjunto os recursos naturais e a sociedade (WAEHNELDT & SERRÃO, 2001). Tanto que, já no Eco 92, houve a união da Agenda Ambiental com a Agenda Social e foram concebidas como problemas indissolúveis (DIAS, 1993).

De modo que os conceitos de meio ambiente e de natureza não podem mais excluir o ser humano como parte que os compõem. O meio ambiente é passado pela interação entre o homem e a natureza. Como apontam os antropólogos Folatori e Taks no fragmento abaixo:

> Em todo caso, se alguma conclusão geral pode ser tirada, é a de que a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo que, em um efeito bumerangue, produz impacto na natureza social e na biologia das populações humanas. (FOLADORI & TAKS, 2004, p. 326).

Com as unidades aconteceram o mesmo, Diegues (1996) aponta que não existe uma região de preservação ambiental que esteja livre da presença humana, logo é ilusório criar uma reserva completamente isolada de ações antrópicas. Então toda implementação de uma

Unidade de Conservação, deve levar em conta as consequências para as comunidades do entorno no seu planejamento. Inclusive, a população deve ter voz dentro do processo de planejamento e gestão das unidades (SACHS, 2002). O argumento de Sachs (2002) é de que não se pode pensar em desenvolvimentos sustentáveis sem uma gestão participativa com as comunidades envolvidas. Para criar subsídios à gestão deve-se abarcar o âmbito social e não somente o técnico.

> Mas do que nunca, precisamos retomar a economia política, que é diferente da economia, e a um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais. É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho. (SACHS, 2002, p. 60)

Ainda para Sachs (2002), o desafio para a sociedade atual é conseguir desenvolver-se com o mínimo de impacto ambiental possível e sanar uma enorme dívida ecológica e ao mesmo tempo, reduzir outra grande dívida que são as mazelas sociais. Para Leff (2005), semelhante ao pensamento de Sachs, é necessária uma mudança na racionalidade que guia a sociedade, para ele deveria seguir uma racionalidade ambiental que difere da racionalidade do capital, econômica e instrumental, por levar em consideração vários aspectos da esfera social.

> O conceito de ambiente abre novas perspectivas ao processo de desenvolvimento, sobre novos princípios éticos e potenciais ecológicos, propondo uma transformação dos processos econômicos, políticos, tecnológicos e educativos para construir uma racionalidade social e produtiva alternativa. (LEFF, 2005, p. 133)

O caminho para uma sociedade mais igualitária para Leff, como para Sachs, passa pela crítica a lógica vigente da modernidade. Para esses autores, a sociedade não conseguirá superar a crise ambiental e a desigualdade social se permanecer nessa lógica. Varias são as necessidades da sociedade contemporânea que vão além do econômico, passando pelo cultural e simbólico a qualidade de vida.

> A racionalidade ambiental se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social. Neste sentido, não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades e permitir que construam suas próprias formas de desenvolvimento. (LEFF, 2005, p.144)

Uma proposta é pensar a exploração dos recursos naturais de uma região como destinados ao desenvolvimento social das comunidades da mesma região. Como afirma o excerto abaixo:

> O objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2002, p. 53).

Diegues (1994) ressalta que existe uma relação simbólica entre comunidades e a natureza, são valores que as populações possuem sobre as áreas de matas no entorno das residências e a criação das UC's, que regulam os usos desses espaços cheios de significados, pode interferir nelas. No caso do PARNASI, por exemplo, antes de ser implantado existia uma manifestação religiosa ao qual, no término da missa se colocava fogo na Serra. A mudança da rotina, do trabalho e na vida no geral acaba por rearrumar valores e significados das comunidades do entorno; como pensamos o processo de identificação tendo valores e significados como parte desse processo, logo a criação de UC's influencia a organização das identificações dos moradores das suas proximidades.

A dimensão do poder entra na discussão ambiental, como Hannigan (2009) lembra, por meio do conceito de discurso e poder feito pelo filósofo Foucault, onde poder e dominação não estão só nas instituições, mas nas relações sociais no geral, e inclusive nas discussões ambientais. É criado um argumento discursivo para convencer o grupo com menos recursos[6] a aceitar determinada alteração, "[...] O poder é exercido tanto pela força nua e da coerção física, mas através da habilidade de moldar o processo de socialização. Isto é muito mais eficaz porque reduz a resistência enquanto internaliza o consentimento." (HANNIGAN, 2009, p. 82).

Os conflitos entre interesses políticos exteriores e comunidades que se localizam nas regiões ricas em recursos naturais suscitaram a necessidade de mudar a política ambiental. Noções vagas e usos de termos desconhecidos pela população já foram utilizados com o intuito de convencerem as comunidades indígenas, quilombolas ou ribeirinhas a aceitarem determinadas políticas e interesses da especulação capitalista (HANNIGAN, 2009).

[6] O recurso citado não é só o financeiro, mas também cultural, informações, simbólicos e etc.

# CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO POVOADO RIO DAS PEDRAS

O meio social onde se encontram as olarias é uma região periférica que mistura características da zona rural com características de uma periferia de zonas urbanas, existem muitas famílias trabalhando com agricultura, altos níveis de analfabetismo e pobreza. Entretanto, sofrem influencias da dinâmica da modernidade, como as alterações das leis e a exigência do mercado, que será falado mais adiante, assim como a própria criação do PARNASI, com seus percalços. A cultura local é um encontro entre a cultura agrária e periférica com o mundo urbano e moderno. É neste contexto cultural que as relações acerca do trabalho nas olarias se desenrolam e são produzidos os valores e significados.

## 2.1 O Povoado Rio das Pedras

O povoado Rio das Pedras localiza-se no município de Itabaiana a beira da BR – 235 e a menos de um quilômetro dos limites do PARNASI. As principais atividades econômicas são a agricultura, produção de blocos, de telhas e de tijolos[7]. O povoado Rio das Pedras juntamente com Bom Jardim, Ribeira, Mangabeira e Agrovila são os povoados de Itabaiana que se localizam no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana[8]. Rio das Pedras é o maior povoado entre os do entorno, possuí 1504 habitantes segundo dados do IBGE (2010), inclusive o povoado é dividido em quatro setores censitários. Cajaíba que é o segundo povoado mais populoso do município de Itabaiana possui, apenas, 646 habitantes (IBGE, 2010), menos da metade da população de Rio das Pedras.

O povoado Rio das Pedras era conhecido por povoado do Mundés, e até 2012 era o nome oficial, tanto que era o nome que aparecia nas contas de luz e outras correspondências, segundo moradores, e aparecia como nome da localidade no censo do IBGE de 2000. Entretanto, a maior parte de sua população, há muito tempo, preferem chamá-lo de Rio das

[7] Segundo a fala dos moradores, visto que não achei esses dados em órgãos oficiais.
[8] Existem outros povoados no entorno, só que não são reconhecidos como povoados pelo IBGE, não são contabilizados em setores isolados nos censos, mas em setores mais abrangentes onde se encaixa fazendas, sítios e aglomerados de residências.

Pedras, segundo relatos dos próprios moradores. O nome de Rio das Pedras se originou de um outro rio que passa, ainda, próximo da localidade. Segundo Seu Érico, morador de 72 anos, um caminhão passava na localidade para pegar pedras dos arredores do rio. Em 2012 um vereador conseguiu que o nome passasse oficialmente para Rio das Pedras, por solicitação da comunidade. O IBGE, desde o censo de 2010, já utilizava o nome Rio das Pedras para identificar a região.

Estava tentando verificar se existia alguma ligação entre o nome Mundés e as olarias ou se havia alguma olaria com esse nome. Nas entrevistas com os interlocutores a origem do nome era incerta, mas ninguém fez referencia a olarias. Uma parte dos entrevistados não sabia sua origem a outra parte afirmava que vinha do cemitério do Mundés que é antigo na região, Seu Érico afirmou que "antes tudo ali era fazenda e mato, só tinha o cemitério" e que é um cemitério muito usado ainda hoje, pois não é preciso pagar nada para ser enterrado ali. Por fim, dois entrevistados, o coveiro e o tio de Dona Simone, afirmaram que o nome era de um rio que secou, mas passava próximo ao cemitério, daí o porquê do cemitério se chamar Mundés. O cemitério fica a poucos metros da BR – 235. Entrei no cemitério e vi que só tinha muro na parte de frete, as laterais e o fundo existiam apenas uma cerca. Em conversa com o coveiro, que foi quem me deixou entrar, afirmou que o muro tinha sido feito por um prefeito há pouco tempo. Segue abaixo foto do cemitério Mundés, na figura 1.

Fig. 1. Parte frontal do Cemitério Mundés e ao fundo se pode ver a Serra de Itabaiana. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Na última década a população de Rio das Pedras passou de 889 habitantes (IBGE, 2000) para 1504 um crescimento de 69% em dez anos. Segundo Schettino *et all* (2009) 15,1% das famílias entrevistadas do povoado Rio das Pedras se encontram a menos de uma década na região e somente 28% estavam a mais de cinco décadas, já o povoado Bom Jardim, mais agrário, possui 72% das famílias há mais de cinco décadas na localidade.

Aparentemente existe um fluxo de migração local para o Rio das Pedras. Nos questionários do GEPPIP aplicados em 2012, foi apontada uma quantidade significativa de trabalhadores em atividades ligadas a prestação de serviços na região. O Rio das Pedras também é o povoado com a segunda maior renda em relação aos outros povoados do entorno do Parque com média mensal de rendimento dos chefes de família de R$ 509,9 e R$ 544,20 se excluir os chefes de família sem renda. Abaixo gráfico com a média mensal de rendimento dos povoados do entorno do PARNASI (IBGE 2010).

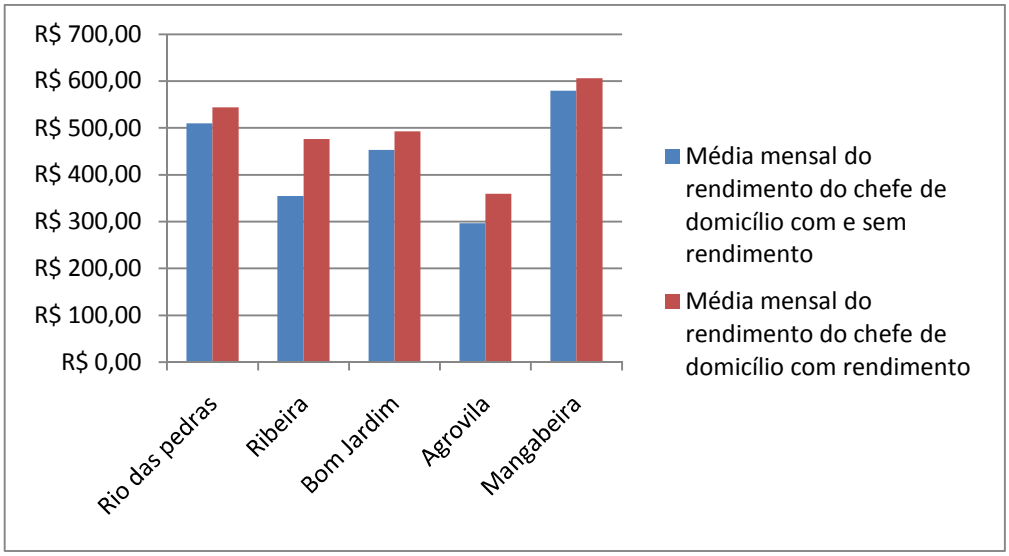


Fig. 2. Comparação da média mensal de rendimentos de chefes de famílias com e sem rendimento. Fonte: (IBGE, 2010).

O Rio das Pedras apresentou o segundo menor número de chefes de domicílios que recebem menos de meio salário mínimo[9], foi também o segundo menor número de renda per capita abaixo de um oitavo de um salário mínimo e possui os maiores números de renda per capita acima de dois salários mínimos, como visto nos dois gráficos abaixo.

[9] O valor do salário mínimo na época do censo 2010 era de R$ 510,00 segundo o IDB.

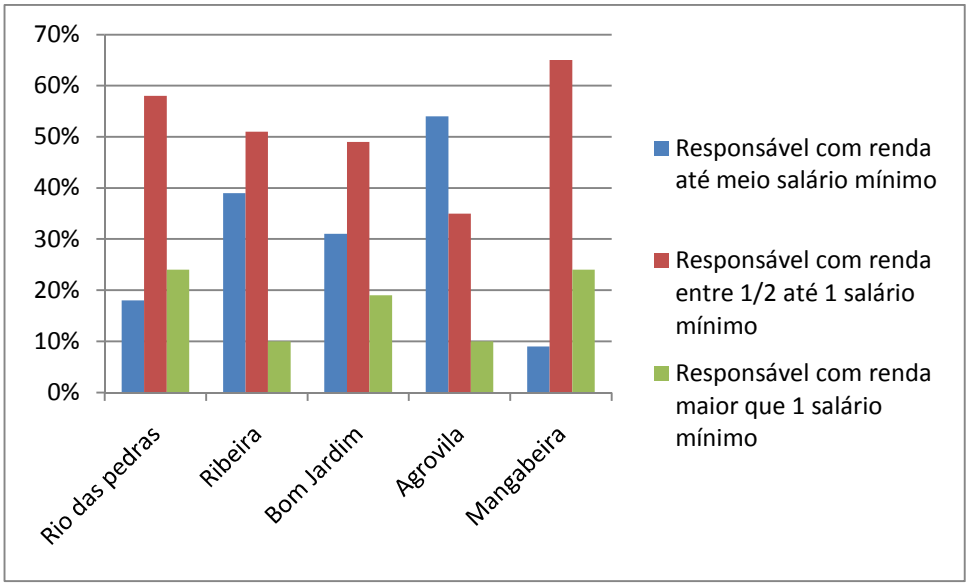


Fig. 3. Renda por chefe de domicílio nos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. Fonte: (IBGE, 2010).

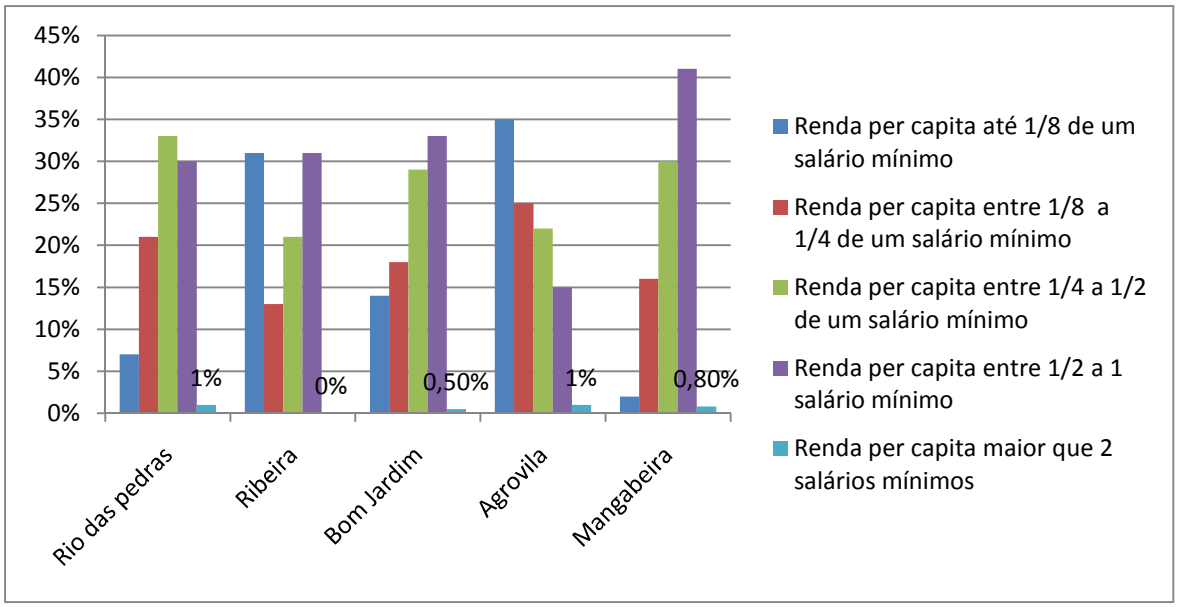


Fig. 4. Renda "per capita" entre os moradores dos povoados do entorno. Fonte: IBGE, 2010.

Viver com menos de 1/8 de um salário mínimo no valor de R$ 510,00, significa viver com R$ 63,00 reais por mês em torno de dois reais por dia, menos que um dólar, número que o Banco Mundial considera pobreza extrema, apesar de não ser o indicativo eficiente, já que pessoas que recebem mais que um dólar dia podem não ter acesso a direitos e recursos suficientes para atenderem suas necessidades básicas (RATTNER, 2010; IPEA, 2007). Mas,

certamente, viver com um dólar dia não permite aos indivíduos suprirem suas necessidades básicas.

Os povoados de Agrovile e Ribeira possuem 35% e 31%, respectivamente, da sua população vivendo com renda per capita mês de até R$ 63,00. Rio das Pedras só apresenta 7% de sua população nesta situação é importante ressaltar que 54% da maior parte da população se concentram na faixa com renda per capita entre 1/8 de um salário e até meio salário, ou seja, a maioria do trabalho gerado no povoado não permite que as pessoas vivessem com mais de meio salário ou R$ 8,5 por dia. A renda gerada não faz com que a maioria da população saia da linha de pobreza, mas consegue sustentar a família, melhorar suas condições de vida e sair da extrema pobreza.

Nas entrevistas os interlocutores relatam que muitas pessoas vêm morar no Rio das Pedras em busca de trabalho, outros vêm de outros povoados para trabalhar de dia e retornar a noite. São atribuídos pelos entrevistados que as cerâmicas e olarias são o motivo desse fluxo de pessoas. Os moradores vêm com bons olhos à presença das cerâmicas e olarias exatamente por gerarem trabalho e renda na localidade, mesmo que paire sobre essas atividades a ideia de causar algum tipo de impacto ambiental.

A oferta de trabalho gerado pelas indústrias de cerâmicas e pelas olarias no Rio das Pedras é um fator que influencia tanto o crescimento populacional como os melhores resultados econômicos alcançados em relação aos outros povoados do entorno. Vale salientar que a proximidade de uma BR também é fator e demanda trabalho na região e influencia no crescimento do povoado. A localização próxima da cidade de Itabaiana com acesso rápido por uma BR asfaltada também favorece o fluxo de pessoas para a região, pois muitas moram em Rio das Pedras e trabalham em Itabaiana, situação mais complicada que em outros povoados do entorno e zonas rurais próximas, pois possuem acessos por estradas sem pavimentação.

O povoado Rio das Pedras mescla características de uma periferia da cidade de Itabaiana com características de área rural. Não só como local de dormitório para parte da mão de obra de Itabaiana, mas como aparece nos relatos dos moradores queixas do crescimento da violência e de pontos de venda de drogas dentro do povoado que não são relatados por moradores de outros povoados do entorno[10].

[10] Dados tirados nos questionários de 2012.

Fig. 5. Ao fundo a "Associação de Moradores do Povoado Rio das Pedras", ao lado do colégio municipal e a frente a rodovia BR -235. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2014.

Apesar dos números relativos à renda terem sido melhores que em outros povoados, Rio das Pedras apresenta os menores níveis de alfabetização. Situação que aparece na figura abaixo IBGE (2010). Como o trabalho gerado pelas cerâmicas e olarias não exige altos níveis de escolaridade e os salários são relativamente baixos, principalmente nas olarias, podemos inferir que o perfil destes trabalhadores é de pessoas sem qualificação formal, fugindo do desemprego, da pobreza extrema e do trabalho da agricultura onde, segundo a fala dos próprios entrevistados, é mais pesado e se ganha menos ainda.

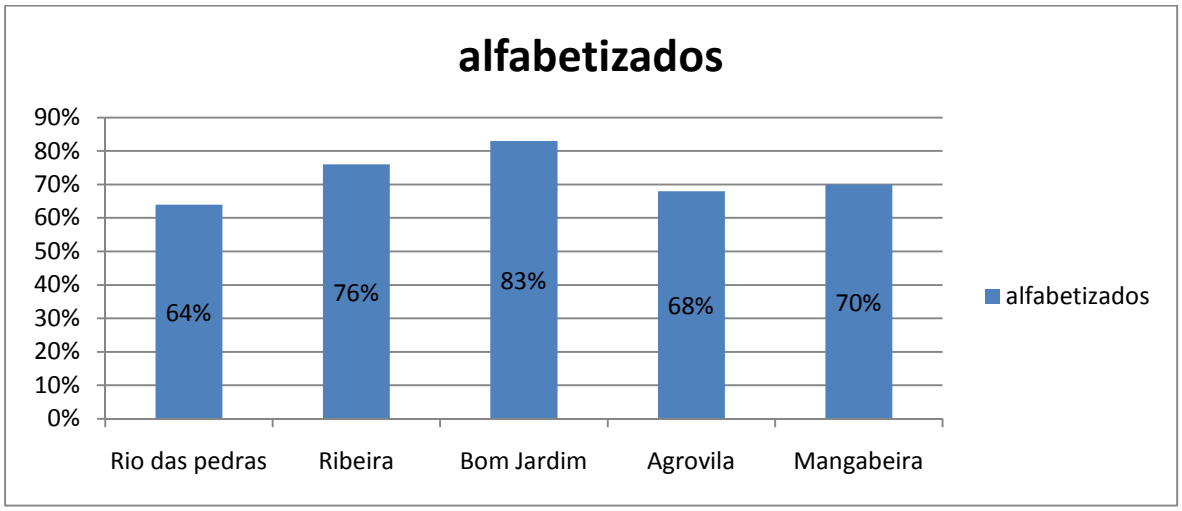


Fig. 6. Níveis de alfabetização nos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. Fonte: IBGE, 2010.

A exploração dos recursos naturais gerando renda, mesmo que baixa, é um atrativo para trabalhadores do campo. “Dona Mercedez” que trabalhou no campo e nas olarias, mas que hoje trabalha com carteira assinada em um hotel afirma que o trabalho nas olarias era leve em relação ao trabalho do campo realizado no sol. “Dona Ana” chegou a afirmar que as olarias e cerâmicas são uma maravilha para a população. O oleiro “Seu André”, filho de agricultor, trocou o trabalho do campo pela de oleiro por considerar o trabalho na lavoura mais difícil de prover seu sustento. Quando o pai de Seu André morreu não tinha dinheiro para “tocar o negócio”, então vendeu a terra e comprou a olaria. Em outra entrevista “Seu Henrique” que é administrador de uma cerâmica afirmou preferir trabalhadores do campo, pois como vêm de uma realidade mais dura dão mais valor ao trabalho. Desse modo, o trabalho nas olarias e cerâmicas é visto como uma alternativa melhor que o trabalho do campo. Grande parte dos trabalhadores do povoado é formada por pessoas fugindo da pobreza e buscando rendas melhores que no campo.

## 2. 2 A Implementação do PARNASI

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) é administrado atualmente pelo ICMbio e foi criado por decreto presidencial sem número de 15 de julho de 2005, com o objetivo de proteger a flora e fauna de uma região de Mata Atlântica, e os mananciais que deles são formados os rios: Cotinguiba, das Pedras, Jacaracica e Poxim, este último inclusive é um importante sistema hídrico que abastece a cidade de Aracaju (MMA, 2013). Abrange área de 79,99 km², que se estende por seis municípios do estado de Sergipe, são eles: Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d’Ajuda, Campo do Brito, e Malhador (MMA, 2011). Nele encontram-se a Serra de Itabaiana, Serra do Bauzinho, Serra de Cajaiba e Serra Comprida. O PARNASI localiza-se nas coordenadas 10º42’36” e 10º50’16” sul, e 37º16’42 e 37º25’14” oeste (SERRA DE ITABAIANA, 2013). Na figura 7 abaixo é possível visualizar as serras que a compõem e suas coordenadas.

Fig. 7. Área da Unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Fonte: SERRA DE ITABAIANA, 2013.

Na figura 8 é possível ver as sedes dos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito os mais próximos do PARNASI e a BR 235 que atravessa o Parque.

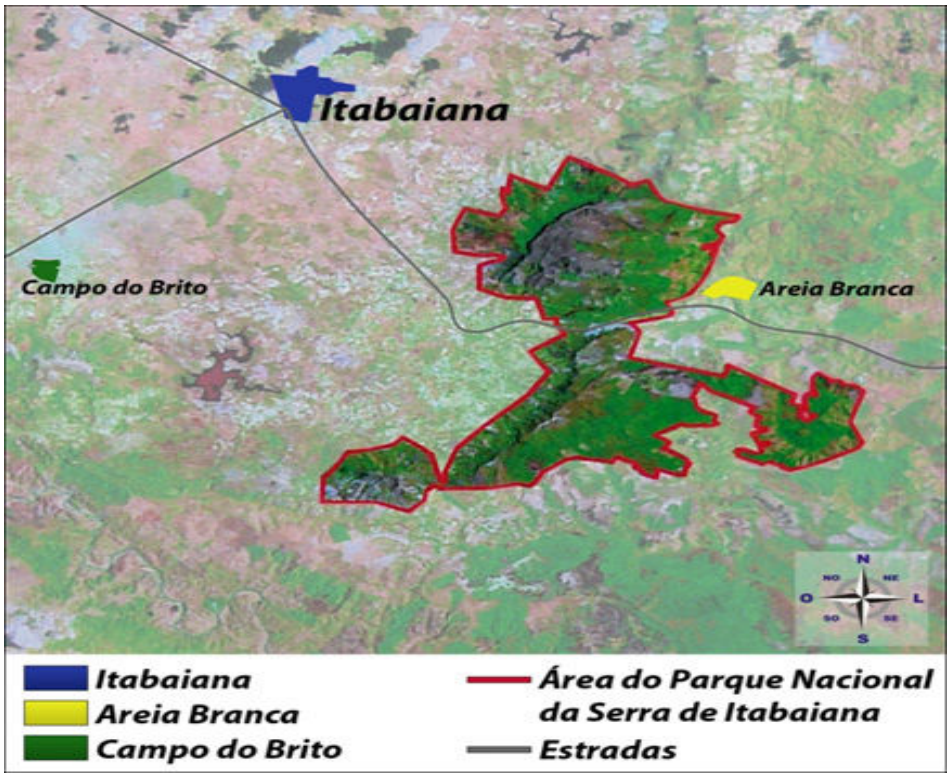


Fig. 8. Sedes dos municípios próximos ao PARNASI. Fonte: LIMA, 2009.

Não é de hoje que a já referida área é projeto de preservação/conservação, pois desde 1979 que esta era uma Estação Ecológica. As Estações Ecológicas não permitem em seu interior nenhum tipo de atividade humana com restrições até mesmo para as atividades cientificas, apenas 10% da área são permitidos para fins científico sendo o restante preservado completamente das atividades antrópicas (SNUC, 2000). No entanto tais restrições nesta área na prática nunca inibiram a exploração dos recursos naturais e os órgãos ambientais não fiscalizavam a região. No intuito de promover uma fiscalização eficiente foi criado o projeto do PARNASI, em 2005, que propunha colocar a região como Parque em vez de Estação Ecológica, pelos Parques serem mais flexíveis quanto aos usos dos recursos naturais como mostra o excerto abaixo extraído do SNUC (2000), diminuindo assim possíveis conflitos de interesses entre a população e os órgãos ambientais.

> O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC, 2000)

Apesar da flexibilidade dos Parques Nacionais, a criação do PARNASI tem ocasionado conflitos com os moradores dos povoados do entorno. Principalmente parte da população que utilizam como meio de vida alguma atividade relacionada à extração de recursos minerais e/ou vegetais, agricultura e até a caça de animais silvestres. (MENDONÇA, 2012; ENNES, 2010; SCHETTINO *et all*, 2009).

O Plano de Manejo[11] do PARNASI ainda não foi concluído segundo o Sr. Marleno, gestor do Parque, dessa forma não é possível delimitar o parque oficialmente. Sem as delimitações fica inviável para o governo federal desapropriar e indenizar os moradores locais. Desta forma ainda existe residências dentro da referida UC[12]. Há também agricultura e pecuária praticada pelos moradores residentes, gerando um impasse. Já que o IBAMA não pode permitir tais ações, mas como não existem as delimitações não é possível a retirada destes moradores.

[11] O plano de manejo deve ser elaborado até cinco anos após a criação da UC, no caso do PARNASI já venceu em 2010. Inclusive consta como pendente o Plano de Manejo do PARNASI no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)

[12] A posse de terras e a residências dentro de um Parque Nacional é vetado pelo SNUC.

Fig. 9. Entrada principal do PARNASI. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Em áreas onde existem maiores conflitos com o IBAMA as placas que indicam os limites do Parque são derrubadas pelos moradores sempre que são recolocadas. Devido a essas ações a placa acaba sendo recolocada em posição mais recuada e quando tornam a derrubá-las são recolocadas cada vez mais próximas da serra. Uma das consequências da ausência do Plano de Manejo é que os limites do Parque fiquem em suspensão, em certos locais não se sabe ao certo quem está dentro ou fora do Parque. Uma das perguntas de "Seu André", um dos oleiros entrevistado, exemplifica essa situação *"Você sabe dizer se a minha olaria está dentro do Parque?"*

No povoado Rio das Pedras no inicio da criação do Parque houve muita apreensão por parte dos ceramistas, oleiros e moradores, pois tinham medo que com sua criação as restrições iriam impedir as atividades no local gerando a retirada das cerâmicas ou falências e consecutivamente, desempregos em massa. As figuras abaixo mostram matérias do jornal Cinform de dezembro de 2005 mostrando esse medo.

MUNICÍPIOS

DESEMPREGO

Parque Nacional de Itabaiana pode deixar 46 mil pessoas sem trabalho

MP pede prisão pra ex-secretário

GLÓRIA: CPI investiga prefeito Zico

PREFEITO e vereadores recorrem

ROUBO de água será combatido

Fig. 10. Manchete do caderno "Municípios" do jornal Cinform. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2013.

Setor mineral teme colapso e desemprego após a implantação do Parque de Itabaiana

Empresários receiam falta de definição das novas regras para concessão de licenças e vêem 46 mil empregos sob ameaça

Especialista prevê inviabilidade de novos investimentos, como gasoduto

Ibama não vê motivo para preocupação

Fig. 11: Reportagem do jornal Cinform sobre temor do setor mineral com a criação do PARNASI. Fonte Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2013.

Segundo Sr. Marleno, atual gestor do Parque e que fez parte da equipe que administra o PARNASI desde sua criação em 2005, além de testemunhar o processo de implementação, afirmou que os ceramistas foram os principais grupos que organizaram para tentar impedir a criação do Parque e na mobilização que resultou na reportagem das ilustrações das figuras acima.

### 2.2.1 Participação da comunidade na criação do Parque

As experiências com as criações de parques ecológicos foram mostrando que o conceito de áreas intocadas, livres de ações antrópicas, e a ideia de que comunidades tradicionais sejam ecologicamente sustentáveis não corresponderiam à realidade (DIEGUES, 1996; 1994). A partir dessas experiências se entendeu que não se pode eliminar a população das áreas do entorno de US e que sempre é necessário a participação da comunidade, tradicional ou não-tradicional, no projeto de conservação das áreas de preservação. O maior desafio das UC's é exatamente atender as necessidades da comunidade em utilizar seus recursos sem, no entanto, comprometer os ecossistemas locais (SACHS, 2002).

A maior parte dos moradores, que responderam ao questionário do GEPPIP desconheciam que houvesse tido reuniões acerca da criação do Parque antes de sua implementação, ou aplicação do DRP[13], ou ainda qualquer atividade educativa/informativa sobre o Parque. Entretanto professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que participaram do projeto de implementação do Parque em relatos informais e o gestor do PARNASI, afirmaram que foi aplicado DRP e existiram reuniões nas associações de moradores de vários povoados do entorno inclusive do povoado Rio das Pedras, e estas foram divulgadas por carros de som, mas o comparecimento da população local foi escasso.

O Sr. Marleno comentou que foi realizado nas escolas dos povoados da região um projeto para sensibilizar os alunos acerca da preservação do meio ambiente, do que era o Parque e do trabalho que o PARNASI realiza na localidade. Nas entrevistas com os

[13] Diagnóstico Rápido Participativo

moradores essa é a única atividade que eles se recordam que ocorreu e também que foi fonte de informações sobre preservação ambiental fora dos meios de comunicação convencional.

Seja pela divulgação limitada ou por pouco interesse dos moradores ou mesmo pela falta de compreensão acerca do tema da reunião e de sua importância, a ausência da população nas reuniões mostra que faltou ou que não foi possível fazer um diálogo efetivo entre os responsáveis pela criação do Parque e os moradores que vivem nos povoados.

Outra informação que aparece tanto nos questionários como nas entrevistas é o desconhecimento acerca do PARNASI, pessoas que moram dentro ou a menos de um quilometro do Parque não sabiam o que era um Parque Nacional e que estavam próximos de um. Quando eram questionados sobre o Parque, sempre pensavam no Parque dos Falcões ou até em parques de diversão. Logo, no decorrer das entrevistas demonstrou que as pessoas não tinham familiaridade com o termo parque para designar uma área de preservação ambiental, mas aponta também certo desconhecimento sobre a finalidade e atividade do PARNASI. A população do Rio das Pedras reconheceu de forma unanime, nas entrevistas, que a região das serras é área do IBAMA e ninguém pode mexer. A população local não conhece o papel da ADEMA e do ICMbio, para eles o IBAMA é o único órgão responsável pelo Parque e licenças.

Em sua dissertação, Morales[14] (2011) buscou identificar como se deu a criação do PARNASI e identificar os atores e suas iniciativas desse processo, os resultados apontaram que a iniciativa não partiu da comunidade do entorno e tampouco participação desta no planejamento do Parque. Iniciativa tem origem em interesses políticos e partidários, os recursos dos agentes foram escolar, militante, social e simbólico.

Apesar dos interesses do governo em iniciativas de políticas ambientais não foi suficiente para continuar o processo de implementação do Parque já que o plano de manejo ainda não entrou em vigor, e segundo os órgãos ambientais o governo federal não liberou verba suficiente para as devidas indenizações. A ausência de uma continuidade ao processo de criação do PARNASI por parte do governo, atrapalha o trabalho do IBAMA e do ICMbio. Para Morales (2011) essa situação pode levar a uma preservação precária na região que pode acabar como a antiga Estação Ecológica que era a região das serras que nunca funcionou na realidade.

O choque entre o mundo dinâmico da modernidade tardia e a cultura e valores do povoado de Rio das Pedras é o pano de fundo/contexto onde se desenrola as relações em torno

[14] Foi pesquisadora do GEPPIP, mestre em Meio Ambiente (PRODEMA).

do trabalho das olarias. Compreender o contexto social faz parte das dimensões necessárias para entender os processos identitários (ENNES & MARCON, 2014). O povoado como um local formado por pessoas sem capacitação, marcado por subtrabalhos no campo e por atividades de subsistência no geral orienta a visão sobre o trabalho, pois ter trabalho é um ponto positivo nessa situação de vulnerabilidade. A fuga do desemprego faz com que os indivíduos mudem de ramo em vários momentos, de lavradores para oleiros e depois para funcionários de olarias. Essas questões socioeconômicas são extremamente relevantes para se entender os valores que a comunidade dá ao trabalho e que orientam, em parte, os processos identitários.

# CAPÍTULO 3 - OS OLEIROS E SEUS INTERLOCUTORES MAIS PRÓXIMOS

Este capítulo se dedica a apresentar os oleiros e seu trabalho e conjuntamente quem são seus interlocutores mais próximos, e como se relacionam com as olarias, ou seja, apresentar os atores envolvidos, em certa medida, com a produção das olarias. No caso além dos oleiros, familiares e trabalhadores temporários das olarias também se encaixam os demais moradores de Rio das pedras, ceramistas também da região e os funcionários dos órgãos públicos.

Apresentaremos os oleiros e os atores envolvidos, de modo que como a ideia da identidade como processo relacional que adotamos nessa pesquisa, é de extrema importância trabalhar a relação entre os atores para compreender como os oleiros vão orientar sua visão sobre si mesmo e seu trabalho.

## 3.1 O Trabalho nas Olarias no Povoado Rio das Pedras

A atividade de oleiro é considerada a manufatura mais antiga, cuja origem remonta a aproximadamente 10 a 15 mil anos. Vários são os impactos ambientais no processo de fabricação, os principais são a retirada de argila nas margens dos rios causando erosão,

assoreamento, desmatamento da mata ciliar, retirada de madeira para alimentar os fornos e a fumaça (PERNANBUCO, 2010).

As olarias da região do PARNASI produzem tijolos e telhas em pequena escala através de uma produção manufatureira. Concentram-se principalmente no povoado Rio das Pedras. O estabelecimento no local se deu na década de 50, essas foram atraídas pelos recursos naturais abundantes na região, em especial madeira e argila (MENDONÇA, 2012), ou seja, é uma atividade relativamente nova na área.

Atualmente atendem, na maioria das vezes, demanda das proximidades, pois segundo um dos oleiros em entrevista a baixa qualidade dos seus produtos e a pequena quantidade de produção são impedimentos para comercialização com empresas de construção civil.

Os trabalhadores em geral são os proprietários e seus familiares, só algumas olarias maiores usam mão-de-obra externa. Existem olarias que funcionam com apenas o trabalho do proprietário, funcionam próximas à residência da família do proprietário ou no quintal das mesmas. Geralmente o barro usado na mistura é tirado do próprio terreno onde se localiza a olaria e a residência. As casas são residências simples e os oleiros possuem apenas os níveis iniciais de escolaridade.

Não possuem registros de funcionamento junto a órgãos públicos e nenhum trabalhador tem sua carteira registrada, tampouco equipamentos de proteção individual (EPI) ou qualquer medida de segurança contra acidentes, apesar da insalubridade do local. Destaca-se, ainda, que as olarias funcionam na informalidade, e seus trabalhadores são desprovidos do amparo das leis trabalhistas.

Fig. 12. Olaria no povoado Rio das Pedras, município de Itabaiana/SE, 2012.

O quadro de exclusão e de informalidade os oleiros passaram a ter seu trabalho visto como ilegal por órgãos ambientais, fato esse acentuando ainda mais a desvalorização e exclusão da atividade.

Para Mendonça (2012) as olarias não possuem recursos suficientes para se posicionar diante dos novos cenários, como as restrições ambientais, existindo inclusive uma saída de olarias da região. No trabalho de Schettino *et all* (2009) foram catalogadas 20 olarias em Rio das Pedras, já em Mendonça (2012) contam-se apenas 16 olarias na mesma localidade. Uma das entrevistas com Seu Tomás, oleiro da região, afirmou que o futuro das olarias é acabar, e que muitas destas fecharam nos últimos anos.

Essa diminuição não pode ser vista como uma consequência exclusivamente relacionada à criação do Parque, mesmo que este tenha mudado a forma como as olarias buscam seus insumos. Mas a pesquisa que deu origem a esse artigo aponta que um conjunto de alterações produzem empecilhos para a atividade de oleiro, mas estas atividades não desaparecem por completo devido a um único motivo, as olarias geram trabalho e renda para uma população sem qualificação formal e marginalizada.

### 3.1.1 Descrição do Processo Produtivo das Olarias

Este tópico é uma descrição do funcionamento e do trabalho nas olarias do povoado de Rio das Pedras. A descrição é realizada pela fala dos oleiros e se torna importante para revelar em que consistem os processos envolvidos no trabalho nas olarias discutidos nesse estudo, como essa narrativa já aparece certos valores e conflitos dos oleiros ao descrever sua atividade e dificuldades. O que os oleiros entendem pelo que eles fazem também perpassa seu pensamento sobre o que eles são.

Na região existem dois tipos de olarias com produtos e, consecutivamente, com características de produção diferentes. Um tipo de olaria é a que produz telhas e possui um processo mais complexo, já o segundo se destina a produção de tijolos ou como também são chamados de "*tijolinhos*", geralmente funcionam com apenas um trabalhador.

*3.1.1.1 Olarias de telhas*

As olarias de telhas produzem exclusivamente telhas que são comercializadas na região de Itabaiana e proximidades e na zona metropolitana de Aracaju. O processo de produção se inicia com a preparação da argila. A argila é colocada dentro de uma máquina, que aparece logo abaixo na figura 13, para ser triturada, essa atividade denominada por eles de *"marombando"* é considerada pesada pelos entrevistados, daí justificaram a presença predominantemente masculina.

Fig. 13. Máquina para triturar a "*massa*". Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Nas figuras 12 e 13 é possível ver a precariedade do interior das olarias. Piso de terra batida, motor exposto sem nenhum aparato de segurança e o galpão feito de madeira e de bloco sem reboco. As olarias também se localizam em ruas sem asfaltamento, ou na beira da BR. A BR que corta o povoado é a única parte asfaltada.

Da argila triturada é feito uma massa que será colocada, por um trabalhador com uma pá ou inchada, em uma segunda máquina, conhecida por aloque, onde sai no formato de telha, um segundo trabalhador corta a telha, e as defeituosas voltam para a massa. Esse trabalho também é feito por homens mais velhos, mas segundo a Dona Simone, que trabalha nas olarias da família, já existe uma mulher na região que atua nessas atividades consideradas mais pesadas ou masculinas, em outra olaria.

Fig. 14. "*Aloque*", ao fundo "*estantes*" de telhas e senhor sem EPI. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Quando a telha é cortada um terceiro trabalhador tira com uma espátula apropriada e coloca nas "estantes", onde deve ficar para secar. A atividade de tirar a telha da máquina é realizada por aproximadamente sete trabalhadores, há predominância de mulheres nesta atividade, há também homens jovens com menos de vinte anos. Este trabalho é visto como mais leve pelos interlocutores, ganham em torno de R$ 7,00 pelo dia de trabalho que vai das sete horas da manhã até meio-dia. Nas figuras 15,16 e 17 abaixo aparecem as estantes onde são postas as telhas para secarem.

Fig. 15. Corredor com as “estantes”. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 16. Local onde secam as telhas. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 17. Corredores de estantes com telhas. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Depois de secarem, as telhas seguem para a fornalha, que aparecem nas figuras 18 e 19 abaixo; a esquerda local onde se coloca a lenha e a direita o interior da fornalha, onde são postas para a “*queima*”. Depois são retiradas e armazenadas para a venda ou vão direto para os caminhões.

Fig. 18. Fornalha, entrada da lenha. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 19. Interior da fornalha. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

A atividade de colocar as telhas nas estantes era realizada por menores, mulheres e parentes dos oleiros, mas com a fiscalização contra o trabalho infantil os oleiros tiveram que buscar outras fontes de mão de obra. Basicamente a mão de obra das olarias é composta por familiares dos oleiros como filhos, primos, tios, esposa, nora, genro ou vizinhos. Devido ao caráter familiar das olarias sempre houve trabalho de mulheres parentes dos oleiros nas olarias. No entanto, existe um aumento da participação de mulheres não parentes dos oleiros na produção de telha. Desde atividades de colocar telhas como, também existe o avanço do trabalho feminino nas atividades, consideradas mais pesadas, que eram exclusivamente masculinas, como por exemplo, "*a maromba*".

O trabalho familiar aparece nas entrevistas como característica das olarias, fazendo parte de seu imaginário tanto na fala dos moradores do povoado, dos ceramistas, como dos próprios oleiros. A imagem da olaria é de trabalho em família para o sustento da mesma, e a presença de amigos também marca a fala dos oleiros, inclusive como um ponto positivo deste trabalho. Tanto que aparece como desejo de que os filhos dessem continuidade à atividade, pelo menos em um depoimento, o de Dona Simone.

Nos depoimentos dos oleiros um dos principais problemas levantados refere a dificuldade de encontrar mão de obra interessada no trabalho das olarias. O desinteresse para este tipo de atividade para os oleiros se explica pelos baixos salários, não poderem assinar a carteira como as cerâmicas e porque o homem jovem não tem interesse nesse tipo de trabalho,

“só querem beber e farrear”. A mulher jovem é vista, por alguns entrevistados, como mais interessada em trabalho nas olarias, mesmo quando solteiras e sem filhos. Para os interlocutores, isso explicaria o porquê das mulheres ocuparem atualmente funções no na localidade que era exclusivamente masculina.

Entretanto, podemos entender que a ocupação das mulheres se deve não somente pelo desinteresse do homem como também pela possibilidade de fuga do homem ao trabalho mais precário. O desinteresse do homem é consequência e não causa. O trabalho masculino na localidade acaba por ser mais valorizado, além de não possuir restrições quanto ao tipo de trabalho, por exemplo, ser motorista de caminhão é uma alternativa exclusivamente masculina na localidade. Deste modo possibilita ao homem melhor meios de escapar da precarização do trabalho que a mulher. Então o crescimento da atuação mulher nas olarias pode ser visto como sinal da desvalorização do trabalho nas olarias. Ricardo Antunes (2009) já coloca que o crescimento da atuação feminina no trabalho operário é uma característica de uma busca por mão de obra mais barata.

#### *3.1.1.2 Olarias de tijolos*

As olarias de tijolos produzem exclusivamente tijolos, em geral funcionam com poucos funcionários, de um ou até três trabalhadores que muitas vezes é o próprio proprietário. Um processo produtivo que envolve poucas etapas e produz em volume menor que nas olarias de telhas. Na figura 20, abaixo, olaria de tijolos. Seu Carlos trabalhador da olaria com mais duas pessoas: um senhor e uma jovem, o proprietário não trabalha na localidade e possui outra olaria, ambas deixadas para Seu Carlos administrar. Ainda na figura 20 é possível ver a residência de Seu Carlos, a direita se ver um barranco de onde se extrai o barro para a massa. Como a olaria se encontra fora do PARNASI, não sofrem complicações por uso de barro da vizinhança. Muitas olarias utilizam do barro do próprio sítio, onde se localizam como parte dos insumos para a fabricação das telhas ou tijolos. A residência vizinha da olaria também é outra característica recorrente.

Dividir o espaço de residência com o do trabalho juntamente com o trabalho com vizinhos e familiares, mostra a relação estreita entre o tempo e local do trabalho e o tempo livre e local de residência. Sennett (2010) lembra que um dos primeiros rompimentos da modernidade com as formas de produção tradicionais foi a separação do local de trabalho com o local de residência. A união do local do trabalho e de residência pode ser visto como um

resquício do mundo tradicional, que é muito comum nas atividades agrícolas de sítios que também são atividades comuns no povoado Rio das Pedras.

Fig. 20. Olaria de tijolos. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

O primeiro passo do processo produtivo é preparar a massa. A massa é feita com o barro, água e o *"celão"*, nome que as pessoas envolvidas com olarias e cerâmicas chamam a argila própria para essas atividades. Na figura 21, à esquerda, aparece uma máquina, chamada de "*manjará*", que serve para fazer a mistura da massa. Depois a massa é colocada em uma fôrma e pressionada, os oleiros chamam esse processo de "*bate tijolo*", são prensados um ou dois tijolos por vez, na figura 22, da direita a fôrma onde é prensada a massa manualmente. No momento seguinte o tijolo deve secar na sombra. Quando secos são postos na fornalha para o que eles chamam de "*queima*".

Fig. 21. A "Manjará", onde é misturada a massa. Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 20013.

Fig. 22. Fôrma dos tijolinhos. Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

A "*queima*" é o trabalho considerado mais pesado, relatam que é muito quente e para que seja possível suportar o calor o serviço é realizado a noite. Quando o trabalho é feito por apenas um indivíduo a produção é pequena, por isso acabam trabalhando, muitas vezes, aos sábados para atender a demanda. O último passo é tirar os tijolos da "*queima*", chamado de desenfornar. Na figura 23, abaixo da esquerda pode se ver os tijolos secando, uma forma e a massa pronta para ser prensada, na figura 24, da direita a parte interna da fornalha onde são colocados os tijolos.

Fig. 23. Tijolos secando, massa e fôrma. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 24. Interior da fornalha de tijolos. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

O trabalho é realizado preferencialmente por homens, segundo os entrevistados, produzem mais em menor tempo que as mulheres, entretanto, já surgem mulheres nessas atividades, quando não tem homens suficientes para o trabalho, inclusive pude observar uma mulher nessa atividade. Geralmente o mesmo trabalhador faz a massa, prensam os tijolos e colocam para secar, ganham por unidades de tijolos produzidos. Outro grupo de trabalhadores são os que carregam os caminhões.

As duas primeiras olarias de tijolos que entrevistei, funcionavam no fundo da casa dos proprietários e contavam exclusivamente com o trabalho de seus proprietários, ou seja, não envolviam nenhuma outra pessoa na fabricação nem parentes. Entretanto na última olaria de tijolos que entrevistei havia três funcionários, uma mulher e um senhor na produção e um

terceiro que tomava conta dessa olaria e de mais uma, sendo todas estas pertencentes ao mesmo proprietário.

Essa última olaria tinha como clientes principais as cerâmicas da região de Maceió e Arapiraca, que usam os tijolinhos para construir e aumentar os fornos industriais para a "*queima*" dos blocos. A demanda de tijolos era de mais de 300 mil tijolos para essas indústrias. As cerâmicas da região de Rio das Pedras que foram entrevistadas fazem seus próprios tijolos para construir suas fornalhas.

A primeira cerâmica entrevistada era de um senhor, por volta de 30 anos de idade, que possuía uma olaria de tijolos e a menos de dois anos transformou-a em uma cerâmica para produção de blocos. Existe um contraste entre as duas primeiras olarias de tijolos que trabalham sozinhos e para se sustentarem, dos casos seguintes onde um oleiro é dono de duas olarias e o segundo que transformou sua olaria em cerâmica a menos de dois anos. Apesar de estarem/estiveram na mesma atividade em condições semelhantes, possuem atualmente situações econômicas diferentes.

O que pode apontar que a criação do Parque isoladamente, não ser um impedimento para o crescimento de olarias na região. Existem outras relações de ordem econômica e mercadológica, desigualdade e desconectividade, além de elementos particulares que explicariam as diferenças e desigualdades entre as elas.

O trabalho nas olarias, no geral, tem como características a pobreza, a baixa escolaridade, a precariedade das condições de trabalho, a informalidade, a ilegalidade e os resquícios do mundo tradicional na forma de produção e, sobretudo, nos valores.

### 3.1.2 As Cerâmicas

As cerâmicas são indústrias que produzem exclusivamente bloco, não competem diretamente com as olarias, já que estas produzem telhas e tijolos, algumas contam apenas com seis funcionários e outras por volta de 60. Funcionam em espaço muito maiores que as olarias, pagam impostos, assinam as carteiras de trabalho de todos os funcionários, diferente das olarias onde não possuem registros e o trabalho ocorre na informalidade. Esta diferenciação aparece na fala dos ceramistas, oleiros e dos moradores.

O processo produtivo se assemelha as olarias de telhas, só que em escala industrial. Primeiro passo é fazer a massa com um barro preto, que não serve para telhas, e o "*celão*"[15].

[15] Nome dado pelos moradores para a argila

Segundo momento a massa é colocada na máquina de onde já sai com a forma do bloco, e já é cortado no tamanho adequado do bloco. Terceira etapa os trabalhadores verificam se o bloco está sem defeitos, se estiverem retornam para a máquina através de uma esteira, se não estiverem com defeito são tirados pelos trabalhadores e colocados em carrinhos que são empurrados manualmente até o local adequado para secarem onde serão empilhados. Depois de secos vão para um grande forno industrial feito de tijolos.

Fig. 25. blocos secando em cerâmica. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 26. Blocos secando em outra cerâmica. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 27. Galpão para secagem de blocos em cerâmica. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE, 2013.

Fig. 28. Mesmo galpão da fig. 26 e 27 sob outro ângulo. Povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE. 2013.

Como podem ser observado nas figuras 24, 25, 26, 27 e 28, percebemos a diferença nas estruturas das cerâmicas se compararmos com as fotos das olarias apresentadas no tópico anterior. Quando se entra em uma cerâmica a estrutura de indústria já é um marco de diferenciação entre elas e as olarias, que possuem uma estrutura rudimentar. O ambiente de trabalho funciona como um demarcador identitário, que vai se somando a outros demarcações identitárias como o caso, que aparece na fala dos interlocutores tanto ceramistas como moradores, que as cerâmicas funcionam de forma adequada.

Um dos atrativos para o trabalho nas cerâmicas é a possibilidade de ter a carteira assinada, entretanto na entrevista com o gestor de uma das cerâmicas Seu Henrique apontou que é uma dificuldade conseguir trabalhadores "interessados de verdade no trabalho". Segundo o gerente, muitos trabalhadores só trabalham seis meses para pegar os benefícios, depois começariam a trabalhar mal para serem demitidos e ficarem com o fundo de garantia, depois procuram emprego em outras cerâmicas. Uma alternativa encontrada por Seu Henrique é buscar mão de obra no campo, pessoas que trabalharam na lavoura, pois dão mais valor já que vêm de um trabalho mais difícil. Para ele muitos só querem saber de "*farra*", depoimento semelhante ao de Dona Simone que fala sobre a dificuldade de conseguir trabalhador nas olarias, pois acredita que muitos jovens só querem saber de beber e "ficar à toa".

Não deixa de ser expressão política entre trabalhadores e empresas. De um lado, o trabalhador procura tirar o máximo proveito da empresa com a qual não possui vínculos identitários e a empresa em contrapartida busca restringir o número desse tipo de trabalhador empregando pessoas mais simples e desconhecedoras das estratégias dos outros trabalhadores.

O homem do campo é visto como melhor trabalhador, pois possui um histórico de vida ligada ao trabalho que o valoriza, segundo os entrevistados. Mais uma vez o trabalho está relacionado com valores. A relação com o trabalho na agricultura faz com que tenham uma percepção mais positiva sobre o trabalho das cerâmicas, que trabalhadores vindos de outras atividades.

O trabalho das cerâmicas também apresenta desvantagens. O depoimento de seu Carlos, um rapaz que já trabalhou nas cerâmicas, mas voltou para as olarias, onde afirmou que deixou de trabalhar nas cerâmicas por ser um trabalho muito puxado, pois tinha que ir meia noite no caminhão até Maceió descarregar os blocos, voltar antes do meio dia e duas horas da tarde tinha que voltar ao trabalho. Alegou ainda que também trabalhava nos sábados e nos domingos.

Partindo dos relatos de Seu Carlos e de outros entrevistados que colocam o trabalho da cerâmica como mais pesado, dizer que não é só má vontade para trabalhar que fazem as pessoas desistirem do trabalho das cerâmicas, mas também a natureza do trabalho nas cerâmicas é desgastante e desmotivador mesmo que assinem a carteira. De modo que a necessidade das cerâmicas levem a buscarem trabalhadores em uma situação de exclusão como trabalhadores de lavoura.

Por ser um trabalho considerado mais pesado pelos interlocutores, como descarregar caminhão de blocos, empurrarem carrinhos cheios de blocos, e etc. é justificado por estes a ausência de mulheres. Seu Henrique afirmou também que as mulheres não procuram esse tipo de trabalho, só na parte administrativa.

Seu Eduardo, dono de uma pequena cerâmica, afirmou que não tem mulheres na obra porque os maridos destas, em geral não aprovam que a sua esposa trabalhe em serviços nos quais seus colegas de trabalho sejam em sua maioria homens, pois sempre poderia haver "brincadeiras" ou conversas com ou sobre suas esposas que estes não aprovassem como ele diz "Homem fala demais e o marido pode achar ruim." Outra passagem foi quando Dona Antônia não quis que gravasse sua entrevista porque havia o risco do marido desaprovar. Nestas duas situações aparecem os valores tradicionais ligados ao machismo e conservadorismo do povoado.

### 3.2 - As visões dos órgãos ambientais, comunidade e cerâmicas.

Este tópico apresenta as visões que surgem com as entrevistas com oleiros, moradores e agentes ambientais acerca das olarias. Será apresentado o que os representantes dos três órgãos ambientais, envolvidos, ICMBio, IBAMA e ADEMA vêm a situação das olarias com o Parque. O primeiro entrevistado foi o Sr. Marleno do ICMbio, atual gestor do PARNASI. Para ele as olarias não são hoje vistas como agressores do Parque, por três motivos.

Primeiro a região que se encontram as olarias estão fora dos limites do Parque e sim apenas em seu entorno, logo os usos de argilas e minerais nas proximidades das olarias ocorrem fora do limite do Parque. Segundo, as carroças que tiravam argilas no interior do Parque, afirma Marleno, tornaram-se raras, e a extração de madeira de dentro dos limites do Parque também praticamente desaparecera, pois estão extraindo de outras regiões. E por fim, terceiro, as olarias sempre consumiram baixo volume de material da reserva.

Os agressores hoje para o Parque, Para Sr. Marleno, são os caçadores, pois boa parte da população tem o habito de caçar. Outro ponto de conflito são as demarcações de terras que não foram realizadas por falta de verba, por esse mesmo motivo o ICMBio não conseguiu elaborar o plano de manejo do Parque.

O Sr. Marleno lembra que o início da criação do PARNASI foi marcado por conflitos com a comunidade, principalmente com as cerâmicas, existia medo por parte da comunidade que as indústrias de cerâmicas saíssem da região causando desempregos em massa. Entretanto não foi o que ocorreu, as cerâmicas conseguiram se adaptar as exigências ambientais e continuaram suas atividades e hoje possuem uma relação amistosa com o Parque e as superintendências que o administram. Com as olarias praticamente ocorreu o mesmo, pois não foram alteradas suas atividades ao ponto de impedir que realizem sua produção.

Reuni com superintendente de fiscalização do IBAMA, afirmou que o órgão não trabalha mais com a fiscalização dessa região e só atende casos quando é acionado pelo ICMBio ou ADEMA, portanto todo o histórico de ocorrências estavam registrados nesses órgãos. A fiscalização mesmo é realizada pela ADEMA. Não realizei a entrevista uma entrevista, visto que não tinha nenhuma informação sobre o assunto.

De modo, que entrevistei o superintendente de fiscalização da ADEMA o Sr. Leão. Acontece que a ADEMA não tem registros das olarias já que são informais, só age junto ao Parque mediante denúncia, possuem apenas quinze pessoas para fiscalizar todo o estado de

Sergipe. A ADEMA possui apenas o controle das cerâmicas. Muitas cerâmicas possuem área regular para a exploração de argila ou compram a argila de intermediários que possuem áreas de extração licenciadas. Os proprietários de áreas de extração da argila são chamados de "*caçambeiros*" pelos oleiros. Segundo os informantes os "*caçambeiros*" dessas áreas são a quem os oleiros alegam comprar argila atualmente.

Sr. Leão afirmou também saber da situação de irregularidade das olarias, tanto de usos de materiais sem procedências quanto da poluição ocasionada pelas chaminés das fornalhas, mas para ele "as olarias são do tempo do índio" e que "olaria não tem jeito", ou seja, O Sr. Leão vê às olarias como uma atividade familiar ligada a pobreza como na frase que afirmou "bate tijolo para comer". De modo que, para ele, não tem como elas se regularizarem, "não tem solução ambiental ou fecha ou deixa do jeito que está", pois a regularização exigiria tecnologia muito cara, logo a ADEMA não impede o funcionamento das olarias por se tratar de uma atividade de subsistência.

Acerca de dois anos, contou o Sr. Leão, um juiz tentou fechar as olarias de Itabaianinha e de Itabaiana por não possuírem filtros nas chaminés, mas a ADEMA foi contra por entender a situação de exclusão que se encontram as olarias. Essa narrativa mostra que as olarias do estado de Sergipe, já eram identificadas como causadoras de impactos ambientais e não respeitarem a lei ambiental, pelos órgãos ambientais, por emissão de fumaça sem tratamento no meio ambiente antes da criação do Parque.

A prefeitura de Itabaiana, ministério do trabalho e o ministério público não exigem das olarias registro, pagamento de impostos e direitos trabalhistas pelos mesmos motivos que o senhor Leão colocou, por se tratar de uma atividade de subsistência. Os moradores e oleiros contam, que no mandato anterior, o prefeito tentou cobrar impostos dos oleiros, mas a população se manifestou em favor das olarias, pois a maioria não concordava. Na visão dos representantes do ICMBio e da ADEMA, as olarias não são grandes causadoras de impactos ambientais, mas principalmente são grupos de trabalhadores de subsistência que o Estado não tem como cobrar destes uma adequação de suas atividades, o que se aplica também para os outros órgãos de fiscalização pública.

Em seguida será apresentado a fala dos moradores do povoado Rio das Pedras acerca das olarias com as quais convivem. A partir das entrevistas com esses moradores foi possível verificar que as olarias surgiram na localidade a mais de quarenta anos, foi verificado junto aos moradores a origem do nome Mundés e a transformação para Rio das Pedras, mas não obtive dados claros a esse respeito.

As olarias poderiam ser o motivo da formação do povoado e existir alguma ligação dessa atividade com a ideia de diferenciação do povoado dos demais, entretanto nenhum morador, ceramista ou oleiros fizeram referencia entre o nome Mundés e olarias. Todos que afirmaram conhecer o nome Mundés falaram que o nome era devido ao cemitério do Mundés. Somente o coveiro e o tio da Dona Simone, que falo um pouco durante a entrevista dela, afirmaram se tratar do nome de um rio que passava na localidade, mas que não existe mais.

Dona Antonia, na sua entrevista, afirmou que desde criança quando chegou ao povoado se chamava Mundés, e que hoje os moradores mais antigos o chamam de Rio das Pedras. Entretanto, Seu Érico, de setenta e quatro anos, diz que desde que chegou ao povoado este se chamava Rio das Pedras devido a um rio que tinha muitas pedras e sempre passava um caminhão para pegá-las. Seu Tomás, oleiro faz mais de 32 anos na localidade, também afirmou que quando chegou o povoado se chamava Rio das Pedras. Já para Dona Hilde e Dona Catarina, Mundés é o lado perto do cemitério e Rio das pedras é do lado do chafariz. Há muita controversa entre os moradores mais antigos.

Os demais povoados também possuem olarias o que deixa difícil afirmar que a presença das olarias é fator de diferenciação entre os moradores do povoado. Nos povoados próximos ao Rio das Pedras existe mescla de olarias e lavoura como principais atividades.

Na visão dos moradores o trabalho das olarias e cerâmicas é positivo por trazerem trabalho e renda para a população da região, em especial para aqueles que não possuem capacitação, inclusive acreditam ser o motivo de existir migração local. Alguns depoimentos revelam essa forma de pensar. Dona Carla quando perguntada o que acha do trabalho na olaria, respondeu que "Pra mim não é bom, mas é um meio de vida principalmente aqui no povoado. Assim Rio das Pedras é o maior povoado com mais renda por causa das olarias e cerâmicas... se acabar as cerâmicas acaba com o trabalho, inclusive meu marido que é caminhoneiro nas cerâmicas".

Essa visão aparece também em outras entrevistas como a de Dona Catarina quando falou o que achava do trabalho nas olarias "é bom, importante pra quem não estudou, é bom, sou contra não, falar a verdade". Ou no depoimento de Dona Mercedes "dá emprego, é bom se você não tem estudo para um serviço bom, é o único que tem." e "A sorte da população são as olarias e cerâmicas, se fechar as cerâmicas e as olarias, vai muita gente morrer de fome", "por que ninguém sabe trabalhar de outra coisa" ou de Dona Anna "As cerâmicas e olarias são uma maravilha". De forma semelhante Sr. Claudio, outro morador, afirmou que o trabalho

das olarias é positivo “Eu acho bom porque é o desenvolvimento aqui da região de Rio das Pedras... é uma sobrevivência daqui... quase todo mundo por aqui trabalha com isso.”.

Os moradores entrevistados estão sempre ligando o desenvolvimento local e oportunidades para pessoas menos favorecidas com as olarias e cerâmicas. O trabalho na olaria não é visto como um ótimo emprego como apareceu na fala de Dona Carla quando diz: “não é bom pra mim, mas para a comunidade” ou na fala de Dona Mercedes que diz:“é bom para quem não tem como conseguir um emprego bom não ficar sem renda”.

O trabalho de oleiro aparece como melhor em relação ao da lavoura como é possível ser visto na fala de Dona Hilde sobre a infância na lavoura com os pais “Era maior sofrimento fazendo farinha e quebrando pedra pra não passar fome”; ou de Dona Mercedes quando perguntei se ela gostava de ter trabalhado nas olarias: “gosto, qualquer trabalho é bom, (pausa) é melhor do que na roça, trabalhar no sol o dia todo.”, ela já tinha trabalhado na adolescência na lavoura, e acrescenta “A roça tá muito difícil”. O trabalho na olaria não é visto como pesado como relata Dona Mercedes: “pra mim não era pesado”, ou como disse Dona Antônia “é bom, trabalha homem e mulher.”

Quando perguntada sobre os direitos trabalhistas a Dona Hilde respondeu, “rapaz... eu tinha um irmão que passou anos trabalhando na ‘*malhada’* (lavoura) e quando saiu não ganhou nem um quilo de carne... é ruim, mas para quem não tem estudo não tem nada”. O trabalho no campo que a população era acostumada nunca pagou direito trabalhista, então para algumas pessoas mais simples a ausência de direitos não é uma novidade.

Sem dúvida o trabalho com carteira assinada é mais bem quisto pela comunidade do que o da olaria. Dona Mercedes que deixou o trabalho das olarias e agora trabalha em uma pousada, perto do Parque dos Falcões, conta as vantagens dessa mudança “A olaria não tem segurança (risco de perder o trabalho), mas na pousada tem carteira assinada, o serviço não é tão pesado que nem na olaria. Melhorou bastante.”. De modo que o trabalho na cerâmica vai ser mais bem visto que na olaria devido ao pagamento dos direitos trabalhistas. A remuneração é maior nas cerâmicas, Dona Anna afirma que o filho ganha mais do que um salário, situação diferente do tempo difícil que ela vivia da roça.

O trabalho da olaria se aproxima com o da lavoura, só que um pouco melhor, como uma ação de subsistência para pessoas sem capacitação e sem alternativa, o valor do trabalho na olaria e da lavoura para a comunidade é, exatamente, gerar sustento para os mais simples.

Para a comunidade ninguém mais extrai recursos da área do IBAMA nas serras, só no entorno. Dona Antônia, Dona Hilde e Dona Catarina deixaram claro que ninguém tira mais

nada de dentro do Parque. Dona Carla não sabia responder, mas acredita que ninguém sobe mais a serra e que o IBAMA não permite, inclusive, um parente que tinha uma terra perto da serra vendeu, pois era um local muito longe para morar e o IBAMA não permitia que fizesse nada.

Seu Claudio a mesma coisa: "ninguém tira de lá (serras) não". Dona Mercedes que mora perto do local onde os carroceiros atualmente tiram " hoje em dia ninguém faz não" na região das serras, mas no entorno "ainda tem" antes o IBAMA proibia até aquela região, mas, ainda segundo Dona Mercedes "o IBAMA deixou o pessoal tirar (argila) porque o pessoal falou que iam perder o sustento das famílias ai deixaram" e "não sei se foi assim, mas pelo menos na prática hoje eles deixam antes eles pegavam as ferramentas e as carroças." A comunidade não vê os oleiros como causadores de impactos ambientais, apenas o ligam a compras de areia dos carroceiros que são ilegais, o que gera uma tensão entre o IBAMA e as olarias.

As cerâmicas nunca foram associadas nestas entrevistas a desrespeito as leis ambientais, no discurso dos moradores elas estão dentro da lei e tem tudo nos conformes, tanto em relação a trabalho, como impostos e nas questões ambientais. Como no depoimento de Dona Mercedes "Só as olarias pegam carroças as cerâmicas é mais '*carradas*', vem tudo de fora" ou Seu Claudio "As carroças colocam terra para as olarias, para as cerâmicas não."

O único ponto que é um pouco negativo de morar perto de olarias apresentado nas entrevistas com maior recorrência é a poluição da fumaça. Para Dona Catarina a roupa fede no varal por causa da fumaça e incomoda um pouco o nariz. Dona Antônia e Dona Carla também relatam incomodar um pouco. Seu Claudio já teve umas tosses, mas não o incomoda, por ele continuava funcionando sem problemas.

A comunidade não dá tanta importância à tensão que os oleiros têm com o IBAMA, ou se compram argila de carroceiros ou os rotulam de causadores impactos ao meio ambiente. A relação dos oleiros com o IBAMA, isoladamente, não é fator determinante para querer ou não trabalhar na olaria, ou para julgar se o trabalho é bom ou não, mas é o conjunto de exclusão em que o trabalho de olaria se encontra localizado, ao qual está incluída a tensão com o IBAMA, que faz as pessoas valorizarem ou não as olarias.

### 3.3 A fala dos oleiros

Por fim as falas dos oleiros sobre seu trabalho. A maioria dos entrevistados trabalhava na agricultura, antes das olarias. Apenas Seu Nestor, oleiro, e Seu Eduardo, ceramista e antigo dono de olaria, declararam que trabalhavam com olarias desde a infância. A justificativa pela mudança está relacionada à grande dificuldade que é o trabalho no campo.

O trabalho na olaria também foi concebido como difícil, as principais dificuldades para os oleiros, citadas nas entrevistas, estão relacionadas a baixos preços de vendas, concorrência de outros estados, mão de obra e em alguns casos citaram a ausência de boa matéria prima.

A dificuldade mais recorrente nas entrevistas está relacionada ao ganho baixo nas vendas e a concorrência com telhas de "fora", como diz Dona Simone, ou "telhas vermelhas do Rio Grande do Norte" como é dito por Seu Tomás e seu filho Dante. Alguns relatos mostram as mesmas reclamações. Dona Simone "A desvantagem (de trabalhar na olaria) é que ganha pouco". Seu Carlos disse "não é muito (a renda) ganha 300 à 500 por forno o dono". Seu Tomás disse "Trabalhador (para a olaria) é difícil é mais para o dono e a mulher pela comida"

Os oleiros vêm desvantagens no seu ofício por ganharem pouco, o fazem por falta de opção. Como aparece nas seguintes falas: Seu Tomás "Trabalha, pois não tem jeito tem de comer, não tem outro trabalho", Seu Ricardo, outro oleiro "tenho vontade de mudar", Seu Carlos "O interesse de mudar de vida todo mundo tem, mas não tenho estudos, ai não tem como não"e Dona Simone "já pensei, tinha que ter pensado antes, mas agora não dá tenho dois filhos."e " se conseguisse um salário saía, é que ganho pouco".

A baixa escolaridade é um dos principais motivos que alegam não terem condições de mudarem de ofício. Há uma descrença que seja possível que eles consigam outro meio de vida. Existe a valorização do saber fazer do trabalho na olaria é uma forma de segurança ao desemprego ou a situações ainda piores de sustento.

O baixo retorno financeiro é um dos principais motivos que eles vêm para não obterem boa mão de obra, pois não conseguem pagar um salário mínimo para os trabalhadores e consecutivamente registrar as carteiras de trabalho. Seu Tomás "trabalha mais parente, não dá para pagar salário", ou como Seu Carlos percebe "As pessoas (olarias) não tem condições o dinheiro é pouco demais" ou "se for para se registrar (a olaria) e assinar a carteira não aguenta não, só se aumentar o preço do tijolo, mas se aumentar ninguém compra.".

Apesar da insatisfação com o seu trabalho, percebem trabalho na lavoura como sendo mais difícil que das olarias como aparecem nesses fragmentos de depoimentos, Seu Tomás disse que "Tenho irmão na lavoura, mas é um trabalho difícil.". Seu Edgar, Dona Simone, Seu André e Seu Ricardo concordam que o trabalho no campo era mais pesado e dava menos dinheiro que na olaria.

Existem vantagens e valores positivos no trabalho das olarias segundo os oleiros. Primeiro ponto é a estabilidade, pois como Seu Carlos que afirmou não ter dificuldade para achar comprador e Seu Nestor afirmou que gosta do seu trabalho porque não falta serviço. O domínio da técnica de oleiro que proporcionou a estabilidade diante do risco de ficarem desempregados.

Trabalhar com amigos e parentes de forma descontraída e informal também aparece nos depoimentos como positivo. Como relata Dona Simone, que gosta do trabalho por se reunir com os amigos e conversar durante o trabalho. Seu Carlos declarou que um dos motivos que não gostava do tempo de trabalhar nas cerâmicas foi a pressão que o gerente fazia, para ele era "... um enjoo, o gerente toda hora no pé querendo que faça coisa...". O modo de produção informal acaba sendo mais um ponto positivo no trabalho da olaria.

Outro ponto positivo que aparece nas entrevistas é o trabalho na olaria como mais "leve" que o trabalho do campo ou nas cerâmicas. Como Dona Simone que trabalha na olaria diz que "O trabalho não é pesado pra mim" ou Dona Mercedes que diz preferir o trabalho na olaria que no campo. Um dos discursos dos interlocutores para a ausência do trabalho de mulheres na linha de produção é, exatamente, por esse trabalho ser visto como mais pesado.

Os oleiros mais velhos tem uma imagem mais pessimista do trabalho e do futuro das olarias que os oleiros mais jovens. Nos depoimentos dos oleiros mais velhos o ponto positivo se resume ter um trabalho e renda. Já os mais novos vão apontar outras questões como uma atividade em grupo de amigos e informal, como já foi dito. Para os oleiros mais novos não terem direitos trabalhistas e os baixo salários são as maiores desvantagens como diz Seu Carlos "A única desvantagem é que não assina carteira".

As olarias de tijolos estão crescendo mais do que as de telhas. Quando se fala de fechar olarias geralmente são as de telhas. No relato Dona Simone afirmou que duas olarias de telhas foram fechadas, mas que uma delas foi alugada para abrir uma olaria de tijolo. Além de o Seu Eduardo ter criado uma cerâmica, há pouco tempo, a partir da olaria de tijolos. Dona Simone é proprietária de uma olaria de telhas que eles possuem no fundo uma olaria de tijolos.

Neste capítulo foi apresentado o trabalho de oleiro que ocorre dentro do povoado, suas diferenças entre olarias de telha da de tijolo e a diferenças com as cerâmicas, bem como o discurso de diferenciação e similaridades que aparece na fala dos diferentes interlocutores.
Os discursos e falas servem para ilustrar e contribuir para entender o jogo de relações ente as ideias que orientam no processo identitários.

# CAPITULO 4 – AS NORMAS OFICIAIS E OUTRAS NEM TANTO: leis e valores que orientam as relações entre os atores sociais estudados.

Neste capítulo serão apresentadas as leis e valores que orientam o trabalho nas olarias, à legislação ambiental a respeito dos usos dos recursos naturais no PARNASI e demais regulamentações, e como estas se relacionam com as olarias.Também foram apresentados como que a legislação vai influenciar os valores e o imaginário que cercam o trabalho nas olarias e interlocutores envolvidos. Por fim, como aparece a noção de ilegalidade, o rótulo e suas reações.

## 4.1 Incertezas e marginalização no Mundo do Trabalho.

O quadro do trabalho nas olarias é de exclusão, marcada pela pobreza e a incerteza sobre o sustento da família no futuro. A dúvida sobre como manter a família faz parte do risco que convive com os indivíduos na "alta" modernidade (GIDDENS, 1992; 2002). O risco ao desemprego é um dos fatores mais preocupantes para os indivíduos no momento, tanto para Dubar (2005; 2009) como para Sennett (2010).

O trabalho nas olarias é uma fuga ao desemprego ou a trabalhos mais instáveis, mais precários, mais paupérrimos e/ou menos valorizados na sociedade. Duas falas podem ser usadas para exemplificar essa desvalorização, quando perguntados se querem que os filhos continuem no trabalho que eles exercem: o primeiro, Seu Edgar respondeu que os seus filhos não tem interesses na atual profissão paterna, e o segundo, Seu André afirmou que "gostaria

que fizessem outra coisa, que estudassem, tivessem um emprego de carteira assinada, mas se não fosse possível teriam emprego aqui".

A fala desses oleiros pode demonstrar duas questões: a primeira é a desvalorização do ofício paterno, e a segunda questão levantada é que estas falas exemplificam o que Dubar (2009) vai chamar de "operários integrados" quando os operários absorviam a ideologia dominante, pois queriam apenas melhorar de emprego ou "subir" na empresa e seus filhos deveriam estudar para não se tornarem operários como os pais. Apesar de Dubar trabalhar com uma realidade diferente, com operários de indústrias na França, podemos aproveitar essa ideia para entender de forma semelhante à fala de Seu André quando almeja para os filhos melhores condições de trabalho, como um trabalho registrado em carteira, diferente do destino que teve como oleiro. Não aparece um questionamento ao sistema, apenas o desejo de melhoria de vida, dentro desse sistema, para os filhos.

Apesar da precariedade do trabalho, as olarias são alternativas ao desemprego e uma segurança em tempos de crise. O oleiro Seu Néstor afirmou que uma vantagem do trabalho nas olarias é que sempre tem serviço. Quando Seu André falou que caso o filho não conseguisse emprego teria trabalho com ele na olaria, também mostra certa segurança econômica no meio de tanta insegurança. No capitalismo é sempre presente o risco de desemprego, consecutivamente, haverá medo de demissão e instabilidade no trabalho constante, para assolar os indivíduos (DUBAR, 2009). Além da sensação de segurança, o trabalho honesto é valorizado e faz parte da identidade das gerações de trabalhadores mais velhas, como aparecem nas entrevistas com os interlocutores do Povoado. Sennett (2010) trata esse tema com o exemplo dos padeiros gregos, que entrevistou anos atrás, que tinham o fato de serem trabalhadores honestos fonte de orgulho. Hall (2002) também trata o tema quando fala que a imagem de bom pai passa pela imagem de ser bom trabalhador.

O medo do desemprego e da marginalização impulsiona a massa de pessoas sem acesso a qualificação mínima e consecutivamente sem acesso ao mercado formal de trabalho, a aceitar os trabalhos exaustivos, insalubres, desamparados das leis trabalhistas e desvalorizados das olarias.

O desmoronamento do mundo dos ofícios, que valoriza o trabalho prático, não permitiu que estes trabalhadores passassem seus saberes/valores de seus ofícios aos seus filhos, é a transformação de um ofício aprendido que se tornou incerto, desvalorizado e mal reconhecido (DUBAR, 2009). A maioria dos oleiros já havia largado o trabalho no campo, ruptura com o trabalho dos pais, para trabalhar nas olarias, agora os filhos querem atividades com carteira

assinada. Em tão pouco tempo ocorre novamente outra ruptura com as atividades dos pais. A cada geração percebem-se rupturas e consequentemente mudanças que impedem a consolidação de tradições acerca do labor. Demonstrando a marca da dinâmica da modernidade em regiões periféricas.

Para Sennett (2010) o momento atual é de significativas mudanças no trabalho, gerando rompimentos com a lógica do trabalho patriarcal, atividades e valores, e um quadro de troca de atividades e empresas. Não existe mais fidelidade do trabalho por parte dos trabalhadores e, principalmente, por parte das empresas. As pessoas estão à deriva sem um trabalho e empresa que as identifiquem (SENNETT, 2010). Cada vez mais os indivíduos devem vender sua força de trabalho, por um tempo a alguém, em vez de valorizarem a carreira ou executar bem um ofício (DUBAR, 2009). Tanto para Sennett (2010) como para Dubar (2005, 2009) o momento atual exige e valoriza trabalhos de curto prazo, logo são relações de trabalho de pouco tempo que não criam laços sólidos, mudando a forma dos indivíduos conceberem sua história no trabalho, uma história diferente das que os pais possuíram.

Os chamados "bicos", que são trabalhos temporários muitas vezes realizados na informalidade, são frequentes na região e a principal forma de vínculo trabalhista nas olarias, são reflexos dessa lógica nos trabalhos da região do entorno do PARNASI. Muitas pessoas que trabalham nas olarias, o fazem em forma de "bicos", trabalho precário, prestando serviços esporadicamente, tendo outras atividades e o risco sempre constante de não ter serviço. Entretanto, mesmo que o trabalho mude, o fato de trabalhar/produzir é fator de identificação na sociedade capitalista (LESSA, 1997; ANTUNES, 2009), há mudanças de atividades, mas não há uma saída na condição de pobreza e desigualdade, pois o trabalho como "bico" não é muito diferente das condições nas olarias, são formas próximas de trabalhos que não rompem com a classe social ao qual estão ligados (DUBAR, 2005).

Para Dubar (2005) deve-se levar em consideração como o trabalho ainda é um importante fator na formação de identidades e a condição financeira que é fruto do trabalho. Obviamente, a condição financeira contribui nesse processo, por exemplo, uma pessoa na pobreza extrema vai se socializar e se identificar mais com pessoas na mesma situação, sem negar os outros aspectos simbólicos que influenciam as identidades.

Um dos oleiros, Seu André afirmou que tem doze anos que comprou a olaria, antes era agricultor e fazia "bicos", a socialização como agricultor ainda interfere no processo de identificação e soma-se a socialização da atividade atual, e caso tenha que mudar de profissão novamente, sofrerá mais um processo de socialização. Os trabalhadores atuais formais e

informais são “nômades” e onde param a cada mudança vão absorvendo um pouco a realidade que os cercam, se mudam de trabalho, se mudam de cidade, se casam ou se divorciam, (DUBAR, 2005). Apesar de ser um contexto diverso, vivem à deriva como argumenta Sennett (2010).

O trabalho instável, informal, sem qualificação e de exclusão realizado como meio de sobrevivência nas olarias demonstra a persistência do trabalho tido como “o velho” trabalho apontado por Braverman (1981). É o tipo de trabalho que persiste e dominante no terceiro mundo (ANTUNES, 2009) e principalmente na periferia do terceiro mundo como o caso do povoado Rio das Pedras.

O baixo nível de escolaridade dos trabalhadores do povoado Rio das Pedras, que os lavradores, oleiros e também a mão de obra das cerâmicas fazem parte os colocam em uma posição de desconexão no sentido dado por Canclini (2007a). Eles têm dificuldades de se conectarem ao fluxo de informações da contemporaneidade. Como lavradores e oleiros não vão conseguir ter acesso às informações ambientais para ter um discurso mais complexo diante dos órgãos ambientais, ou acompanhar esse discurso, muito menos contestá-lo, nem ao menos conseguir licenças de funcionamento ou reivindicar algum benefício e valorização por alegarem que o trabalho é artesanal/tradicional.

Além das limitações dos acessos a recursos financeiros que é um dos principais motivos para que possam atender as exigências necessárias à regulamentação entre os órgãos públicos, tanto ambientais quanto fiscais. O analfabetismo e a baixa escolaridade, são mais elementos que impedem os trabalhadores de conhecer a legislação ambiental, compreende-la ao ponto de por em prática, pois desconhecem tanto deveres como direitos.

Na fala de oleiros sobre a legislação ambiental aparece de forma quase mistificada, e seu desconhecimento é um dos principais motivos para tais distorções. Por exemplo, quando em visita ao povoado Bom Jardim, os moradores falaram que para se regulamentarem tinham que pagar uma taxa muito cara e que somente as cerâmicas teriam condições financeiras suficientes para tal. No entanto, essa taxa não existe, seria uma espécie de mito, fruto do desconhecimento do processo de regulamentação, compartilhado pelo grupo, para justificar a informalidade dos oleiros da região, mas as olarias estão de forma irregulares não por causa de uma taxa, e sim, devido às práticas de produção que não funcionam em concordância com a legislação, não somente ambiental, mas também trabalhistas e fiscais.

Verdadeiramente as cerâmicas regularizam-se por meio de suas condições financeiras que permitem ter acesso às normas e técnicas para praticá-las, enquanto as olarias funcionam em um modelo produtivo de subsistência em pequenos grupos familiares.

## 4.2 - Acentuações das Desigualdades Sociais o Rótulo de ilegal

A situação de baixo nível escolar, o medo do desemprego, a pobreza, o desamparo das leis trabalhistas, a ilegalidade da informalidade e o trabalho prático são características que marcam os oleiros e lavradores da região e quem prestam serviços a estes. O acesso à carteira assinada e uma melhor remuneração que os moradores que trabalham nas cerâmicas recebem de certa forma marcam diferenças entre eles, mesmo que sejam trabalhadores. Já não bastasse o quadro de exclusão e de desigualdade como fatores de localização, hierarquização e classificações sociais aparece um novo elemento no trabalho nas olarias, as restrições ambientais ao uso dos recursos minerais e vegetais usados na produção.

Os trabalhadores passam a ter algumas ações vetadas pelos órgãos ambientais o que atrapalha de certa forma suas atividades. Alguns oleiros desrespeitam certas exigências dos órgãos ambientais, o que aconteceu principalmente nos primeiros anos da criação do PARNASI, a fiscalização do IBAMA e confisco de insumos extraídos das serras de forma irregular, também pelo IBAMA, gera uma relação de conflito entre oleiros e o IBAMA. Dos conflitos e autuações vai gerar para os oleiros uma imagem de degradadores da natureza acentuando a ilegalidade e marginalização.

A imposição de identidades ocorre quando um grupo detém o poder de nomear e/ou renomear os demais grupos (HALL, 2002). A ilegalidade dos trabalhadores pode ser entendida como uma imposição dos órgãos ambientais, onde uma norma é imposta nesse contexto. Para Castells (1999) esta renomeação quando feita por instituições são chamadas de "identidade legitimada". A ilegalidade das atividades dos trabalhadores rurais perante os órgãos reguladores ambientais podem ser vistas como um exemplo desta "identidade legitimadora". Deste modo, a comunidade pode absorver o discurso da identidade legitimadora e consequentemente se desvalorizar.

Entretanto, outros grupos do povoado como ceramistas e agricultores tiveram mais conflitos que os oleiros. O que, na verdade, os oleiros extraiam da região era lenha para as

fornalhas e a argila, chamada de "*celão*". Com a criação do Parque tiveram que comprar lenha e argila de outros locais, o que de certa forma encareceu a atividade deles, mas não o suficiente para o produto não estarem com preço de mercado. Parte do "*celão*" que é extraída pelos oleiros é feito em regiões próximas do Parque, mas fora dos seus limites, ou no fundo das próprias olarias que também se localizam fora do Parque. A situação de conflito entre olaria e o Parque parece está minimizado, o ICMBio e o IBAMA não os vê como um grupo causador de grandes impactos ao PARNASI.

A posição dos órgãos fiscalizadores pode ser visto como condescendentes, pois implementam o Parque, que traz proibições e alterações na localidade, mas, ao mesmo tempo, não é criado nenhuma alternativa de renda por nenhum órgão tanto da ordem municipal, estadual ou federal.

O conceito de "estigma" de Goffman (2004) nos ajuda a discutir a situação da ilegalidade e que pode ser utilizado com o conceito de identificação. Já que as identidades que são nomeadas pelas identidades dominantes são colocadas em situação próxima ao conceito de estigma. Neste caso estar fora da legislação ambiental os coloca como ilegais. As atividades de oleiros estão localizadas entre dois lugares, são ilegais mais os órgãos públicos os deixam funcionar pela situação de pobreza. A ilegalidade dos trabalhadores funciona como uma rotulagem, uma marca exterior, ao qual não podem sair, ou seja, um processo estigmatizante recai sobre os trabalhadores. No estigma um grupo sofre desvalorização, pelos demais grupos, por alguma/s características específicas que possuam (GOFFMAN, 2004), no caso, não estarem de acordo com a legislação.

É importante ressaltar que antes da criação do Parque, os oleiros já se encontravam como informais e ilegais pelos órgãos administrativos, como a prefeitura de Itabaiana e órgãos trabalhistas por não pagarem impostos, não pagarem direitos trabalhistas e funcionarem sem nenhuma ação de prevenção de acidentes. Existem demais conflitos com outros órgãos como, por exemplo, conselho tutelar e vara da infância a respeito de trabalho infantil nas olarias que inclusive são os órgãos que mais os fiscalizam, segundo os oleiros entrevistados. Portanto antes mesmo da criação do Parque as olarias já infligiam outras leis ambientais como, por exemplo, não estalarem os filtros nas chaminés. Sr. Leão superintendente de fiscalização da ADEMA afirmou que por esse motivo um juiz tentou fechar todas as olarias de Itabaiana e Itabaianinha, entretanto outros órgãos como a ADEMA se posicionou contra, alegando que as olarias são atividades de subsistência e que não teriam condições de colocar tal material.

De modo, que as restrições aos usos dos recursos na região do parque não são os únicos fatores que colocam o rótulo de ilegalidade e marginalização nos trabalhadores oleiros. Acontece que as olarias são processos produtivos fora da lógica atual. O estado de marginalização vem da impossibilidade de funcionarem dentro de um sistema moderno de produção. Esta impossibilidade vem da forma diferente de produção ligada a sistemas rudimentares e tradicionais de funcionamento, da desigualdade de acesso a recursos financeiros e da desconexão de informações para sair da situação de marginalidade. A desigualdade e desconexão os colocam em uma posição desprivilegiada nas relações de poder.

Ainda assim, existem resistências desses oleiros a partir do questionamento do trabalho do IBAMA e sob a alegação que vivem na ilegalidade, pois é o único jeito possível para o sustento das famílias. Mesmo que não saíssem da condição de ilegais podem resistir com o discurso. O local híbrido dos oleiros será exatamente o resultado dos discursos e disputas com os outros atores sociais, mas em uma posição pouco favorecida devido à exclusão que já existia anteriormente.

Devemos ressaltar que na legislação ambiental a escolaridade do infrator diminui a pena "Art. 14. São circunstâncias que atenuam a pena: I - baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;"[16] (BRASIL,1998) e que quando este realiza a infração em situação de subsistência a si ou a sua família não será considerado crime, nem mesmo crime culposo, simplesmente não será caracterizado como infração. Como mostra excerto extraído do código florestal[17] brasileiro:

> "Art. 50-A. Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente: Pena - reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
>
> § 1º Não é crime a conduta praticada quando necessária à **subsistência** imediata pessoal do agente ou de sua família" (BRASIL, 2006)

A lei pune com maior gravidade a pessoa física ou jurídica, mesmo que possua licença, aja em inconformidade com a já referida lei, e pune com maior gravidade aqueles que realizam um impacto negativo ambiental de maiores proporções, logo o fato dos ceramistas, que tem licença e geram mais impactos, não são favorecidos pela lei como afirmou a

[16] Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

[17] Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006

comunidade do Bom Jardim, que durante visita do GEPPIP se manifestaram contra o IBAMA e as cerâmicas, pois se existe favorecimento ele é realizado fora da lei, de forma ilícita. Valendo ressaltar que a lei de crime ambiental penalizam diferentemente os infratores de acordo com aspectos sociais, econômicos e culturais destes.

Por mais que a lei ambiental leve em consideração a escolaridade na hora da punição, ainda assim altera o trabalho nas olarias e essa alteração leva ao marco identitário. A fala dos donos das cerâmicas é de que elas estão dentro da lei diferente das olarias (MENDONÇA, 2012). Aparece então a ilegalidade como demarcador indentitário entre olaria e cerâmica, a informalidade pode vir a ser também um demarcado diante de trabalhadores regularizados das cerâmicas.

A ilegalidade só acentua o quadro de marginalização sofrido por esses trabalhadores, é mais uma desigualdade inserida na região. As estruturas de desigualdades da região não se fundem com a ilegalidade, mas se reorganizam e reproduz/recriam outras estruturas de desigualdades.

O desejo dos pais para que os filhos consigam um trabalho melhor e o próprio desejo dos filhos de não trabalharem nas olarias é um indicativo que o trabalho nas olarias está em situação de exclusão. A questão ambiental é mais uma faceta da desigualdade que recaem principalmente, nas populações periféricas no capitalismo contemporâneo. A globalização e as políticas econômicas da modernidade tardia estão se desenvolvendo em cima das políticas sociais (SOARES, 2003) produzindo um mundo de desigualdade, principalmente no chamado "mundo periférico" (CANCLINI, 2007a; SOARES, 2003).

A particularização de problemas sociais, ou seja, a responsabilidade de cada um em sanar suas necessidades de educação, saúde e cultura é uma ideologia que vai de encontro com as políticas voltadas ao social (SOARES, 2003) A própria capacitação profissional é inteira responsabilidade dos indivíduos desde os anos 90 (DUBAR, 2009), conceber que os problemas sociais são particulares e que "o pobre é suspeito de preguiça" como pensava Calvino, é isentar o Estado e a sociedade. Como sugere Bourdieu (1998), existe uma troca de uma ideologia conquistada de uma responsabilização coletiva sobre as doenças e misérias, para uma responsabilidade individual onde os dominantes podem culpar a vítima. "...O retorno do indivíduo é também o que permite 'acusar a vítima', único responsável por sua infelicidade..." (BOURDIEU, 1998, p. 16).

Desde Marx (2007; 2008), que em seu estudo sobre a miséria, esta foi compreendida como produto natural do capitalismo, assim tirando a culpa que era posta sobre os indivíduos

pobres pelo positivismo e a predestinação protestante. Aos quais o miserável era o único responsável pela sua miséria. Seja por desígnios de Deus, a pobreza como uma condenação, ou porque o pobre era depravado e se reproduzia em grande escala como sugeria o malthusianismo.

A pobreza do entorno do PARNASI é fruto da má distribuição de renda, baixo desenvolvimento econômico e de baixos investimentos em políticas socioculturais que são características do Brasil, além de um processo modernizador inacabado na América Latina como um todo (CANCLINI, 2013). O PARNASI faz parte do mundo modernizado, e faz parte das respostas legais à crise ambiental contemporânea.

Por sua vez, o povoado ainda está atrelado a valores tradicionais. A criação do Parque traz novas informações e com isso mudanças de valores a comunidade fazendo parte da recriação continua da cultura local. A posição vulnerável desses trabalhadores periféricos é que os impedem de reagir a imagem que eles possuem de excluídos. A desigualdade da ilegalidade e da informalidade é produto de uma desigualdade de bens e poder, é desigualdade produzindo outra. Singer (2008) afirma que no capitalismo, tem como base a competição, sendo que os filhos dos derrotados recebiam de herança as derrotas, se o pai era analfabeto o filho tem mais chances de não romper o analfabetismo, o filho do alfabetizado vai partir de outro local, pois já tem uma etapa superada.

A ilegalidade é mais um elemento que acentua desigualdade que se soma a um quadro de desigualdade reorganizando e produzindo, ou melhor, recriando um novo quadro de desigualdade e novas desigualdades vão surgindo e vão criar novas realidades desiguais. O local dos oleiros na sociedade é híbrido exatamente por ser produto das mudanças constantes, novas variáveis vão surgindo, novas realidades vão se reorganizando, mas ainda é uma realidade de desigualdade.

### 4.3 - Resistências à ideia de ilegalidade

O mundo dos homens é formado por signos, imagens e ideias que são necessárias para fazer intermédio entre o homem e o mundo, com os demais indivíduos e para o autoconhecimento (MORIN, 1991), ou seja, o homem se utiliza das ideias, culturas, linguagens, teorias e conhecimentos para compreender o mundo exterior. As pessoas precisam

das ideias assim como de água ou de comida, não existem comunidades ou grupos que não se utilizam de ideias para realizarem suas atividades. As ideias são como sistemas que interagem com a realidade do mundo e com outras ideias, entretanto possuem mecanismos de defesa.

Toda ideia nova que coloca em "cheque" velhas ideias que são pilares para a organização de um grupo social, segundo Morin (1991), sofre resistência. A ideia de que os trabalhos do entorno são os degradadores da natureza coloca todo o significado e a ideia que engloba o trabalho nesta comunidade em suspensão, o que consequentemente sofrerá resistências.

A partir das entrevistas, contatos e os dados levantados pelo questionário com moradores da região mostram que os entrevistados concordam com a importância da conservação do meio ambiente e acham a ação necessária, entretanto, alguns moradores, durante a aplicação do questionário GEPPIP discordaram em parte das ações do IBAMA. Para eles o IBAMA permite que as indústrias extraiam grande volume de recursos por pagarem altos valores pelas licenças ambientais e que as autuações só ocorram para os pequenos trabalhadores, que não podem pagar pela licença ambiental.

Os trabalhadores, na visão da comunidade, só fazem a retirada ilegal por necessidade. Os moradores de Bom Jardim em reunião com o GEPPIP, que ocorreu em 2012 na associação de moradores, relataram o caso de um extrator de pedra que teve suas ferramentas confiscadas pelo IBAMA, para eles o extrator era um pai de família que precisava sustenta-la.

Em outro relato de um morador, em uma situação ocorrido logo após a criação do Parque, afirmava ter trabalhado para as cerâmicas enchendo caçambas à noite, tocavam fogo de um lado da reserva para chamar a atenção do IBAMA e iam tirar areia do outro lado da serra, afirmou que sabia que era errado, mas justificou que necessitava sustentar sua família. Tanto a comunidade como os trabalhadores aceitam a ideia de que se deve preservar a natureza, mas alegam que quem pratica essas ações o fazem por necessidade.

Parte da população das comunidades do entorno vêm os órgãos ambientais como rígidos com os pequenos que são os menores causadores de impacto, apenas por não pagarem taxas caras de legalização, ou seja, na visão da comunidade o IBAMA é injusto e não prioriza o meio ambiente já que permite as atividades das indústrias da região. A imagem de injustiça referente a ações do IBAMA aparece mais no povoado de Bom Jardim, onde a população foi mais arredia em falar desse assunto durante a aplicação do questionário GEPPIP na comunidade. O Bom Jardim é uma comunidade mais próxima do limite do Parque e parte das propriedades se encontram dentro deste. Daí o porquê o povoado tem uma imagem mais

negativa do IBAMA que o povoado Rio das Pedras. Extrair pedra no fundo de casa no Bom Jardim é vetado pelo ICMBio, mas a retirada de argila e barro dos fundos de olarias no Rio das Pedras não é vetado justamente por essas olarias se encontrarem na região do entorno e não dentro do Parque como acontece com Bom Jardim (ENNES *et all*, 2009).

Em todo relato da população de Bom Jardim também aparece um mito, da mesma forma que no Rio das Pedras, sobre taxas da legalização, é unanime que o valor pago pelas cerâmicas é exorbitante e que "só os grandes podem pagar". Entretanto sabe-se que não existem tais taxas no processo de licenciamento da ADEMA, o que ocorre é um boato nas comunidades e eles acreditam piamente, pois foram pessoas de "confiança", de cada entrevistado, quem os informaram.

Nos depoimentos de trabalhadores que extraem areia pode-se verificar que esta atividade tem sido realizada à noite[18], há resistência de agricultores em responderem aos questionários no povoado Bom Jardim, confisco de insumos de olarias no povoado Rio das Pedras, além dos relatos que extratores de pedras tiveram seus equipamentos confiscados demonstram que de fato existe a ideia de ilegalidade nas atividades desses trabalhadores e alteração no modo de desenvolvê-las, mas ao mesmo tempo é permitido seu funcionamento pelos órgãos públicos devido à situação de pobreza. O trabalho honesto e pesado que sempre os diferenciassem dos desocupados ou criminosos, agora passa a uma situação de indefinição e ambivalência, um local híbrido entre o ilegal e o legal. O discurso de alguns dos trabalhadores é que sabem que é errado, mas é a única alternativa para sustentarem a família. O trabalho que é tido como errado é uma alteração do valor do trabalho daquelas comunidades.

O local social dos oleiros, ou seja, o sentimento de pertencimento/despertencimento a grupos sociais que os identifiquem é criado nas relações com os outros integrantes da comunidade e está sujeita as relações de poder que envolve as disputas dos grupos por bens simbólicos e materiais.

A fala dos donos das cerâmicas é de que elas estão dentro da lei diferentemente das olarias. Aparece então a ilegalidade como um dos demarcadores de identidade entre olaria e cerâmica. Caso parecido ocorre entre os pequenos agricultores e as plantações de eucalipto, pois no "pé" das serras que formam o Parque, ou seja, dentro do que seria o Parque é fácil avistar plantações de eucalipto uma planta que além de exótica não é recomendada em áreas de preservação, pois extrai grande quantidade de água dos solos podendo causar seu

[18] O desmatamento a noite é um agravante segundo a lei Nº 9.605

empobrecimento. A presença desta espécie de planta indica que na serra se fazem presentes atividades de agricultura seguindo práticas não sustentáveis ecologicamente.

As cerâmicas se utilizam do discurso de que funcionam dentro das normas ambientais e fiscais, para evidenciarem diferenças da natureza de suas atividades, procuravam assim, se diferenciar das olarias. Já as comunidades dos povoados do entorno não absorveu por completo esse discurso, existe uma aceitação da ideia de que os trabalhadores fazem um trabalho ilegal, mas ao mesmo tempo tem uma compreensão sobre a situação, pois declaram que estes fazem por necessidade e que o IBAMA é injusto com estes.

A situação dos trabalhadores é diferenciada sobre cada tipo de trabalho e suas particularidades. A situação dos agricultores e pecuaristas está ligada a ausência de desapropriação e indenização pelo governo federal, impossibilitado aparentemente pela falta do plano de manejo com as delimitações do PARNASI. Já os extratores de recursos minerais e olarias a principal dificuldade está em regularizar a extração e a instalação de filtros nas chaminés.

Esses trabalhadores estão em um local híbrido não são criminosos, mas também não são mais os trabalhadores como antes, pois tem em seu trabalho uma relação tensa com os órgãos públicos. A ilegalidade é mais um elemento que se soma a desigualdade de uma comunidade simples com trabalhos em situação precária.

O que a pesquisa pôde verificar que o estigma de ilegalidade recai sobre os oleiros por estes não conseguirem se adequar a uma forma de produção moderna, que obedeça às leis trabalhistas, ambientais e fiscais, além de funcionarem de forma rudimentar. A reação dos oleiros e comunidade do Rio das Pedras a ilegalidade aparece então, ao afirmarem que o trabalho na olaria é realizado por necessidade e não por desrespeito às leis. Os oleiros somente poderão sair da ilegalidade quando conseguirem recursos suficientes para transformar suas olarias em pequenas cerâmicas.

# CAPÍTULO 5 – IDENTIDADE PARA SI E PARA OS OUTROS

Este capítulo visa apresentar as principais ideias que orientam os processo identitários, que surgem nas falas dos dezoitos entrevistados realizadas nesta pesquisa, acerca do trabalho das olarias e suas relações com os interlocutores mais próximos, com o intuito de identificar valores e representações e suas alterações no decorrer da formação das identidades.

## 5.1 Identidade para o outro

As olarias e cerâmicas são entendidas pelos interlocutores de formas diferentes. As cerâmicas são indústrias e as olarias são atividades de subsistência, este é o principal marco diferenciador/identitário entre os dois grupos, um pensamento compartilhado pelos moradores, ceramistas e os órgãos governamentais. Toda a ideia referente ao que seriam as cerâmicas, olarias e suas atividades está relacionada no fundo, ao fato das cerâmicas serem indústrias e as olarias apenas atividades de subsistência.

As cerâmicas são registradas, pagam impostos, pagam direitos trabalhistas, produzem em escala industrial, utilizam medidas de precaução a acidentes no trabalho, equipamentos de proteção individual – EPI's, licenças para funcionamento, licenças ambientais, medidas contra a poluição, podem pagar salários mínimos ou mais, são vistoriadas pelo ministério do trabalho e geram padrões de vida elevada aos seus proprietários.

Exatamente por serem indústrias são cobradas pelos órgãos públicos, medidas trabalhistas, ambientais e fiscais. As olarias são tidas como atividades de subsistência pela gestão pública. A prefeitura não cobra impostos destes, a ADEMA e o ICMBio não os interditam mesmo que não possuam documentação comprovando origem dos insumos. A própria legislação ambiental coloca que trabalhadores na situação de subsistência não podem ser presos, como já foi dito anteriormente.

O Sr. Marleno, gestor da unidade, na sua entrevista afirmou que as olarias causam baixo impacto nas regiões fora do Parque ou no entorno e que os carroceiros que exploravam a argila dentro do Parque praticamente sumiram. Não existi maiores conflitos entre o Parque e os oleiros e até mesmo ceramistas. Por ser uma ação de subsistência se entende, pelos

interlocutores, que o impacto ambiental produzido pelas olarias é baixo ou nulo, o que justificaria a ausência de penalidades.

Nas entrevistas com os moradores e ceramistas também enxergam os oleiros como pessoas que não podem se registrar ou registrar os trabalhadores, pois não tem condições financeiras. Inclusive relatam que o prefeito anterior tentou exigir que as olarias pagassem tributos, houve grande insatisfação e reação dos oleiros até que a prefeitura desistiu da cobrança da tributação.

O Seu Henrique, administrador de uma das cerâmicas afirma que vê as olarias como uma roça, exploram o barro e argila da sua própria terra e produz para subsistência da família. Daí considera injusto que seja cobrado das olarias tributações ou direitos trabalhistas. Ideias semelhantes são compartilhadas nas demais entrevistas com os moradores apenas um morador achou que as olarias deveriam sair da ilegalidade e serem tributadas.

"Seu Érico", morador da região de 74 anos, foi o único que discordou, vê as olarias como um absurdo e uma injustiça, por funcionarem sem pagar impostos ou direitos trabalhistas, é injusta, pois todo empregador tem que pagar imposto e assinar a carteira e não deveria ser diferente com as olarias. Para ele qualquer trabalhador deve ter seus direitos garantidos, pois em caso de acidente o trabalhador não fica desamparado.

Ideia positiva das olarias como geradoras de empregos não impede o desinteresse dos moradores em trabalharem nelas. Todas as entrevistas com moradores, alguns oleiros e ceramistas colocam que é mais vantajoso trabalhar com carteira assinada do que na olaria.

Depoimentos dados por oleiros como "Seu André" que deseja que os filhos conseguissem trabalho de carteira assinada, ou de "Seu Nestor" e "Seu Tomás" que desejariam mudar, mas não tem condições. São exemplos de como a carteira é vista como vantajosa. Só em algumas entrevistas com oleiros encontrei alguns discursos diferentes, como "Seu Carlos" que trabalhou nas cerâmicas e voltou a trabalhar nas olarias, dizia que o trabalho na cerâmica era muito pesado e que exigiam que trabalhasse à noite, viajando aos sábados e até aos domingos.

Nas entrevistas com os oleiros todos apontaram que uma das principais dificuldades era encontrar pessoas interessadas em trabalhar. Outras características que contribuíram para evidenciar a desvalorização do trabalho nas olarias é o fato da presença de grande número de familiares e o aumento de mulheres e jovens como principal mão de obra, ou seja, há uma busca por mão de obra barata, como Antunes (2009) vem lembrar que a mulher ocupa trabalhos mais baratos em que o homem não quer fazer.

Deste modo, a desvalorização do trabalho nas olarias está mais ligada à ausência de direitos trabalhistas e baixos salários do que por uma possível infração ambiental que pudesse ocorrer em suas atividades.

O trabalho nas olarias é visto pela maioria dos interlocutores envolvidos, como moradores, ceramistas, prefeitura e órgãos ambientais, sendo mais próximos de atividades informais e a lavoura, vinculados à situação de pobreza e exclusão. Daí a ideia que não se deve exigir deles tributos, direitos trabalhistas ou licenças ambientais.

Por mais que a criação do PARNASI tenha introduzido a questão ambiental nas relações do povoado não foi fator determinante para alterar a visão que os interlocutores mais próximos têm sobre o trabalho nas olarias. O correu que a ideia de ilegalidade ambiental só reafirmou a visão de exclusão, desconexão e informalidade que já existiam.

## 5.2 (auto) identidade.

Os processos identitários partem em princípio dos atores e suas visões, é a própria interpretação subjetiva individual sobre a sua história, a imagem que imagina que o outro possui sobre si e a imagem realmente que os outros têm sobre o indivíduo (DUBAR, 2009). É uma relação de alteridade, pois é formada do "eu" a partir da relação com o que o outro pensa, ou o que se é imaginado que o outro pensa. A auto identidade então é a interpretação subjetiva do individuo sem esquecer que tem o outro como referencia. Tudo que foi discutido no tópico anterior está relacionado com a discussão que segue neste tópico sobre a visão que os oleiros possuem de seu trabalho e de si mesmos.

A partir das entrevistas com os oleiros pode ser percebido um duplo movimento nas relações de valores que orientam o trabalho. Primeiro compartilham da visão dos demais interlocutores sobre seu trabalho. Um trabalho de subsistência, informal, realizado por necessidade, ligado a ideia de pobreza, analfabetismo e exclusão que, no entanto, não ocasiona impactos relevantes à região protegida das serras. O segundo movimento vê o trabalho como seguro, valorizando o saber fazer que compõe sua atividade. Existe o risco do desemprego, mas o conhecimento daquela atividade lhes permite escapar do desemprego.

Na fala dos oleiros a ideia de exclusão apareceu quando em vários relatos afirmaram que gostariam de fazer alguma outra coisa, mas acreditam que não tem condições, como disse

Seu Nestor: “não vão me dá um trabalho de carteira assinada”, “agora não dá mais, é só esperar para me aposentar”, ou de Seu Ricardo: “tenho vontade de mudar, mas fazer o quê”, ou ainda de Seu Tomás: “trabalho, pois não tem outro jeito de comer”, “não tem outro trabalho”. Paira em seus pensamentos a ideia que eles são incapazes de conseguir novo ofício e serem aceitos em atividades com carteira assinada. Aqui se percebe a descrença que possuem quanto a arranjar um novo ofício. Dubar (2005) também apontou nos discursos de operários a descrença de que eles poderiam se enquadrar em outra profissão, um dos motivos é que a educação formal e teórica não funciona com eles ou não é para eles.

Outro ponto que aparece a imagem de exclusão é quando os filhos não querem seguir o ofício do pai ou o próprio pai não quer, como o caso de Seu André que gostaria que os filhos conseguissem assinar as carteiras. A necessidade de mudar a atividade laboral ocorre cada vez mais frequência na modernidade tardia, a ideia de rompimento com o trabalho patriarcal ou familiar é cada vez mais recorrente (SENNETT, 2010; DUBAR, 2009). Apesar da fala de Seu André, também apareceu na entrevista de Dona Simone o desejo que os filhos prosseguissem com as olarias da família, pois se vê com bons olhos a passagem do ofício do pai para o filho.

Nas entrevistas também existiram relatos positivos sobre trabalhar nas olarias. O ponto mais recorrente levantado foi a segurança de sua atividade. Seu Nestor afirmou que: “nunca falta serviço”, já Seu André afirmou que “se meus filhos não conseguirem um trabalho de carteira assinada terão a olaria”. Uma ideia semelhante a que apareceu nas pesquisas de Dubar (2005) sobre operários que viam a técnica de seu trabalho uma forma de se garantirem no emprego, já que não é qualquer um que domina esta técnica que adquiriram com a prática.

Apesar das olarias serem vistas, na maioria dos casos, como sem condições de pagarem as obrigações de uma empresa, os moradores as vêm como uma atividade positiva para a localidade, pois gera renda e um trabalho mais leve que na lavoura. Essa ideia é confirmada nas entrevistas de Dona Ana, Dona Simone e Dona Mercedez, que trabalharam tanto na lavoura como nas olarias. Dona Antônia também ao apontar que o trabalho nas olarias é bom por trabalharem tanto homens como mulheres.

A primeira vista parece um trabalho pesado, mas para os informantes é visto como leve. O fato de verem as olarias como trabalho leve pode ser devido ao fato de que todas as possibilidades de trabalho que a comunidade esteja acostumada sejam também pesadas, excluído de direitos, desvalorizados socialmente e mal remunerados. O testemunho de Dona

Hilde, sobre seu irmão, que deixou o trabalho no campo e não teve direito a nada ilustra a situação do trabalho dessas comunidades em que a comunidade esteja acostumada.

Dona Simone que trabalha na olaria diz que "o trabalho não é pesado pra mim", e que é divertido: "é divertido, é em família com os amigos". A olaria funciona de forma informal, e nesse contexto que aparece a valorização das relações familiar e de amizade dentro da forma de produção, o que não ocorre nas cerâmicas e na lógica moderna de produção. Na modernidade o vínculo entre o trabalhador e quem compra a força de trabalho é mediada principalmente pelo dinheiro, a persistência de relações familiares e de amizade no povoado só reafirmam a ideia de Canclini (2013), de que a América Latina não está completamente modernizada e permanecem valores ligados ao mundo tradicional.

Resumidamente, a ideia de estarem em situação de exclusão e sofrerem rótulos de irregulares diferenciam os oleiros da situação de prosperidade e regularização que vivem as indústrias ceramistas. As condições que se encontram e suas práticas para desenvolver suas atividades são diferentes da condição e práticas industriais das cerâmicas, essa diferença é um marco identitário entre os dois grupos, que é percebido pelos oleiros, também pelos interlocutores e acompanha a fala dos informantes durante toda a pesquisa.

Então, a diferenciação identitária entre os dois grupos são o econômico e poder aquisitivo juntamente com práticas industriais formais que é acompanhada da situação regular concedido pelos diversos órgãos públicos envolvidos na região, ao qual a questão do PARNASI faz parte. O ponto de pertencimento que os oleiros têm entre si é a situação de exclusão compartilhada, já relatada (Capítulo 4), a informalidade das relações e processos de funcionamento das olarias, vinculados ainda a resquícios de valores do mundo tradicional. As sucessivas mudanças que a modernidade provocou e continua a provocar na localidade, os oleiros e juntamente e boa parte dos trabalhadores das proximidades, não conseguem se adaptar ou se incluir dentro do movimento moderno. Um processo de desigualdade e desconexão fazem parte da diferenciação dos grupos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder ao problema proposto no início desta pesquisa, foram elaborados um objetivo geral e mais quatro específicos. O objetivo geral era verificar como se alterou o

trabalho e os significados do trabalho nas olarias ao ponto de intervirem no processo de identificação dos oleiros, a partir da criação do PARNASI. Podemos dizer que este trabalho mostrou que a sua criação alterou o trabalho nas olarias. Em dois momentos essa alteração apareceu nas entrevistas.

Primeiro na fala de alguns oleiros entrevistados onde dizem explicitamente que com o Parque ficou mais difícil, de modo que possuem essa compreensão sobre o Parque, ainda persistem na ideia de alguns a imagem do Parque como negativo. O segundo momento quando tiveram que buscar novas fontes para extração de madeira e argila. No momento da criação do Parque e os anos subsequentes foram marcados por tensões, apreensões, conflitos e resistências. Como aparece nos trabalhos anteriores do GEPPIP como Ennes (2010), Schettino *et all* (2009), Ennes *et all* (2009) e também na fala do Sr. Marleno (Capítulo 3) e nas manchetes do Jornal Cinform de dezembro de 2005 (Capítulo 2).

Pode-se dizer que a situação de tensão vivenciada mudou valores e representações dos oleiros, pois mesmo que estes já estavam como irregulares e poluidores, devido a poluição do ar, passaram a ser vistos como grupo em conflito com o IBAMA e como ligados a mais uma irregularidade ao infringirem também as restrições do PARNASI.

Para atingir os primeiros objetivos específicos, que se refere a como os oleiros são vistos pelos interlocutores mais próximos, como os oleiros se vêm e como o oleiro imagina ser visto pelos outros. Verificou-se que a imagem dos oleiros pelos interlocutores, após a criação do PARNASI, não sofreu grandes alterações, visto que os oleiros permanecem em situação de exclusão. Os interlocutores mais próximos aos oleiros que são moradores, ceramistas do povoado e os representantes dos órgãos públicos os vêm como uma atividade de subsistência, logo, sem condições de regularizarem suas atividades diante da legislação e dos padrões aceitáveis de produção. O planejamento do Parque e o governo de forma geral não davam nenhuma alternativa para os trabalhadores saírem da condição de subsistência e de informalidade, já que se previam várias restrições a atividade das comunidades locais (Capítulo 4).

O trabalho nas olarias apareceu juntamente com as cerâmicas nos relatos dos moradores do povoado como um dos responsáveis pelo desenvolvimento do povoado em relação a outras localidades. Uma importante forma de geração de renda, segundo os moradores, para a população sem escolaridade. Logo, o trabalho nas olarias, para os moradores, são visto como e atividade de subsistência que gera renda a população carente e ajuda a desenvolver o povoado.

Entretanto, considerado um trabalho não visto como o ideal e as pessoas almejam trabalhar em ofícios com maior remuneração. Os principais fatores da desvalorização o baixo retorno financeiro e a impossibilidade de acesso à carteira de trabalho. A questão ambiental não apareceu como elemento central que desvalorize o ofício diante dos moradores.

A imagem que os oleiros têm do seu trabalho também não altera consideravelmente. Compartilham a visão dos demais interlocutores sobre seu trabalho. Um trabalho de subsistência, informal, realizado por necessidade, ligado a ideia de pobreza e exclusão que, no entanto, não ocasiona impactos relevantes à região protegida das serras. Entretanto, percebem o trabalho como seguro, pois sempre conseguem clientela, apesar de toda a dificuldade. O saber fazer do ofício os permite ter uma renda escapando do desemprego que é sempre presente (Capítulos 3 e 5). Mesmo que na prática, na localidade, muitas olarias tinham sido fechadas.

A imagem de exclusão e subsistência coloca os oleiros no local social híbrido entre o legal e o ilegal, pois não estão dentro das leis, não tem perspectiva de se enquadrarem dentro das normas, mas funcionam sem impedimento dos órgãos públicos. Os órgãos públicos simplesmente ignoram as olarias em vez de tentarem remediar sua problemática.

Apesar das cerâmicas não competirem diretamente com as olarias, por produzirem produtos diferentes, existe a ideia de diferenciação entre eles. As olarias são o trabalho próximo do campo informal e marginalizado, as cerâmicas proporcionam um tipo moderno de trabalho na localidade. A divisão entre olarias e cerâmicas é uma divisão entre o ilegal e o legal, o irregular e o regular, do arcaico e do desenvolvido, do atrasado e do moderno. A marcação identitária está bem clara entre eles e é reconhecida pelos outros. As estruturas industriais, a situação de regularidade diante de vários órgãos públicos e os direitos trabalhistas são alguns deles.

As olarias também não são vistas somente como negativas, mas como um trabalho mais leve que permite que pessoas sem capacitação pudessem trabalhar. Além disso, é um ambiente menos estressante, por funcionar com amigos, parentes e vizinhos de maneira informal, atividade que os moradores da região estão acostumados. O trabalho nas cerâmicas também não é bem visto na maioria dos entrevistados como perfeito. É um trabalho estressante, formal, com horários, hierarquias e funções rígidas, que muitos trabalhadores da localidade não estão acostumados, mas também que muitos vêm como chance de crescerem e melhorarem de vida.

Os dois últimos objetivos específicos que foram: apontar as estratégias de enfrentamento dos oleiros e ceramistas com as novas normas ambientais advindas com o Parque. O enfrentamento das olarias pode ser identificado em dois momentos nesta pesquisa. Primeiro na mobilização local contra o prefeito que tentou fazer com que as olarias se formalizassem e pagassem impostos correspondentes e segundo o discurso de que seu trabalho é realizado por necessidade e por falta de condições materiais e não por negligencia ou descaso, de modo que não teriam outra possibilidade. Os oleiros não conseguem se articular para solicitaram, por exemplo, a condição de atividade tradicional local. As olarias só saem da situação de ilegalidade/informalidade quando conseguem recursos financeiros suficientes para mudar a sua forma de produção.

Podemos dizer que as cerâmicas depois de toda a manifestação contra o Parque e dos enfrentamentos no inicio acabaram por se registrarem na ADEMA e adquirir argilas das jazidas também regulamentadas pela ADEMA. As cerâmicas também são vistoriadas por outros órgãos reguladores, como ministério do trabalho e ministério público do trabalho. Tem que acatar séries de requerimentos para continuar funcionando. Como possuem recursos financeiros, tinham acessos à informações e produzem dentro da lógica do mercado moderno conseguem se adequar as exigências e mudanças do governo e do mercado de forma eficiente (Capítulos 3 e 4).

Entretanto, ao que parece nas comunidades ronda a ideia de que o Parque é um impedimento para o desenvolvimento das olarias, o que não é bem verdade. A partir das entrevistas foi possível verificar que existem olarias de tijolos que surgiram recentemente ou olarias que migraram de telha para tijolo. Há exemplo de olaria que se transformou em cerâmica a menos de dois anos. O surgimento do Parque inseriu alguns novos elementos que dificultaram as atividades das olarias, mas não é o elemento isolado para o fechamento das olarias ou mudanças. Ocorreram restrições que geraram custos nas olarias e cerâmicas e conflitos com as comunidades dos povoados do entorno no geral. Esses conflitos geraram uma ideia de ilegalidade e informalidade que paira sobre os valores do ofício, sem contanto ser um impedimento principal do funcionamento de olarias e muito menos das cerâmicas. (Capítulos 2, 3 e 4).

A olaria com uma forma de produção fora da lógica de produção da modernidade, é o principal motivo para a alteração e dificuldades que os oleiros enfrentam. A criação do Parque também faz parte da modernidade visto que a crítica acerca de usos dos recursos naturais só surge na modernidade, e na America Latina o processo de modernização é incompleto, daí um

dos motivos que no Brasil persistem atividades de produção incipientes. Os oleiros já viviam em situação de exclusão e a relação com o Parque é um acréscimo que a acentua. A incompatibilidade do trabalho de oleiro a legalização ambiental só demonstra a exclusão.

São desigualdades que se articulam com novas desigualdades inseridas a todo o momento, que cria uma nova realidade que também é marcada pela desigualdade (Capítulo 4), daí se pode dizer que existe uma recriação de desigualdades de forma continua.

Nos últimos anos a modernização vem alterando e inserindo novas práticas a localidade, entretanto os oleiros não conseguem se articular com elas para que sejam regularizados. São exemplos dessas alterações a proibição do trabalho infantil, obrigatoriedade de registrar qualquer empreendimento produtivo, alteração nos vínculos empregatícios, licenças de funcionamentos, licenças ambientais, a criação do PARNASI, concorrência mais acirrada e alterações as exigências do mercado.

Foi observada uma gama de alterações nos últimos anos, desde a época que as olarias se instalaram na localidade, nos anos cinquenta, que mudaram o contexto e relações de como o trabalho é realizado. Essas mudanças no trabalho da olaria mudaram os indivíduos envolvidos ao alterar sua subjetividade sobre o mesmo. O trabalho na olaria não atende aos desejos que o trabalhador da região almeja, apenas dá a eles uma fonte de renda, pensando em um dia conseguir um trabalho melhor ou os seus descendentes.

Por fim esta pesquisa pode sugerir dois pontos que poderiam levar a outros estudos. Primeiro verificar em outros grupos sociais do entorno do PARNASI ou de outras UC's, resultados semelhantes ou divergentes sobre alterações simbólicas. Segundo a necessidade de estudo que tratem do papel das relações de trabalho nos processos identitários. Outro tema que aparece na pesquisa e poderia ser melhor averiguado é a questão da segmentação do trabalho do homem e da mulher na localidade.

# BIBLIOGRAFIA


ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaios Sobre a Afirmação e a Negociação do Trabalho**. 2º ed. 10º reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009, SP.

BEAU, S. & WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, RJ.

BECKER, H. **Outsiders: Estudos da Sociologia do Desvio**. 1° Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, RJ.

BOURDIEU, P. A Mão Esquerda e a Mão Direita do Estado. In: **Contrafogos: Táticas Para Enfrentar a Invasão Neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, RJ.

_____. **Meditações Pascalianas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, RJ.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, Lei nº Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do Trabalho no século XX**. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, RJ.

CAMPBELL, A. & KATONA, G. La Encuesta por Muestreo: Una Tecnica para La Investigación en Ciencias Sociales. In: **FESTINGER & KATZ. (org): Los Metodos de investigación en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires. 1978, Cap. 1, 31 - 66.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade**. 4ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. (a) **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, RJ.

_____. (b) **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007, SP.

CARDOSO, L. A. Categoria Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. v. 23, n2, p. 265-295, Nov-2011, SP.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Vol II. São Paulo: Paz&Terra, 1999, SP.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e Trabalho na Contemporaneidade: Repensando Articulações Possíveis. **Psicologia & Sociedade**. Ed. Especial 1, v.19, p. 29-37, 2007, SC.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 1999, SP.

DIAS, G F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** 2ª edição. São Paulo: Gaia, 1993, SP.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996, SP.

_____. **O nosso lugar virou parque: Estudos sócio-ambiental do Saco de Mamanguá- Paraty - RJ**. São Paulo: HUCITEC, 1994, SP.

DUBAR, C. **A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação**. 1º ed. São Paulo: Edusp, 2009, SP.

_____. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, SP.

ENNES, M. A. Interacionismo Simbólico: Contribuições para se pensar os Processos Identitários. **Perspectivas**. São Paulo. v. 43, p. 63-81, Jan/jun, 2013.

_____. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. **Cadernos CERU**. São Paulo, v. 21, p. 129-143, 2010.

_____. O Emprego de Fontes Orais no Estudo de Relações Interétnicas. **Cadernos CERU**. São Paulo, v. 11, p. 65-72, 2000.

ENNES, M. A & MARCON, F. N. Das Identidades aos Processos Identitários: Repensando Conexões entre Cultura e Poder. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr, p. 274-305, 2014.

ENNES, M. A.; NASCIMENTO, L. M. B.; OLIVEIRA, M. S. "Arrancar Inhame": Entre a Ilegalidade e a resistência. **Sciencia Plena**. v. 5, p. 2-8, 2009.

FOLADORI, G. & TAKS, J. Um Olhar Antropológico Sobre a Questão Ambiental. **MANA**. n. 10, v. 2, p. 323-348, 2004.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, RJ.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Jahar, 2002. RJ,

_____. **As consequências da Modernidade**. 1º ed. São Paulo: UNESP, 1991, SP.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** [1981] 4 ed**.** São Paulo. 2004, SP.

GOOD, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1979, SP.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, RJ.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10º ed. São Paulo: DP&A. 2002, SP.

_____. Quem Precisa de Identidade? In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes, 2011, RJ.

_____. A Questão Multicultural. In: **Da Diáspora Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, Cap 2, p. 51 – 100.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, RJ.

HOBSBAWM, E. A Produção em Massa das Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: **HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (org). A Invenção das Tradições**. Ed especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, Cap. 7, p. 327 – 379 RJ.

KANDEL, L. Reflexões sobre o Uso da Entrevista, Especialmente a Não-Diretiva, e sobre as Pesquisas de Opinião. In: **THIOLLENT, M. J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Poli, 1980, Cap. 3, p. 169- 189, SP.

LACLAU, E. Universalismo, Particularismo e a Questão da Identidade. **Novos Rumos**. n. 21, v. 8 p. 30-36, 1997.

LANG, A. B. S. G. Trabalho com História Oral: Reflexões sobre Procedimentos de Pesquisa. **Cadernos CERU** (USP). Nº 11, p. 123-72, 2000.

LEFF, H. O Conceito de Racionalidade Ambiental. In: **Saber Ambiental**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, RJ.

LESSA, S. Centralidade do Trabalho: Qual Centralidade? **Revista Ciências Humanas.** v. 15, n° 22, p. 153 – 164, 1997.

LIMA, B. P. **Projeto de Sinalização de Segurança da Serra de Itabaiana**. Monografia [Graduação] em Design Gráfico Universidade Tiradentes – UNIT, 2009/2.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: livro I**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MEIKSINS, P. Trabalho e Capital Monopolista nos anos 90: Uma Resenha Crítica no Debate Sobre o Processo de Trabalho. **Crítica Marxista**. n. 3. p. 106-117, 1996.

MENDONÇA, M, M**. (DES/RE) Territorialização e Questão Ambiental Olarias e Cerâmicas no Contexto da Criação do Parque Nacional "Serra de Itabaiana/SE"**. Aracaju, SE, 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

MICHELAT, G. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: **THIOLLENT, M. J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Poli, 1980, Cap. 4, 191 – 211, SP.

MMA. **Parque Nacional Serra de Itabaiana Sergipe**. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/localizacao/parques-nacionais-e-reservas-ambientais/parque-nacional-serra-de-itabaian > Acessado em 19 de jul 07 de 2013.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Relatório consulta unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Disponível: < http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119&idConteudo=9677&idMenu=11809> Acessado em março de 2011.

MORALES, S. P. D. **Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: Uma Abordagem Sobre as Relações de Poder na Institucionalização do Parque Nacional**

**Serra de Itabaiana/SE – Brasil.** Aracaju, SE, 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

MORIN, E. **O Método IV: A sua Natureza, Vida, Habitat e Organização**. 1º ed. Portugal: Europa-América, 1991.

NIVEAU, M. **História dos Fatos Econômicos Contemporâneos**. São Paulo: Difusão Europeia Livros. 1972.

PAIS, J. M. Das Regras do Método, aos Métodos Desregrados. **Tempo Social**. v. 8,(1), p. 85-111, maio de 1996.

PERNANBUCO. **O Setor Ceramista e o Meio Ambiente: Guia Prático de Licenciamento Ambiental**. Recife: SECTMA, 2010.

QUIVY, R. & VAM CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 1º ed. Lisboa: Gradiva, 1992.

RATTNER, H. Como Medir e Combater a Pobreza. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano X, n. 112, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROPER, H. T. A invenção das Tradições: a Invenção das Terras Altas (Highlands) da Escócia. In: **HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (org). A Invenção das Tradições**. Ed especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, cap. 2, p. 29 – 63, RJ.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4°ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, SP.

SERRA DE ITABAIANA. **Parque Nacional da Serra de Itabaiana**. Disponível em: <http://serradeitabaiana.blogspot.com.br/ >. Acessado em 19 de jul de 2013.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. 15º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, RJ.

_____. **A Cultura do Novo Capitalismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, RJ.

SCHETTINO, S. C.; ENNES, M. A.; BASTOS, I. A. H. **A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade no Povoado Mundés.** Anais do Congresso Brasileiro de Ecologia. São Lourenço, set 2009.

SILVA, T.T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SNUC. **Unidades de Conservação do Brasil**. Disponível em:<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html> Acessado em 26 de jul de 2012.

SOARES, L. T. **O Desastre Social**. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VASCONCELOS, L. As Dimensões da Pobreza. **Sociedade**. 30ª Ed. IPEA, 2007.

WAEHNELDT, A. B. A. & SERRÃO, M. A. **Educação Ambiental: Teorias e Práticas.** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC, CD-ROM, 2001.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In: **SILVA, T.T. (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 10º ed. Petrópolis: Vozes. 2011, RJ.